

RICARDO CARLOS

**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MATO GROSSO DO SUL NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE/MS
(1999-2006)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
NOVEMBRO - 2009**

RICARDO CARLOS

**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE
MATO GROSSO DO SUL NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CAMPO
GRANDE/MS
(1999-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Tereza Cestari de Oliveira

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE – MS
NOVEMBRO - 2009**

**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MATO GROSSO DO SUL NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE/MS
(1999-2006)**

RICARDO CARLOS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Educação

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira/UCDB

Prof^a. Dr. Marcos Antônio dos Santos Reigota/UNISO

Prof^a. Dr^a. Mariluce Bittar/UCDB

CAMPO GRANDE, 09 DE NOVEMBRO DE 2009

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UCDB**

DEDICATÓRIA

A Deus pelo dom da vida e da vocação sacerdotal salesiana. Aos meus pais, Dirce e Augusto (in memoriam). Com eles aprendi que a vida é uma conquista diária. Aos meus irmãos Robson e Regiane com os quais brinquei, briguei e aprendi a amá-los.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Regina Tereza Cestari de Oliveira pela confiança, paciência e dedicação durante os meus estudos.

À professora Dr^a. Mariluce Bittar pelo incentivo inicial de ingressar no Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação.

Ao professor Dr. Marcos Reigota pelo seu exemplo de educador ambiental, além de sua ajuda, colaboração e incentivo para este trabalho.

Aos meus irmãos salesianos que somam comigo na árdua missão de “educar evangelizando” e “evangelizar educando”. De modo especial ao Pe. Afonso de Castro que sempre me incentivou nos estudos.

A todos os professores, alunos e colaboradores do nosso querido Colégio Salesiano Dom Bosco. “Por vós estudo. Por vós estou disposto a dar a minha vida” (Dom Bosco).

A todos os professores e aos colegas do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco.

Aos diretores, coordenadores pedagógicos e professores das escolas as quais estive fazendo a pesquisa e que me receberam de maneira tão cordial.

CARLOS, Ricardo. *Processo de implantação da Política de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul na Rede Estadual de Ensino de Campo Grande (1999-2006)*. Campo Grande, 2009. 138p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Este estudo vincula-se ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” e à Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação – da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Seu objetivo é analisar o processo de implantação da Política de Educação Ambiental no estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período compreendido entre 1999 a 2006. Os objetivos específicos são: verificar a relação entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e a política de educação ambiental de Mato Grosso do Sul; analisar como ocorreu o processo de implantação da política de educação ambiental do estado de MS, no período; verificar a concretização da educação ambiental em três escolas da rede estadual de ensino em Campo Grande/MS (capital do estado de MS); e investigar, em que medida, as escolas selecionadas implementaram ações de educação ambiental, no período em foco. Para atingir aos objetivos, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise bibliográfica; levantamento e análise de documentos relacionados à temática, além de entrevistas com base em um roteiro de questões semi-estruturadas com os seguintes sujeitos: dois técnicos da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS); o diretor, o coordenador pedagógico e um professor de três escolas estaduais de Campo Grande/MS selecionadas para estudo. Os resultados mostram que no período estudado, o estado de MS não constituiu uma política de educação ambiental, apesar de ter sido criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS) e de a Secretaria de Estado de Educação de MS ter fomentado a participação das escolas da rede estadual nas questões ambientais, principalmente, no decorrer do movimento da Constituinte Escolar, no início do primeiro mandato do governo. Porém, o projeto de educação ambiental foi interrompido com o arquivamento do Plano de Educação para a Rede Estadual (2001). Pode-se concluir que as ações voltadas para a educação ambiental se efetivaram por iniciativa das próprias escolas, com a participação da comunidade escolar e local, e contribuíram com o trabalho docente e com o processo de construção de um cidadão ambiental.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas públicas educacionais; educação ambiental; escola pública estadual.

CARLOS, Ricardo. *Process of introduction of Political Environmental Education at Mato Grosso do Sul in the public schools in Campo Grande (1999-2006)*. Campo Grande, 2009. Abstract (Master Science- MS) Catholic University Dom Bosco.

ABSTRACT

This study is linked in Line of "Research at Political Environmental Education", School Administration and Training Teachers of Master Science in Education -of Catholic University Dom Bosco (UCDB). Its objective is to analyse the process of introduction in Political Environmental Education in Mato Grosso do Sul (MS), in the period among 1999 until 2006. The specific objectives are : -to verify the relation between the National Politic of Environmental Education (Law number 9.795 /1999) and the politic of environmental education in Mato Grosso do Sul ; - to check how happened the process of introduction ; -to verify the establishment in three schools of the state, in Campo Grande, and to confirm what mesures the select schools implanted actions of environmental training, in that period. To achieve the objectives, was adopted the following procedures : survey and bibliographics analysis, research of documents related to the theme, further interviews based on questions, which were strutured and planned, with two analystsmen of the General Office of Education (SED/MS), the principal, the coordinate of education and a teacher of three diferent state schools, selected for the study. The results show that in the period studied, the environmental education didn't form a politic of environmental education, despite the fact of had been created the commission interinstitutional of Environmental Education of Mato Grosso do Sul (CIEA / MS), and the General Office of Education of MS have provided a participation of schools in environmental subjects, mainly in the course of School Assembly, at the beginning of the first mandate of the government. However the project of environmental education was interrupted by closing the Educational Plan by closing the Educational Plan for State Organization (2001). It can concluded that the advantages, materialized with postures of the schools themselves, and with the participation of local school community, contributed with gentle work and the process of construction of an environmental citizen.

KEY-WORDS : Public Politics Educational ; Environmental Education ; Public State School.

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional das Águas
CEAs - Centros de Educação Ambiental
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CGEA/MEC - Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC
CIDEMA – Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das bacias do Rio Miranda
CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CIEC - Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COEB – Coordenadoria de Educação Infantil e Educação Fundamental
COEBEP – Coordenadoria de Educação Básica e Educação Profissional
COES – Coletivos Jovens das Comissões Organizadoras do Estado
Com-vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
EA – Educação Ambiental
ECOIA – Ecologia e Ação
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FERTEL – Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
FI – Seminário de Formadores I
FII - Seminário de Formadores II
FIII - Seminário de Formadores III
GEF – Global Environment Facility
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEEP - Internacional Environmental Education Programme
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
MINC - Ministério da Cultura
MIT – Instituto de Tecnologia de Massachusetts
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MS – Mato Grosso do Sul
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONGs – Organizações Não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
PT –Partido dos Trabalhadores
SED/MS – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SEMACT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Cultura e Turismo
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SUPED – Superintendência de Políticas de Educação
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação
UNEP - Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UPAN - União Protetora do Ambiente Natural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	21
1.1. A Educação Ambiental no contexto de crise do capital.....	21
1.2. Os principais eventos internacionais de educação ambiental.....	25
CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	37
2.1 A atuação dos movimentos ambientalistas na construção de políticas públicas de educação ambiental.....	37
2.2 As políticas públicas de educação ambiental.....	42
2.3 A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei nº 9.795/1999.....	50
2.4 A educação ambiental no Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001.....	54
CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL.....	58
3.1 Caracterização do Estado de Mato Grosso do Sul: aspectos geográficos, sócioeconômicos, históricos e políticos.....	58
3.2 O projeto político-pedagógico de educação do Governo de Mato Grosso do Sul.....	60
3.3 A educação ambiental no Plano de Educação de Mato Grosso do Sul.....	67
3.4 Ações voltadas para a educação ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul.....	66
3.5 A efetivação da educação ambiental nas escolas da Rede Estadual de Ensino.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida ao Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas e Gestão da Educação” e à Linha de Pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação – da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e tem como objetivo de estudo a análise do processo de implantação da política de educação ambiental do estado de Mato Grosso do Sul, no período compreendido entre 1999 a 2006.

A escolha do tema deve-se a minha experiência profissional, como diretor do Colégio Salesiano Dom Bosco de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul (MS) e ao trabalho de educação ambiental iniciado no ano de 2005 no referido Colégio.

O Colégio Salesiano Dom Bosco de Campo Grande/MS, no ano 2003, implantou um Sistema de Gestão da Qualidade que culminou na certificação de um padrão internacional de qualidade, a NBR ISO 9001¹, versão 2000. Depois dessa certificação, que valeria por três anos, o Colégio lançou um novo desafio no ano de 2005: implantar, envolvendo a comunidade educativa (pais, alunos, professores e colaboradores), um sistema de gestão ambiental que, por sua vez, o levaria a uma nova certificação internacional dentro de uma outra norma técnica, agora a NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), versão 2004.

Percebeu-se que, com a implantação da gestão ambiental, o Colégio começou a criar uma nova consciência ambiental em vários sentidos: desde os ajustes técnicos estruturais até o desenvolvimento de projetos educativos ambientais com os

¹ A palavra ISO significa Padrão Internacional de Qualidade (Internacional Organization for Standardization). A série ISO 9000 é um conjunto de normas e diretrizes internacionais para sistemas de gestão da qualidade.

alunos mediados pela equipe técnico-pedagógica (coordenador pedagógico, orientador educacional, supervisor) e professores.

O trabalho de implantação de uma gestão ambiental no Colégio Salesiano Dom Bosco, que hoje faz parte do projeto político-pedagógico, despertou-me algumas indagações. Se um colégio privado, que possui recursos próprios, encontra dificuldades em implantar e manter uma gestão ambiental, como se realiza a gestão da educação ambiental nas escolas da rede pública? Até que ponto as escolas da rede pública dispõem de recursos físicos, humanos e financeiros para a realização da educação ambiental?

Foi com base nessa experiência e das discussões sobre políticas públicas educacionais nas disciplinas do Mestrado em Educação e no Grupo de Pesquisa que se decidiu por esta temática de estudo.

Ressalta-se que as duas últimas semanas pedagógicas, nos anos de 2006 e 2007, do Colégio Salesiano Dom Bosco de Campo Grande/MS, que normalmente acontecem no início do ano letivo, foram voltadas para as questões pedagógico-ambientais. Estiveram presentes, na ocasião, os palestrantes Genebaldo Freire Dias, da Universidade Católica de Brasília (UCB) e Marcos Reigota, da Universidade de Sorocaba (UNISO). Esses dois palestrantes discutiram com os professores, como também com os colaboradores do Colégio, sobre a urgência do “pensar ambientalmente”, ou seja, que todo exercício da razão humana não deixe de levar em consideração o meio ambiente no qual ele, o ser humano, está inserido e como ele se relaciona com o mesmo. Nas palavras de Reigota (2004, p. 10-11):

Parto do princípio de que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (para ficar só nesse exemplo), mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

A educação ambiental inicia-se com a própria adequação estrutural do ambiente educacional, ou seja, da escola, e para isso exige recursos financeiros amparados por políticas públicas para essa finalidade.

A Primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, na Georgia, de 14 a 26 de outubro do ano de 1977, entende que a educação ambiental

[...] deveria constituir uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos (DIAS, 1994, p. 62).

Observa-se que, a todo instante, o tema “meio ambiente” toma conta da mídia, da imprensa e das discussões políticas, entretanto, permanece a preocupação de como, de fato, as crianças, os adolescentes e os jovens estão sendo educados sob a ótica ambiental, principalmente visando à sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade, segundo Santos (1996, p. 14),

[...] se explica de duas formas. A primeira, pela dimensão teórica que ele sugere, ou seja, por requerer teorias outras da natureza e da sociedade. Teorias capazes de concebê-las para além da condição de ‘objeto’, assim como de dar conta das atuais formas de produção da sociedade e da natureza, de pensar tempo e espaço em suas múltiplas e complexas relações. A segunda, por colocar questões de natureza ontológica (não apenas epistemológicas), por demandar portanto um reflexão sobre a própria essência do Ser social do Ser natural e, logo, em decorrência, por repensar a relação entre sociedade, técnica e natureza, entre sujeito-objeto, aparência-essência, vivo-inanimado, enfim, as duas dualidades que estruturam a racionalidade moderna.

Reigota (2004, p. 14) define meio ambiente como

[...] o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de implantação da Política de Educação Ambiental do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1999 a 2006.

Os objetivos específicos estão assim definidos:

- a. Verificar a relação entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999) e a política de educação ambiental de Grosso do Sul (MS);
- b. Analisar como ocorreu o processo de implantação da política de educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul, no período 1999-2006;
- c. Verificar a concretização da educação ambiental em três escolas da rede estadual de ensino, em Campo Grande (capital do estado de MS);
- d. Investigar, em que medida, as escolas selecionadas implementaram ações de educação ambiental, no período em foco.

A análise dos dados levantados na pesquisa demonstrou o impacto/presença da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.597/1999), das ações de educação ambiental propostas no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e das metas de educação ambiental do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (Lei nº 2.791/2003) no cotidiano de algumas escolas da rede estadual de ensino.

A relevância desta dissertação está no fato de que busca investigar a educação ambiental, no âmbito das políticas públicas, com foco na rede pública estadual no estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1999 a 2006, preenchendo assim uma lacuna da produção nesta área, em Mato Grosso do Sul. Deve-se, também, à possibilidade de poder chamar a atenção das escolas para essa temática tão importante nos dias de hoje.

Para isso, toma como referência a concepção de política educacional expressa por Vieira (1992, p. 20-21) que assinala:

Quando se toca em política econômica, política social, política tributária, política habitacional, política de assistência, política previdenciária, política de saúde, política educacional e em outras análogas, está-se mencionando uma estratégia governamental que normalmente se compõe de planos, de projetos, de programas e de documentos variados. Neles se acham as diretrizes relativas a cada área. Se o 'Estado' é uma organização especial de 'força', de sua parte o governo constrói a ordem de cada dia, assegurando e legalizando a dominação. No cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e da política social.

Nesse sentido, a política educacional é entendida como uma política social; para Vieira (1992), política social e política econômica são parte de uma mesma totalidade e, portanto, não é possível analisar a política social separada do desenvolvimento econômico.

Na mesma direção, conforme Azevedo (1997, p. 5) “abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o “Estado em ação”. (AZEVEDO, 1997, p. 5).

Dessa forma, a política pública de educação ambiental deve ser analisada em conjunto com as políticas educacionais que, por sua vez, estão inseridas nas políticas sociais.

A delimitação do período compreende dois mandatos do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores

(PT), que se inicia em 1999 e vai até 2002, sendo reeleito para um segundo mandato, no período de 2003 até o ano de 2006.

No ano de 1999, ou seja, no início do primeiro mandato de José Orcírio Miranda dos Santos, cujo Secretário de Educação era Pedro César Kemp Gonçalves, teve início o movimento denominado Constituinte Escolar, entendido

[...] como um instrumento estratégico de mobilização de todos os trabalhadores da educação e da sociedade em geral para a construção coletiva de um projeto educacional comprometido com a transformação social e com a formação do cidadão na sua acepção mais plena (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 3).

Esse movimento, portanto, tinha como objetivo a aprovação do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. No ano de 2001, especificamente no dia 28 de junho, ocorreu o Congresso Estadual da Constituinte Escolar e a aprovação do referido Plano. Tal documento apresenta em seu corpo um bloco de temas contendo as diretrizes e metas para a educação na rede estadual de ensino. Entre os dezesseis blocos, encontra-se o da educação ambiental. E como expressão das diretrizes desse Plano, foram aprovados, também, Cadernos Temáticos com o objetivo de nortear a reflexão e a discussão de cada tema.

No segundo mandato do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, na gestão do secretário Hélio de Lima, foi elaborado e aprovado o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2003).

O primeiro procedimento tomado para a delimitação do objeto de estudo e desenvolvimento da investigação consistiu em identificar os estudos e pesquisas que já trataram sobre a temática, no sentido de verificar as suas contribuições e fazer o resgate da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em questão.

Conforme levantamento efetuado, destacam-se os trabalhos que contribuíram, mais diretamente, para o desenvolvimento desta pesquisa.

No ano de 2004, Maria Alice de Miranda Aranda, apresentou uma dissertação de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com o seguinte título: **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001): uma proposta de gestão democrática**. Essa dissertação contribuiu com este trabalho na medida em que recupera a Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul realizada a partir do ano de 1999.

Maria do Socorro da Silva Batista, defendeu no ano de 2007, uma dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o

seguinte título: **Políticas públicas de educação ambiental: a gestão do Programa Municipal de Educação Ambiental de Mossoró/RN**. Esse trabalho mostra como as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, foram implantadas em um Programa Municipal de Educação Ambiental.

Esta pesquisa terá o suporte, principalmente, de três teóricos no âmbito da educação ambiental: Genebaldo Freire Dias (1994), Marcos Reigota (2008) e Carlos Frederico Bernardo Loureiro (2004).

O primeiro, Genebaldo Freire Dias (1994), é autor de um dos primeiros clássicos na literatura ambientalista brasileira, intitulado “Educação Ambiental: princípios e práticas” (1994), que reúne um conjunto de informações fundamentais para a promoção do processo de educação ambiental, como o surgimento da educação ambiental, a evolução dos conceitos de educação ambiental e subsídios para a prática da educação ambiental. Inclui também conferências brasileiras e documentos nacionais e internacionais, oferecendo mais de cem sugestões de práticas de educação ambiental.

Marcos Reigota (2008), o segundo autor, discute de maneira profunda os fundamentos filosóficos e políticos da prática de educação ambiental. Esse autor possui uma ampla literatura na área de educação ambiental, desde os títulos mais básicos sobre educação ambiental, como “O que é educação ambiental” (1994) até relatos de encontros e deslocamentos de um educador ambiental inseridos na obra “Educação Ambiental: utopia e práxis” (2008). Esse último em co-autoria com Bárbara Heliodora Soares do Prado. Assim, os seus estudos contribuem para a compreensão da educação ambiental em uma perspectiva político-social.

O terceiro autor, Carlos Frederico Bernardo Loureiro (2004), aborda a educação ambiental em uma perspectiva crítica emancipatória, voltada para a participação consciente e cidadã, visando à ressignificação do ambiente e a transformação da sociedade, além de expor pontos importantes para a efetivação da educação ambiental como política pública. Podem-se encontrar essas discussões no livro “Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental” (2004).

Os principais eventos internacionais, como a Conferência sobre o Ambiente Humano de Estocolmo (1972), a Conferência de Belgrado (1975), a Conferência de Tbilisi (1977), o Congresso de Moscou (1987), o Relatório Brundtland, elaborado no ano de 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, focados neste trabalho, servem de parâmetros

no sentido de apontar quais as diretrizes condutoras para a discussão ambiental. Em outras palavras, qual o discurso expresso, principalmente pela ONU, no que diz respeito à educação ambiental, uma vez que ela foi a patrocinadora desses eventos.

O discurso desenvolvimentista é uma transversal nas conclusões das Conferências das ONU sobre o meio ambiente. Entretanto, já nessa época, década de 1970, Furtado (1974) chamava a atenção no sentido de que o desenvolvimento pode causar, por vezes, um efeito contrário, ou seja, de mais exclusão e menos inclusão.

Diante disso, a pesquisa que ora se apresenta é de caráter documental, bibliográfica e de campo com aplicação de um instrumento de pesquisa (entrevista), uma vez que objetiva analisar a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental em algumas escolas estaduais de Campo Grande/MS, no período compreendido entre 1999 até o ano de 2006.

Ressalta-se que também foram analisados os seguintes documentos: a) Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), que oferece as linhas diretrizes para a implantação da educação ambiental; trata-se da aplicação do Inciso VI do Artigo 225 da Constituição Federal que passou por várias discussões e levou seis anos para ser votada; b) Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001): apresenta os objetivos, as diretrizes e as metas para a educação do país, com duração de dez anos; c) Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001): fruto da Constituinte Escolar iniciada no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1999, que teve como objetivo organizar e sistematizar as propostas educacionais das escolas públicas da rede estadual de ensino; d) Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (Lei nº 2.791/2003): com duração até o ano de 2010, tem por objetivo principal “assegurar a continuidade de políticas educacionais e articulação das ações do Estado e dos seus municípios” (MATO GROSSO DO SUL, 2004).

Considerando ainda a natureza da pesquisa, foi realizada uma busca de material referente à educação ambiental da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), tais como: Plano de Governo, relatórios, material didático, orientações para trabalhos voltados para a educação ambiental, entre outros.

Apontam-se, no entanto, as dificuldades encontradas na busca de material de educação ambiental na Secretaria de Estado de Educação (SED/MS). O que acontece é que ocorreu a troca de governo, saindo o governador do Partido dos Trabalhadores (PT) e entrando o governador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nessa mudança, “os materiais da gestão anterior simplesmente

desapareceram”, afirmou uma ex-técnica pedagógica responsável pela educação ambiental na Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) do ano de 2002 a 2006.

No levantamento do material produzido sobre educação ambiental no período em questão, a responsável pela educação ambiental na Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), no atual governo², afirmou, em outra ocasião, que não havia nenhum material de educação ambiental arquivado na SED/MS, elaborado entre os anos de 1999 a 2006.

Além disso, a pesquisa, também de natureza empírica, buscou, por meio de entrevistas baseadas em um roteiro de caráter semi-estruturado, a coleta de dados na SED/MS e em três escolas selecionadas para estudo. Após serem contatados e devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa, os entrevistados concordaram em conceder a entrevista, com a divulgação das informações prestadas e, assim, assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO 5).

Dessa forma foram entrevistadas duas pessoas que durante os dois mandatos do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, do ano de 1999 ao ano de 2006, eram as técnicas-pedagógicas responsáveis pela educação ambiental dentro da SED/MS. É importante informar que a primeira técnica-pedagógica (T1) trabalhou do ano de 1999 ao ano de 2001. A segunda (T2) trabalhou do ano de 2002 ao ano de 2006. Essas entrevistas (ANEXO 3) foram realizadas nos atuais locais de trabalhos das técnicas (T1 e T2) e foram gravadas no período de 23 de abril a 05 de maio do ano de 2009. Após a gravação, elas foram transcritas para um melhor aproveitamento dos dados.

Com a finalidade de compreender o alcance da educação ambiental no período estipulado, foram realizadas, também, entrevistas com os gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) e professores de três escolas estaduais da cidade de Campo Grande/MS. Essas entrevistas (ANEXO 4), foram realizadas nas próprias escolas e posteriormente foram gravadas e transcritas entre os dias 02 de abril a 10 de maio do ano de 2009. Os professores escolhidos foram responsáveis por algum projeto de educação ambiental dentro da escola.

As escolas foram selecionadas segundo os seguintes critérios: uma escola que tivesse apenas o Ensino Médio; outra que tivesse apenas o Ensino Fundamental e uma terceira que tivesse tanto o Ensino Fundamental como o Ensino Médio.

² O atual governador do estado de Mato Grosso do Sul é o senhor André Puccinelli, do PMDB.

A primeira, denominada de Escola A (EA), está localizada na periferia da cidade e atende 1.160 alunos de baixo poder aquisitivo. Essa escola foi fundada no ano de 1993; funciona em três períodos, manhã, tarde e noite e oferece o Ensino Fundamental e Médio.

Denominada de Escola B (EB), a segunda instituição está localizada no centro da cidade e atende 493 alunos oriundos da classe média. Essa Escola foi fundada no ano de 1974, funciona em dois períodos, manhã e tarde; oferece apenas o Ensino Fundamental. Essa Escola caracteriza-se como conveniada, ou seja, o prédio é alugado de uma instituição e o diretor é indicado por parte da mesma instituição locadora³.

A Escola C (EC), a terceira, está localizada também na periferia da cidade e atende 600 alunos de baixo poder aquisitivo; foi fundada no ano de 1986; funciona em dois períodos, manhã e noite e oferece apenas o Ensino Médio.

Para o levantamento dos dados das escolas selecionadas, foram entrevistados nove sujeitos que serão assim identificados: escola A (Diretor EA, Coordenador EA, Professor EA); escola B (Diretor EB, Coordenador EB, Professor EB); escola C (Diretor EC, Coordenador EC, Professor EC).

No processo desencadeado para o alcance dos objetivos, foram definidos alguns eixos para análise dos documentos e das entrevistas, tais como: a concepção de educação ambiental dos sujeitos entrevistados; o papel da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) como Órgão Gestor da implementação da educação ambiental nas escolas da rede estadual; os projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas e na comunidade externa; as dificuldades, resistências, avaliações e o acompanhamento dos projetos.

Assim, esta dissertação está organizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo, **A Educação Ambiental no Contexto Internacional**, discute alguns eventos internacionais de educação ambiental ao longo de três décadas. Parte-se da década de 1970 porque foi nesse período que surgiram as principais preocupações com as questões ambientais e, conseqüentemente, as reivindicações referentes à educação ambiental. Esses encontros internacionais de educação ambiental são, em sua maioria, patrocinados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Educação Ambiental no Brasil é o título do segundo capítulo o qual analisa como as políticas de educação ambiental foram se configurando no Brasil, a

³ Nesse caso, quem indica o diretor da escola é a Congregação Religiosa. Essa mesma Congregação é quem aluga o prédio para o governo do estado de Mato Grosso do Sul.

partir da década de 1980, partindo da Lei nº 6.938/1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, abordando a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, assim como a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada nos anos de 2003 e 2005, no primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

No terceiro capítulo, **A Educação Ambiental nas Escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul**, analisa-se o processo da construção da política de educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul e a sua concretização em escolas da Rede Estadual de Ensino, especificamente na cidade de Campo Grande/MS.

Nas **considerações finais**, apresenta-se a síntese com os principais resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

O objetivo deste capítulo é discutir as principais reivindicações que resultaram de eventos organizados em âmbito internacional, a partir da década de 1970, relacionados à educação ambiental. Foi estipulada essa década porque nesse período alguns países começaram a se preocupar, em âmbito mundial, com as questões ambientais que deixaram de ser uma opção ou preocupação isolada, isto é, de algumas pessoas, particularmente, e passaram a ser uma preocupação de alguns grupos ou mesmo de todos.

1.1 A Educação Ambiental no contexto de crise do capital

A preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, as discussões referentes aos rumos que o planeta, bem como toda a vida nele contida poderia tomar, remonta a algum tempo. Segundo alguns autores como Reigota (2007) e Grün (2007), essa preocupação toma mais vigor após as bombas de Hiroshima e Nagasaki.

Um dos episódios mais bárbaros do século é registrado pelas lentes do exército norte-americano. Uma coluna maciça de fogo e fumaça desenha no ar um imenso cogumelo. Um bombardeiro B-29 norte-americano joga a bomba atômica sobre a cidade de Nagasaki, no Japão, matando mais de 70 mil pessoas. É dia 9 de agosto de 1945. Três dias antes, os EUA lançaram o primeiro artefato do gênero em Hiroshima, onde tinham sido registradas outras 60 mil mortes. O poder destrutivo da nova arma encerra a guerra no Pacífico e, ao mesmo tempo, desencadeia um novo tipo de temor internacional. Nas décadas seguintes, as duas maiores potências nucleares, EUA e URSS, usam a ameaça de seus arsenais para dividir o poder político no planeta, um tenso equilíbrio de forças que fica conhecido como Guerra Fria (REIGOTA, 2007, p. 130-131).

Em julho de 1945, no Deserto de Los Alamos, Novo México, Estados Unidos, o azul do céu transformou-se subitamente em um clarão ofuscante. A equipe científica liderada pelo físico R. Oppenheimer explodia experimentalmente a primeira bomba H. Apenas dois meses depois eram jogadas as bombas atômicas sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki. O *Homo Sapiens*, esta espécie tardia surgida há pouco mais de um milhão e meio de anos, havia conquistado o poder de destruição total de si próprio e de todas as demais espécies sobre a face da Terra. Os seres humanos adquirem, então, a autoconsciência da possibilidade de destruição completa do Planeta. Após o dia 6 de agosto de 1945 o mundo não seria mais o mesmo. Ironicamente, a bomba plantava as primeiras sementes do ambientalismo contemporâneo. Estávamos entrando na ‘idade ecológica’ (WORSTER, 1992, *apud* GRÜN, 2007, p. 16).

No entanto, segundo Dias (2009), não há um ponto de partida detectável para as discussões e preocupações ambientais. Para o autor,

[...] Sócrates, Demócrito, São Francisco de Assis, Nietzsche, José Bonifácio, Confúcio, Sidharta e tantos outros já se referiam a essa relação ser humano-ambiente, vida-respeito, percepção. Podemos dizer que os sinais começaram a ficar mais nítidos a partir do ‘Primavera Silenciosa’ (1962), de Raquel Carson. Mas daí ser um ‘ponto de partida’ seria cartesianismo puro (DIAS, 2009).

Outros autores (PEDRINI, 2001; JACOBI, 2005; LOUREIRO, 2006) citam a obra “Primavera silenciosa”⁴ como o ponto de partida para as discussões ambientais. Outros ainda (BRÜSEKE, 1994; MINC, 1997) referem-se ao “Clube de Roma”⁵ como o ponto de partida para as referidas discussões.

Assim, a partir desses acontecimentos é que a humanidade tomou consciência de que alguns desenvolvimentos científicos podem causar danos à humanidade. Entretanto, foi a partir dos anos de 1970 que a discussão da educação ambiental começou a fazer parte, de forma mais sistemática, de alguns eventos de âmbito internacional.

Não se pode esquecer de que a década de 1970 foi marcada pela crise de um recurso natural, o petróleo, afetando a economia mundial. Uma das potências mundiais, os Estados Unidos, sofreu um embargo de alguns países da Organização dos Países

⁴ “Em 1962 a jornalista Rachel Carson lançava seu livro *Primavera Silenciosa* que se tornaria um clássico na história do movimento ambientalista mundial, com grande repercussão. Ela tratava da perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais” (DIAS, 1994, p. 20-21).

⁵ O **Clube de Roma** é um grupo de pessoas que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados à política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi fundado em 1968 por Aurelio Peccei, industrial e acadêmico italiano, e Alexander King, cientista escocês. Tornou-se um grupo muito conhecido em 1972 devido à publicação do relatório elaborado por uma equipe do MIT contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Meadows, intitulado **Os Limites do Crescimento**, que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história. O referido Relatório tratava essencialmente de **problemas cruciais** para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente tecnologia, crescimento populacional dentre outros (MEADOWS, 1972).

Exportadores de Petróleo (OPEP), uma vez que a maioria dos membros dessa organização é de origem árabe e os Estados Unidos apoiavam o Estado de Israel, fornecendo armamento na guerra contra os árabes.

Em resposta à crise econômica e financeira, os Estados Unidos adotaram as teses neoliberais que influenciaram as questões econômicas e os programas políticos e sociais no governo do presidente Ronald Reagan (1981-1989), assim como em outros países, como na Inglaterra, com a primeira ministra britânica Margaret Thatcher (1979-1990).

Segundo Bianchetti (2005), as teses neoliberais ou o neoliberalismo consiste num

[...] movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos [...], cuja proposta econômica significa o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo, ou seja, às propostas da economia clássica como a única alternativa de superação da crise pela qual passam essas sociedades (BIANCHETTI, 2005, p. 21).

Cabe lembrar que, após a crise de 1929, que marcou a grande recessão do século XX e que perpassou toda a década de 1930, o *keynesianismo*⁶ apresenta o Estado como o agente indispensável para o controle da economia, além do dever de garantir as condições de vida digna à população como o salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, a assistência médica, entre outros (BIANCHETTI, 2005), conduzindo à construção do chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), ou seja, que confere direitos sociais.

O neoliberalismo, portanto, em contraposição ao Estado de Bem-Estar Social, como acentua Perry Anderson (1995, p. 9), refere-se a um

[...] fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o *Caminho da Servidão*, de Friederich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a

⁶ “Trata-se da teoria econômica de John Maynard Keynes (1883-1946) que, na década da Grande Depressão econômica mundial (1929-1933), procura analisar a conjuntura e seu tempo e apontar saídas para a crise do capital” (OLIVEIRA, 2003, p. 136). Esse modelo originou o “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*).

social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna’.

Assim, a ideologia neoliberal ganha força ao final da década de 1970 com o início do governo de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Thatcher foi seguidora, principalmente, de Friederich Hayek⁷, empregando em seu governo muitas de suas teorias. Thatcher estabeleceu um programa rigoroso para reverter a crise econômica na qual a Grã-Bretanha estava imersa baseado na redução da intervenção estatal e na privatização. Reagan, por sua vez, impulsionou a política neoliberal ao adotar e estabelecer medidas de gastos públicos. Reagan inspirou suas políticas restritivas e monetaristas no economista norte-americano Milton Friedman⁸.

Pode-se afirmar que a crise instalada nessa época é de ordem ambiental, econômica, política e social. Ambiental porque envolve, não só, mas principalmente um recurso natural e cada vez mais escasso, nesse caso, o petróleo. Econômica porque a OPEP, no ano de 1973, triplicou o preço do barril de petróleo, causando assim um furo na economia norte americana o que, conseqüentemente, afetou a economia mundial uma vez que se registra que os Estados Unidos são os maiores consumidores de petróleo do mundo⁹. Política porque a maior potência mundial precisou buscar alternativas, meios, estratégias para enfrentar essa situação inusitada. Social porque atinge a todos e, numa sociedade de classes, como é a sociedade capitalista, a consequência maior é sentida nas classes menos favorecidas.

[...] a raiz mais profunda desta crise ambiental é o conceito e prática do desenvolvimento centrado na acumulação ilimitada do capital, que não consegue enxergar o ser humano como mais do que algo genérico e abstrato (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 13).

O mecanismo de acúmulo do capital, gerando uma sociedade capitalista, é um fenômeno que teve seus primórdios nos séculos XVI e XVII. O sistema capitalista, com base na socialização da miséria e na privatização da riqueza, alastra-se, apodera-se e atinge vários níveis de um estado, inclusive o ambiental, como observou Machado (2008):

⁷ Friedrich Hayek (1899-1992) foi economista membro da escola austríaco. Em sua principal obra “O caminho da servidão” critica a tendência de controle por um sistema central em detrimento da ordem de mercado. Segundo o autor, esse controle causa empobrecimento e servidão (BELLAMY, 1994).

⁸ Milton Friedman (1912-2006) foi economista da Universidade de Chicago. Em sua principal obra “Capitalismo e Liberdade” aponta que a liberdade econômica é uma condição essencial para a liberdade das sociedades e indivíduos (BELLAMY, 1994).

⁹ Os Estados Unidos gastam 25% do petróleo produzido no planeta, embora tenham apenas 4,5% da população mundial (CARDOSO, 2006).

[...] o mercado capitalista mundial apodera-se de economias e sociedades nacionais e, com isso, alastra-se pelo globo terrestre. Essa apropriação leva à adaptação dessas economias e sociedades à lógica monopolista de acumulação do capital, por meio de políticas de ajustes e de reestruturações promovidas pelos estados e empresas, com importantes conseqüências econômicas, políticas, sociais, culturais, educacionais e **ambientais** (MACHADO, 2008, p. 43, grifo nosso).

Essa crise do capital, na verdade, é a uma crise também de ordem financeira, comparada à Grande Depressão de 1929, como observaram Hobsbawm (2009) e Mészáros (2007):

Um problema maior tem sido que a tendência de declínio das margens de lucro, típico do capitalismo, tem sido particularmente dramática porque os operadores financeiros, acostumados a enormes ganhos com investimentos especulativos em épocas de crescimento econômico, têm buscado mantê-los a níveis insustentáveis, atirando-se em investimentos inseguros e de alto risco, a exemplo dos financiamentos imobiliários ‘subprime’ nos EUA. Uma enorme dívida, pelo menos quarenta vezes maior do que a sua base econômica atual foi assim criada, e o destino disso era mesmo um colapso (HOBBSAWM, 2009, p.1).

O século XX testemunhou não apenas a primeira grande tentativa de estabelecer uma sociedade pós-capitalista, mas também a implosão desse tipo de sociedade tanto na União Soviética, como por toda a Europa oriental. Não é surpreendente, pois, que os defensores acríticos da ordem social do capital celebrem essa implosão como o retorno saudável à sua ordem ‘natural’ após um desvio errático. Eles têm agora a ousadia de postular a permanência absoluta das condições estabelecidas, não obstante todos os perturbadores sinais de instabilidade perigosa, ignorantes das crises econômicas e ecológicas que se aprofundam e da guerra, mais ou menos permanente, endêmica a seu sistema (MÉSZÁROS, 2007, p. 29).

É nesse contexto que a educação ambiental começou a ser inserida no debate, mesmo que de forma incipiente, ou seja, num contexto de crise do capital e, em decorrência, de crise ambiental no decorrer de eventos realizados a partir dessa década.

1.2 Os principais eventos internacionais de educação ambiental

Na década de 1970, alguns eventos trouxeram à tona a discussão sobre políticas voltadas para o meio ambiente e, por conseguinte, educação ambiental; algumas delas, foram promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰. Com

¹⁰ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada por 51 países nos Estados Unidos da América, no dia 24 de outubro do ano de 1945, ou seja, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Atualmente a ONU conta com 192 Estados-membros devidamente representados, cuja sede continua sendo nos Estados Unidos da América, na cidade de New York (CASTRO, 2007).

a colaboração dos países membros, foi escrita a Carta das Nações Unidas (1945), garantindo que a força deveria ser usada apenas para atingir o bem comum.

Num primeiro momento, tem-se um discurso de neutralidade da referida Organização. Entretanto, na prática, a realidade é outra. Nota-se um discurso que vai ao encontro dos interesses dos países de capitalismo avançado, definindo suas políticas de poder. Como observou Wirth (2004, p. 4), “[...] a durabilidade da ONU pode ser justificada não por sua capacidade de auxiliar na resolução de conflitos de maneira justa e sem interesses próprios, mas por sua adaptação funcional às políticas de poder”.

A ONU, representada por 113 países, realizou em junho do ano de 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, uma Conferência sobre o Ambiente Humano, cujo principal objetivo foi a preservação e a melhoria do ambiente humano. Dessa Conferência resultou a Declaração sobre o Meio Ambiente contendo 23 princípios que deram “orientações aos governos; estabeleceu o Plano de Ação Mundial, e, em particular, recomendou que deveria ser estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental visando educar o cidadão comum” (DIAS, 1994, p. 38).

Dos 23 princípios que compõem a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente, do ano de 1972, em mais da metade deles, ou seja, em 13 princípios, aparece de alguma forma a temática desenvolvimento, com várias conotações. Em quatro princípios (números 9, 13, 14 e 16)¹¹ num sentido geral; depois, no sentido de desenvolvimento econômico e/ou social, em três princípios (números 4, 8 e 18)¹²; referindo-se aos países em desenvolvimento, em cinco princípios (números 10, 11, 12, 14, 20 e 23)¹³ e por fim, no sentido de desenvolver o direito internacional.

¹¹ Princípio 9: “[...] a melhor maneira de atenuar suas conseqüências é promover o desenvolvimento acelerado [...]”; Princípio 13: “[...] os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade do desenvolvimento [...]”; Princípio 14: “A planificação racional constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento [...]”; Princípio 16: “Nas regiões em que exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento [...]”.

¹² Princípio 4: “[...] ao planificar o desenvolvimento econômico, deve ser atribuída importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres”; Princípio 8: “O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável [...]”; Princípio 18: “Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social, devem ser utilizadas a ciência e a tecnologia [...]”.

¹³ Princípio 10: “Para os países em desenvolvimento [...]”; Princípio 11: “As políticas ambientais de todos os países deveriam melhorar e não afetar adversamente o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos países em desenvolvimento [...]”; Princípio 12: “Deveriam ser destinados recursos [...] tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento [...]”; Princípio 20: “Deve ser fomentada, em todos os países, especialmente naqueles em desenvolvimento, a investigação científica e medidas desenvolvimentistas [...] as tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento [...]”; Princípio 23: “[...] o limite de aplicabilidade de padrões que são válidos para os

A conotação desenvolvimentista percebida nessa declaração da ONU remonta à crença do progresso e do crescimento ilimitado surgida logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

[...] quando o desafio era reconstruir as sociedades afetadas pela guerra e ao mesmo tempo estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 15).

A Conferência, segundo Dias (1994), tornou-se, sem dúvida, um marco político internacional decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente. Isso porque, até então, essa pauta não tinha sido contemplada ainda nas Assembleias da ONU. Entretanto, trouxe consigo o reflexo daquilo que não podia ser diferente, ou seja, conclusões que, segundo Scotto, Carvalho e Guimarães (2007), formaram o coração do sistema de ideias da política internacional do bloco dos países do sistema capitalista do Ocidente, ou seja, as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e modernização.

De fato, dessa Conferência decorreu, por exemplo, em âmbito internacional, a Conferência de Belgrado (1975) a qual retomou a Conferência de Estocolmo (1972), especificamente a Recomendação 96, ou seja, aquela que defendeu que a educação ambiental seria uma grande saída para a crise ambiental. Pode-se afirmar que dela se recebem os reflexos positivos até os dias de hoje, como por exemplo, a Rio-92¹⁴ que reafirma a Declaração oriunda da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972 (DIAS, 1994), não obstante a ideologia neoliberal e capitalista subjacente em seus primórdios.

Foi nesse contexto, de modo específico, no início da década de 1970, em meio às discussões sobre os limites do crescimento, que surgiu o conceito de ecodesenvolvimento, o qual depois, por sua vez, deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável, formulado por Ignacy Sachs.

países mais avançados, mas que possam ser inadequados e de alto custo social, para os países em desenvolvimento”.

¹⁴ “Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Realizou-se no Rio de Janeiro, de 03 a 14 de junho de 1992, com a participação de 170 países. Teve como objetivos: a) examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; b) identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais; c) recomendar medidas a serem tomadas nacional e internacionalmente referentes à proteção ambiental através de política de desenvolvimento sustentado; d) promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional; e) examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros” (DIAS, 1994, p. 53).

Durante a preparação da Conferência de Estocolmo, duas posições diametralmente opostas foram assumidas, pelos que previam abundância (*the cornucopians*) e pelos catastrofistas (*doomsayers*). Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam, inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos. Em grande escala, o meio ambiente não era uma preocupação de peso para as pessoas ricas e ociosas. A prioridade deve ser dada à aceleração do crescimento. As externalidades negativas produzidas nesse rumo poderiam ser neutralizadas posteriormente, quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos. O *otimismo epistemológico* era popular entre políticos de direita e de esquerda; soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas. Do lado oposto, os pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados. Ao final do século, a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento com consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição. Alguns desses pessimistas eram *malthusianos*. Para eles, a perturbação do meio ambiente era consequência da explosão populacional, como se o número de não-consumidores – a maioria pobre – importasse mais do que o consumo excessivo da maioria abastada. No encontro de Founex e, mais tarde, na Conferência de Estocolmo, ambas as posições extremas foram descartadas. Uma alternativa média emergiu entre o economicismo arrogante e o fundamento ecológico. O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza do PIB (SACHS, 2000, p. 50-52, grifos do autor).

Dessa maneira foi entendido o ecodesenvolvimento, ou seja, como uma visão intermediária entre o desenvolvimento sem limite e uma visão catastrófica sobre os limites do crescimento.

Por fim, pode-se constatar pela análise dos princípios da Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente, do ano de 1972, que a ideologia do desenvolvimento esteve presente. Dentro dessa lógica, os países denominados subdesenvolvidos precisariam então adotar essa ideologia para daí saírem da crise econômica, política e ambiental. E mais, para os mentores dessa ideologia, esses países eram a causa dos grandes problemas ambientais, uma vez que somente com a industrialização/desenvolvimento seriam capazes de gerar riquezas e, conseqüentemente, favorecer a educação, a saúde e o saneamento, já que a privação desses três itens causa impactos ambientais. Em outras palavras:

Para os países chamados subdesenvolvidos ingressarem nesta condição de bem estar e consumo era necessário crescer economicamente, industrializar-se, urbanizar-se, ainda que isto custasse muitos sacrifícios como o crescente endividamento na esfera econômica, a desvalorização e a marginalização das práticas culturais e saberes populares, a exploração da força de trabalho humano e dos recursos naturais (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 16).

Na concepção de Furtado (1961, p. 19), a teoria do desenvolvimento econômico “[...] trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”.

Esse modelo de modernização e desenvolvimento definido pelos países capitalistas e hegemônicos, como os Estados Unidos e a Inglaterra, foi alvo de inúmeras críticas, especialmente pelas condições atribuídas a alguns países da América Latina, entre os quais se encontra o Brasil. Segundo Mészáros (2007),

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo ‘desenvolvimento’ e pela ‘modernização’ socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor das hipóteses, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinham a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem do modo prometido. Tiveram de descobrir com a amarga experiência que a panacéia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daqueles que empunhavam os timões do controle social. A ‘revolução verde’ na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos. Recentemente, alguns líderes de governo, incluindo o inglês, começaram a pregar sermões sobre a vindoura ‘revolução verde industrial’, o que quer que isso signifique. Está claro, no entanto, que panacéia tecnológica de última moda é prometida, novamente, como uma forma de fugir da dimensão social e política inextirpável dos perigos ambientais cada vez mais intensos. (MÉSZÁROS, 2007, p. 189-190).

A referida Conferência da ONU (Estocolmo 1972) foi precedida pelo Relatório Meadows. Esse relatório foi publicado pelo Clube de Roma três meses antes da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo, no ano de 1972). Foi do Clube de Roma que a proposta da Conferência da ONU (Estocolmo, 1972) sobre a educação ambiental, na sua vertente institucionalizada pela UNESCO, tornou-se conhecida.

Para se alcançar a estabilidade econômica e ambiental, o relatório propôs o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, ou seja, a estagnação do desenvolvimento ou crescimento industrial que passa necessariamente pelo capital. Entretanto, como já foi observado, sobre os 23 princípios que compõem a

Declaração final da Conferência (Estocolmo 1972), ela foi eminentemente permeada por uma ideologia desenvolvimentista.

Verifica-se que no limiar das discussões relacionadas à educação ambiental na década de 1970, perpassando por instituições representativas, como a ONU, as reflexões e recomendações voltadas para a educação ambiental apresentam-se de forma paralela e contraditória. Paralela no que diz respeito à temática abordada, ou seja, a preocupação com o meio no qual estamos inseridos e as consequências que poderão ocorrer caso não haja mais conscientização e atitude; contraditória porque, se de um lado tem-se uma organização, no caso concreto a ONU e sua representatividade em sua primeira Conferência sobre o Meio Ambiente (Estocolmo 1972), levantando a bandeira de que alguns países em desenvolvimento são responsáveis pela degradação ambiental e, conseqüentemente, precisam entrar com urgência na dinâmica do desenvolvimento industrial e do capital, de outro, tem-se um grupo, o Clube de Roma, que defende a teoria do crescimento zero.

Na sequência, entre os dias 13 a 22 de outubro de 1975, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu em Belgrado um encontro com o objetivo de atender a Recomendação 96¹⁵ da Conferência de Estocolmo. Nessa Conferência de Belgrado

[...] foram formulados princípios e orientações para o programa de educação ambiental mundial. Seu tema principal foi a premente necessidade de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humanas (DIAS, 1994, p. 58).

O resultado dessa Conferência foi o documento intitulado “Carta de Belgrado”. Segundo Dias (1994, p. 58), esse é “[...] um dos documentos mais lúcidos e importantes gerados naquela década”, ou seja, na década de 1970. Era o início do ecodesenvolvimento.

Assim, a Conferência de Belgrado avançou no sentido de trazer novos elementos de reflexão no âmbito da construção de uma política de educação ambiental. Entretanto, ambas as Conferências emanaram de uma mesma matriz, ou seja, da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo a Conferência de Belgrado promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Agência Especializada no Conselho Econômico e Social da ONU. Mesmo que as

¹⁵ “A Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo atribuía grande importância estratégica à Educação Ambiental” (DIAS, 1994, p. 58).

agências sejam diversas dentro da organização geral, os interesses particulares dos países hegemônicos são os mesmos.

O último evento internacional de educação ambiental, na década de 1970, promovido pela UNESCO, agora em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi a Conferência de Tbilisi, de 14 a 26 de outubro do ano de 1977, na Geórgia. Essa Conferência colocou as bases da política de educação ambiental, na medida em que trouxe a discussão sobre a política de educação ambiental em seus conceitos, principalmente dirigindo um “[...] chamamento aos Estados membros para que incluam em suas políticas de educação medidas que visem à incorporação de conteúdos, diretrizes e atividades ambientais a seus sistemas” (DIAS, 1994, p. 63).

Nessa Conferência, a tônica desenvolvimentista apareceu de uma maneira pulverizada, ou seja, se nas Conferências de Estocolmo (1972) e de Belgrado (1975) a ordem desenvolvimentista está explícita no sentido de desenvolvimento do capital econômico, na Conferência de Tbilisi a terminologia “desenvolvimento” aparece, quase que na maioria das vezes, ligada ao desenvolvimento da educação ambiental propriamente dita. Isso se deve ao fato de essa Conferência tratar de um assunto específico, nesse caso, a educação ambiental. Por isso que suas conclusões voltaram-se para as finalidades, os objetivos, os princípios básicos e as estratégias necessárias para que a educação ambiental aconteça (LOUREIRO, 2004).

Na década de 1980, o Congresso de Moscou, ocorrido dez anos após a Conferência de Tbilisi, isto é, no ano de 1987, debateu e priorizou em suas conclusões a organização de redes de informação, formação e capacitação do educador ambiental por intermédio de treinamentos específicos e socialização de material didático de ensino ligado à educação ambiental. Esse Congresso foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e pela Internacional Environmental Education Programme (IEEP). O texto final do Congresso, ora faz alusão aos países em desenvolvimento, ora aos países industrializados, ressaltando que a diferença nos níveis de desenvolvimento entre eles é causa da problemática ambiental (UNESCO/UNEP/IEEP, 1987). Conforme analisou Dias (1994), fazendo uma síntese do documento final do Congresso de Moscou:

A crescente disparidade nos níveis de desenvolvimento e condições de vida entre as nações e, em muitos casos, dentro de um mesmo país piorou a

perspectiva para o futuro, tornando os problemas ambientais contemporâneos especialmente diversos e complexos (DIAS, 1994, p. 81).

O Congresso de Moscou (UNESCO/UNEP/IEEP, 1987) afirmou que todos os problemas, dos mais graves aos mais simples, resultaram da situação socioeconômica e dos padrões de comportamento inadequados. Apesar de não assumir a ideologia desenvolvimentista subjacente nesses encontros internacionais outrora analisados, o Congresso de Moscou adotou uma situação intermediária, ou seja, que despende uma atenção especial ao meio ambiente, mas não descarta também o desenvolvimento. Assim, enfatiza por vezes a expressão “desenvolvimento sustentável”. Segundo Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 35):

[...] o desenvolvimento sustentável é um conceito elaborado dentro da esfera de um pensamento orientado pela lógica econômica e com esta referência pensa a sociedade. A via de internalização dos custos ambientais, seja na forma de condicionalidades ambientais nas relações internacionais ou ainda na forma de internalização de custos nos produtos finais, segue o modelo da sociedade de mercado.

No ano de 1984, uma comissão denominada Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a pedido da ONU, reuniu-se por diversas vezes a fim de preparar um relatório o qual ficou pronto em abril do ano de 1987. Essa Comissão foi presidida pela primeira ministra da Noruega, a senhora Gro Harlem Brundtland. Daí porque do nome Relatório Brundtland. O principal desafio dessa Comissão foi conciliar três instâncias: o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a pobreza.

No prefácio do relatório (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 11), escrito pela presidente da Comissão, fica evidenciado que entre essas três instâncias, a abordagem sobre o desenvolvimento foi predominante. Desse modo, constata-se que a ideologia desenvolvimentista não foi deixada de lado; pelo contrário, os termos “desenvolvimento sustentável”, “países em desenvolvimento”, “desenvolvimento econômico e social” e “desenvolvimento”, aparecem por vinte e seis vezes apenas no prefácio, contra dezenove menções sobre o meio ambiente, com as expressões “estratégias ambientais”, “meio ambiente”, preocupação de cunho ambiental”, “questões ambientais”, “deteriorização ambiental”, “ameaças ecológicas”. E as expressões ligadas à pobreza, como por exemplo, “nações mais pobres”, “nações pobres”, “pobreza”, aparecem apenas nove vezes no prefácio escrito pela presidente da Comissão.

Isso evidencia mais uma vez a presença da ideologia neoliberal nas últimas três décadas do século XX, cujo principal objetivo é o desenvolvimento dos países em vista do acúmulo do capital regido pelo mercado econômico e financeiro, cuja consequência é a exclusão social, com “[...] o aumento da miséria absoluta, da fome, da violência, de doenças epidêmicas e pelo desemprego e subemprego estrutural [...]” (FRIGOTTO, 2003, p. 84).

Esse relatório tem seu valor histórico e científico com a contribuição de vários especialistas¹⁶, os quais fizeram um levantamento das situações em que a humanidade se encontrava no meio ambiente e qual será o futuro comum se esta não adotar algumas medidas radicais. Ainda, o relatório propõe como solução o desenvolvimento sustentável¹⁷, ou seja, fazer com que os países continuem em seus processos de desenvolvimento sem agora afetar o meio ambiente, garantindo o necessário para as gerações atuais sem colocar em risco as gerações futuras.

Entretanto, como aponta o Fórum de ONGS brasileiras,

A posição do relatório é ambígua e contraditória: aposta no mesmo modelo de desenvolvimento que está na raiz dos problemas sociais e ambientais que constata. Alinhado à concepção liberal de um mundo organizado com base nas relações de ajuda e cooperação, exclui de sua análise os mecanismos de dominação que produzem as disparidades constatadas (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 10).

O que esse documento não contemplou, porém, foram os meios concretos pelos quais, especialmente, os países chamados em desenvolvimento, alcançariam esse patamar desejável. Scotto, Carvalho e Guimarães (2007), numa análise do relatório concluem da seguinte forma:

Mas a questão que permanece em aberto é se estes mecanismos serão capazes de reorientar a lógica mercantil da sociedade ocidental de consumo, sendo efetivamente um freio à degradação social e, ou se estaríamos apenas vendo surgir um novo tipo de mercado ‘verde’. Além disso, como o próprio documento reconhece, mas não responde, resta a questão das consequências sociais da internalização destes custos, ou seja, quem vai pagá-los dentro de

¹⁶ Ao final do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento há uma lista das pessoas, especialistas – representando os diversos institutos e organizações tanto de órgãos oficiais quanto da sociedade civil – que contribuíram, desde o ano de 1983 para a elaboração desse Relatório (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 404-430).

¹⁷ A expressão “desenvolvimento sustentável” foi consagrada no Relatório Brundtland. Entretanto, os ambientalistas de uma linha mais crítica utilizam o termo sustentabilidade. O termo desenvolvimento sustentável aconteceu “no contexto da discussão do padrão de desenvolvimento ocidental e das diferenças, sempre crescentes, entre países capitalistas centrais e aqueles qualificados como ‘atrasados’, ‘menos desenvolvidos’, subdesenvolvidos’ ou ‘em vias de desenvolvimento de alguns e a impossibilidade de outros [...]’; o conceito de *sustentabilidade* emerge no contexto de discussão em torno da idéia do ‘ilimitado’ e das ‘infinitas’ possibilidades do atual padrão de produção e de exploração da natureza, da apropriação desigual de seus recursos, da onipotência virtual técnica, enfim, da assim chamada ‘problemática sócio-ambiental’.” (SANTOS, p. 15, grifo do autor).

uma lógica onde a regra é a 'otimização' da produção com a maximização do lucro e minimização dos custos de produção. O repasse destes custos à sociedade aumentaria os níveis de exclusão e desigualdade no acesso aos bens produzidos e/ou comercializados por este 'mercado livre' (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 36).

O argumento do relatório é que o crescimento populacional atrapalha o desenvolvimento econômico e não atinge o desenvolvimento sustentável.

Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 104).

Essa ideia de que o aumento da população diminui os recursos naturais foi defendida pelo Relatório Brundtland. Essa afirmação foi discutida nas décadas de 1980 e 1990 e pautou os debates dentro das organizações que discutiram sobre as questões ambientais, entre elas o Fórum de ONGs Brasileiras. Na concepção desse Fórum, os problemas ambientais são causados muito mais pela má distribuição de renda do que pelo crescimento da população.

O modelo econômico internacional, implantado ao longo de anos de dominação, levou à concentração da riqueza nas mãos de pequena parcela da população, condenando a absoluta maioria a uma situação de miséria crescente, e promoveu o comprometimento das condições necessárias à reprodução da vida (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 13).

[...] enquanto um bilhão de pessoas afortunadas (1/5 da população) desfrutam de um estilo de vida que impõe uma pressão desproporcional sobre o ecossistema planetário e outro bilhão de pessoas têm um nível de consumo moderado e suficiente, três bilhões de indivíduos não conseguem satisfazer suas necessidades materiais básicas (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 22).

Na década de 1990, as discussões tiveram continuidade no Rio de Janeiro, entre os dias 03 e 14 de junho do ano de 1992, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com representatividade de 170 países.

Por ocasião da preparação da Rio 92, em contraposição à política ideológica desenvolvimentista presente em todos os grandes encontros de meio ambiente e educação ambiental promovidos pela ONU, algumas organizações trouxeram para o

debate questões de políticas de educação ambiental, como o Fórum de ONGs Brasileiras¹⁸ que discutiu três pontos centrais:

[...] diagnóstico profundo da origem da degradação ambiental e social; estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional (que altere, em favor dos países pobres, a forma atual de abordagem da questão da dívida externa e revise o modelo exportador que hoje caracteriza as relações entre os países do norte e do sul; estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento (que privilegie a reforma agrária ecologicamente sustentável e a reforma urbana) (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 8).

Esse Fórum das ONGs brasileiras propôs um modelo de desenvolvimento

[...] em que os povos e os grupos sociais possam definir seus anseios e construir uma gestão democrática da diversidade, tendo em vista o bem-estar de toda a humanidade. Portanto, o compromisso fundamental desse novo modelo de desenvolvimento é, acima de tudo, a manutenção da vida sob as suas variadas formas constatadas (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 163).

Uma vez que

O estilo de desenvolvimento que se impôs historicamente no Brasil, fundado na exploração predatória dos recursos naturais, na extrema concentração de renda, na profunda desigualdade social e na ausência de tradição democrática [...] (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 163).

Esse evento evidencia a importância das organizações representativas da sociedade civil na luta pelo meio ambiente. Na análise de Reigota (2009, p. 21), a Rio 92¹⁹

[...] é um divisor de águas porque, antes, éramos grupos minoritários tentando conquistar o direito à palavra. E, depois da Conferência no Rio de Janeiro, a Conferência da Organização das Nações Unidas, houve um boom, todo mundo querendo saber o que estava acontecendo e, efetivamente, as propostas que tinham maior solidez permaneceram e estão aí até hoje. Então, eu acredito que a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, é para nós um marco fundamental na educação ambiental.

Finalmente, pode-se afirmar que as discussões relacionadas à educação ambiental nessas três décadas foram sendo configuradas sob a égide de uma organização, a ONU, que se constituiu, realmente, em um importante instrumento de redistribuição do poder em nível mundial, mas no sentido da confirmação da hegemonia política das potências econômicas nortistas no planeta, elas mesmas hegemônicas,

¹⁸ “Por iniciativa de algumas organizações não governamentais (ONGs), foi criado em maio de 1990, em São Paulo/SP, o Fórum de ONGs brasileiras preparatório à Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio 92, simultaneamente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UnCED 92” (FÓRUM DE ONGS BRASILEIRAS, 1992, p. 7).

¹⁹ Terminologia adotada para expressar a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992.

agora unilateralmente, pelos Estados Unidos da América, que por sua vez têm como seu principal mentor um país patrocinador e fomentador do capitalismo com políticas neoliberais que primam por um desenvolvimento a qualquer custo como sendo a única forma de salvar a humanidade, quer da miséria social, quer da catástrofe ambiental.

No próximo capítulo analisa-se como no Brasil as políticas de educação ambiental foram sendo construídas a partir da década de 1980.

CAPÍTULO II - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é verificar como as políticas de educação ambiental foram se configurando no Brasil a partir da década de 1980. A análise inicia-se com o surgimento dos movimentos ambientalistas, na década de 1980, e vai até o final do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

2.1 A atuação dos movimentos ambientalistas na construção de políticas públicas de educação ambiental

Os movimentos ambientais no Brasil são decorrentes de um movimento em nível mundial, ou melhor, dos países de capitalismo avançado (Estados Unidos e países da Europa). Esses movimentos nesses países remontam à década de 1970, na qual ocorreram os grandes acontecimentos da ecologia²⁰, marcando o início, propriamente dito, da preocupação global com a questão ambiental e, conseqüentemente, com as políticas públicas necessárias para reverter a situação de um colapso ambiental (Relatório Meadows, 1972; Conferência de Estocolmo, 1972; Carta de Belgrado, 1975; Conferência de Tbilisi, 1977).

A política desenvolvimentista no Brasil, desde o governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, implantou o lema “crescer 50 anos em 5” e fez com que surgissem alguns grupos preocupados com a questão ambiental. Prova disso foi a fundação da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), no ano de 1955, no Rio

²⁰ O termo “Ecologia ‘migrou’ do vocabulário científico para designar também projetos políticos e valores sociais, como a utopia da boa sociedade, a convivência harmônica com a natureza, a crítica aos valores da sociedade de consumo e ao industrialismo” (CARVALHO, 2004, p. 45).

Grande do Sul e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), no ano 1958, no Rio de Janeiro.

Vale lembrar, conforme Fiori (1995, p. 86), que o Estado desenvolvimentista,

[...] nasce gestado desde a Primeira Guerra Mundial, impulsionado nos anos 30 e em plena operação a partir do Estado Novo. Nasce autoritário, como único modo de arbitrar e repor as regras de convivência com a heterogeneidade; e industrializante, como única via de lidar com as restrições externas e fazer face a complexidade crescente e irrecusável das demandas internas.

No entanto, acrescenta, “[...] somente na década de 50 é que o Estado finalmente buscará de forma efetiva, através de caminhos heterodoxos, mecanismos financeiros capazes de deslocar os recursos necessários ao avanço da industrialização [...]” (FIORI, 1995, p. 90-91).

Porém, a política desenvolvimentista foi alvo de críticas e, na Conferência de Estocolmo (1972), o Brasil foi referendado entre os países em desenvolvimento que ainda não possuíam normas de controle frente aos problemas ambientais. Segundo Jacobi (2003, p. 520) a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no ano de 1973, foi uma “[...] tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo”. Tal observação fez com que alguns políticos advindos do exílio, após a ditadura militar, contribuíssem na reflexão da superação da ideia desenvolvimentista na qual o país estava imerso e iniciassem um processo de reflexão de algumas alternativas (políticas) de superação da situação.

As iniciativas ambientais ocuparam durante a década de 70 e a primeira metade dos 80, uma posição secundária no discurso dos movimentos reivindicatórios pela constituição da cidadania. Isto pode ser explicado por dois motivos principais. De um lado, o maior interesse dos movimentos sociais em torno dos problemas ligados mais diretamente à pobreza e à satisfação das necessidades básicas dos homens, tais como a carência de saneamento, de habitação, de transporte e de educação. De outro, a herança militar do golpe de 64 que, tendo na sua base nas idéias de Ordem e Progresso, procurava se legitimar através de uma intervenção estatal voltada para o crescimento econômico. Nesse contexto, as propostas ecologistas não tiveram nenhuma influência sobre o futuro da sociedade brasileira (JACOBI, 2003, p. 522).

Segundo Viola (1987), o movimento ecológico no Brasil, do ano de 1974 ao início da década de 1980, foi marcado pela denúncia ambientalista. O Brasil estava no auge de seu desenvolvimento industrial e, por isso, as fábricas e indústrias despejavam no meio ambiente uma infinidade de poluentes. Essa atitude de poluição não acarretou,

nesse período, nenhuma articulação da sociedade civil (organizações e movimentos sociais) e muito menos do poder público (Estado) frente ao desastre ecológico que o país iniciou a todo vapor, uma vez que a ditadura militar (1964-1985) instalada no país, não permitia nenhum tipo de organização, reivindicação, manifestação, discussão ou oposição ao regime militar imposto. Segundo Saito (2002), o governo militar

[...] restringia o debate político e as ações coletivas. A temática social não fazia parte da pauta educacional e cultural, muito menos da ambiental. Por sinal, o ambientalismo, de certa forma, representava um obstáculo à consolidação da nova 'ideologia nacional': a busca desenfreada do desenvolvimento econômico, batizada de 'o milagre econômico' (SAITO, 2002, p. 49).

A crítica dos movimentos ambientais estava mais voltada ao crescimento do país, na medida em que não priorizava as necessidades básicas da maioria (saúde, educação, saneamento, educação, entre outros). A oposição ao governo militar, em sua grande maioria, não conseguia até então perceber os efeitos ambientais do crescimento industrial brasileiro.

Ainda em meados da década de 1970, constatou-se entre as agências ambientais ligadas ao Estado e algumas entidades ambientais não-governamentais pontos convergentes e divergentes. O principal ponto de divergência era que as agências ambientais estatais tinham como foco principal o cuidado com a poluição industrial; as entidades ambientais não-governamentais, por sua vez, com a preservação do ecossistema. O principal ponto de convergência entre elas era que havia profissionais colaboradores em comum.

Pelas principais preocupações demonstradas acima de ambas as frentes de trabalho voltadas para o meio ambiente, ou seja, o cuidado com a poluição industrial e a preservação do ecossistema, nenhuma delas teve diálogo com os movimentos sociais, pois esses últimos deram exclusividade às questões ambientais. O envolvimento tanto das agências ambientais ligadas ao Estado, como de algumas entidades ambientais não-governamentais com as questões ambientais surgiram apenas em meados da década de 1980 com o desenvolvimento do socioambientalismo²¹.

No decorrer da década de 1980, as organizações ambientais ganharam força política no contexto de abertura política em que os organismos representativos da sociedade civil demonstraram força e vitalidade na luta pelo retorno à democracia.

²¹ Socioambientalismo é uma “articulação imanente entre sociedade e o ambiente” (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 68).

No ano de 1984, algumas associações de meio ambiente se envolveram politicamente em vista da Campanha pelas “Diretas Já”. No entendimento de Santos (2007, p. 6),

O movimento político Diretas Já, ocorrido em 1984, foi a maior mobilização popular da história do Brasil. O povo saiu às ruas e bradou pela democracia e por sua independência política, enunciando: *Eu quero votar para Presidente*. O anseio por uma mudança política ultrapassou os limites do Congresso Nacional e trouxe a sociedade para o campo de batalha de idéias. Uma nova identidade do homem brasileiro começava a ser construída. Naquele período, a mídia aliou-se ao povo, materializou em documentos os fatos ocorridos, tornando-os mais compreensíveis ao povo brasileiro.

No ano seguinte, representantes de seis estados da federação fundaram a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC). Nesse mesmo ano, o movimento ambiental ganhou força no que diz respeito a sua divulgação, pois dois novos jornais²² de meio ambiente de circulação nacional foram lançados. Isso fez com que surgissem entidades voltadas para o ecologismo e o meio ambiente, crescendo o número dos ativistas e simpatizantes ambientais, muitos dos quais universitários, garantindo assim a transição de um discurso baseado no senso comum, para um discurso acadêmico, ou seja, pautado em fundamentações teóricas. Ainda em meados da década de 1980, os movimentos ecológicos iniciaram o diálogo com o sindicalismo operário. A principal transformação do movimento ambiental, no ano 1985, foi quando esse movimento passou de pura denúncia à formulação de estratégias.

Deste modo, em 1985, é possível visualizar vitórias concretas das lutas do movimento ecológico em várias cidades, os processos decisórios a nível de políticas públicas (particularmente municipais mas também estaduais) são afetados pelas lutas ecologistas. Toda esta mudança no tecido social do movimento ecológico acarretou uma mudança qualitativa na opinião pública: a maioria da população medianamente informada passou a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista (VIOLA, 1987, p. 17).

A fundação do Partido Verde, no Rio de Janeiro, no ano de 1986, foi outro acontecimento relacionado à questão ambiental nesse período. Em seu manifesto, tal partido expressa o seu compromisso parlamentar, como também afirma o seu envolvimento com os movimentos sociais na luta por uma política descentralizada contra toda imposição de grupos hegemônicos:

²² “O primeiro é uma publicação trimestral da Cooperativa “Coovida” do Rio de Janeiro, circulando no interior do movimento alternativo. O segundo é uma publicação montada em moldes comerciais, mas com um conselho editorial constituído por personalidades do movimento alternativo, que tem uma circulação extraordinária para uma publicação ecologista (60.000 exemplares distribuídos em todo o país)” (VIOLA 1987, p. 16).

O Partido Verde não é a política apenas no seu plano institucional, ao nível do parlamento, dos ministérios, secretarias, palácios e gabinetes, se preocupada com a política do cotidiano. Neste sentido estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e digna [...] Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses, sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o poder (GABEIRA, 1986, p. 10).

Na década de 1980, o país tinha prioridades urgentes a serem resolvidas como o saneamento, a saúde, a moradia. Entretanto, o Brasil e outros países da América Latina (Argentina, México, Uruguai, México, Bolívia, Peru) estavam passando por um período de transição e de recessão econômica. Transição por causa do fim da ditadura militar e recessão por causa do capital (PERONI, 2003).

Nesse período o socioambientalismo vai se tornando presente em alguns movimentos sociais. Amplia-se o diálogo entre os movimentos ambientais e os movimentos sociais. As ONG's²³, os sindicatos e os movimentos sociais vão incorporando questões ambientais em suas reflexões.

Desse modo, assim como os movimentos sociais incorporam alguns discursos ambientalistas em suas pautas, em contrapartida, os movimentos ambientais introduzem alguns discursos do desenvolvimento econômico, principalmente pela instabilidade econômica, pelo estreitamento dos laços com outros movimentos e o relatório “Nosso Futuro Comum”²⁴ (JACOBI, 2003).

O processo de retorno à democracia culminou com o congresso constituinte e a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”. Como resultado das reivindicações, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) definiu o Meio Ambiental como base fundamental para a garantia de políticas públicas de educação ambiental (Art. 255).

²³ As ONGs são “organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com a participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/o local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SHERER-WARREN, 2001, p. 161).

²⁴ Relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), cuja publicação ocorreu em abril do ano de 1987, que propôs uma agenda global para a mudança.

2.2 As políticas públicas de educação ambiental

Enquanto os países desenvolvidos vinham refletindo, há algum tempo, sobre a educação ambiental, no Brasil, ela começa a se expressar praticamente na década de 1980, especialmente com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Essa Constituição, no seu capítulo VI, assegurou que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Art. 225) e incumbiu ao Poder Público, entre outros, a “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Inciso VI).

A promoção da educação ambiental definida na Constituição Federal de 1988 remonta à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Nessa Lei, a educação ambiental havia sido tratada da seguinte forma: “[...] educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa da defesa do meio ambiente” (Art. 2º, Inciso X).

Verifica-se que tanto a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como o texto da Constituição Federal de 1988 referendam a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Entretanto, uma diferença a ser observada é que a Lei nº 6.938 assinala a educação ambiental também para a “comunidade”; ao passo que a Constituição Federal suprimiu a expressão “inclusive a educação da comunidade”. Essa supressão parece indicar o entendimento de que a educação ambiental se restringe ao âmbito escolar. De acordo com Loureiro (2004):

Assim, a Educação Ambiental se constitui de modo precário como política pública em educação. Algo que se manifeste até hoje na ausência de programas de recursos financeiros que possam implementá-la como parte constitutiva das políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que podem garantir a justiça social e a sustentabilidade (LOUREIRO, 2004, p. 82).

Outro aspecto a considerar na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 6.938/1981 refere-se à conotação de um caráter preservacionista e de ensino ecológico da educação ambiental, reduzindo-a, praticamente, a essas duas dimensões. Na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), por exemplo, a palavra “preservação”

e seus derivados aparecem seis vezes no texto da Lei; nesse mesmo sentido, a palavra “proteção” e seus derivados aparecem cinco vezes. Como observou Loureiro (2004):

Nesse contexto, a Educação Ambiental se inseriu nos setores governamentais e científicos vinculados à conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino da ecologia e para a resolução de problemas (LOUREIRO, 2004, p. 82).

Por mais que o direito de todos a um meio ambiente de qualidade seja garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), “[...] existem enormes diferenças na maneira como cada setor da sociedade afeta o meio ambiente e é afetado por ele [...] as populações mais pobres são as que pagam mais caro a má gestão do espaço público” (CARVALHO, 2002, p. 6).

Cabe lembrar que no final da década de 1980, ocorreu a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), no ano de 1989, com a finalidade de “[...] formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente” (DIAS, 1994, p. 49).

A década de 1990, no Brasil, inicia com o governo de Fernando Collor de Mello²⁵. Esse governo adere à concepção neoliberal de Estado, adotando medidas econômicas e políticas assentadas na premissa “Menos Estado, mais mercado”. No que se refere à educação, assinala Vieira (2000, p. 113), “[...] para o conjunto da educação brasileira, todavia, o governo Collor passou em brancas nuvens”.

No ano de 1991, a educação ambiental tornou-se reconhecida, ao menos legalmente na educação escolar, uma vez que o MEC, por meio da Portaria Federal nº 678/1991, determinou que a educação ambiental estivesse presente em todo currículo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, remontando assim à Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, Art. 2º, Inciso X e da Constituição Federal de 1988, Art. 225, parágrafo 1º, Inciso VI, ambas já aqui mencionadas.

Nesse mesmo ano, por meio da Portaria Federal nº 2421/91, o MEC criou um Grupo de Trabalho de educação ambiental, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação com a finalidade de se definirem as metas e as estratégias para a implantação de educação ambiental no país, além de serem redigidas as propostas de

²⁵ Foi o trigésimo segundo presidente do Brasil, exercendo o cargo de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992. Foi também o primeiro presidente eleito por voto direto após o Regime Militar, no ano de 1989.

atuação do MEC na educação formal e não-formal para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O primeiro acontecimento no âmbito das políticas ambientais para o Brasil foi, sem dúvida alguma, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, pois ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, de 03 a 14 de junho, com a participação de 170 países. Paralelo a esse encontro internacional, ocorreu o Fórum Global, organizado pelo Fórum das ONG's, cujo principal objetivo era propiciar a participação da sociedade civil organizada nos debates da Conferência Oficial (Rio-92). Nesse Fórum, a terminologia socioambiental foi consagrada, uma vez que nem as questões ambientais e sociais isoladamente eram evidenciadas, mas a junção das duas. Nesse sentido, os movimentos sociais e ambientais estreitaram mais ainda os laços em assuntos comuns, bem como estabeleceram um diálogo visando dirimir os problemas ambientais (FÓRUM BRASILEIRO DAS ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992).

Segundo Reigota (2009), foi na Rio-92 que pela primeira vez, em reuniões da ONU, a sociedade civil teve participação.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92, corroborou as premissas desenvolvimentistas, numa tônica preservacionista do meio ambiente, por meio de seus principais documentos, tais como: a “Declaração do Rio”, contendo 27 princípios sobre obrigações ambientais e direito ao desenvolvimento; a “Convenção sobre a Mudança do Clima” (assinada por 154 países); a “Convenção sobre a Diversidade Biológica” (assinada por 154 países); a Agenda 21 (assinada por 179 países) procurando envolver numa dinâmica de sustentabilidade as ações de diversos setores da sociedade.

Em contrapartida, o Fórum Global que aconteceu paralelamente ao evento oficial, com representantes de organizações não-governamentais e de movimentos sociais, elaborou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Esse documento teve como principal objetivo conferir uma identidade política transformadora para a educação ambiental em vista da construção de sociedades sustentáveis. Diferentemente dos documentos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92, os quais adotam uma linha desenvolvimentista em suas diretrizes de educação ambiental, esse tratado, no decorrer do texto, sugere que as comunidades planejem e implementem suas

próprias políticas diferentes das vigentes, abolindo os “[...] programas de **desenvolvimento**, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo econômico de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana” (FÓRUM BRASILEIRO DAS ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, p. 2, grifo nosso).

Concomitantemente à Rio-92, o Ministério da Educação (MEC) promoveu no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, um *workshop* com o objetivo de que educadores pudessem partilhar as dimensões da educação ambiental em âmbito nacional e internacional, além de debaterem metodologia e currículos. Desse encontro resultou a “Carta Brasileira para a Educação Ambiental”.

Esse documento preocupou-se, de certo modo, com a elaboração de políticas de educação ambiental, quando recomenda um “[...] compromisso real do poder público federal, estadual e municipal no cumprimento e complementação da legislação ambiental e das **políticas para a educação ambiental**” (BRASIL, 1992, p. 1, grifo nosso) e suscitou a participação de todas as instâncias no “[...] processo decisório acerca das **políticas de educação ambiental**” (BRASIL, 1992, p. 1, grifo nosso).

O texto desse documento menciona políticas de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável: “No momento em que discute o **desenvolvimento sustentável** como estratégia de sobrevivência do planeta [...] fica definido ser a Educação um dos aspectos mais importantes para a mudança pretendida” (BRASIL, 1992, p. 1, grifo nosso); “[...] a educação ambiental é componente imprescindível do **desenvolvimento sustentável**” (BRASIL, 1992, p. 1, grifo nosso); “[...] a formulação de **políticas de desenvolvimento** cada vez mais descomprometidas [...], consolidam um modelo educacional que não responde às necessidades do país” (BRASIL, 1992, p. 1, grifo nosso).

Essa Carta Brasileira para a Educação Ambiental expressa também que as principais contribuições sociais para as políticas de educação ambiental são suscitadas por “[...] movimentos da própria sociedade civil, das entidades não-governamentais, dos veículos de comunicação, dos movimentos políticos e culturais” (BRASIL, 1992, p. 1).

No ano de 1995, ocorreu a posse do Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso²⁶. Nesse mesmo ano, o governo empreendeu a Reforma do

²⁶ Foi o trigésimo quarto presidente do Brasil. Foi o primeiro presidente a exercer dois mandatos consecutivos, de primeiro de janeiro de 1995 a primeiro de janeiro de 2003.

Estado, na gestão do então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira, expressa no documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995).

Sob o argumento de que o Estado é que estava em crise, justifica-se a necessidade da reforma, entendida como

[...] (1) uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) como o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) como a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática (BRASIL, 1995, p. 15).

Nesse sentido, o Plano apresenta três estratégias para superação da crise: a primeira é a privatização, ou seja, a transferência para o setor privado das atividades que podem ser controladas pelo mercado, ocorrendo, dessa forma, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. A segunda é “[...] a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica”. Esse processo denomina-se de “publicização”, o que corresponde à terceira estratégia (BRASIL, 1995, p. 11-12).

Conforme o Plano, as políticas sociais são consideradas serviços não-essenciais e devem somente ser “[...] subsidiadas pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRASIL, 1995, p. 13) e, dessa forma, de propriedade pública não estatal, ou seja:

Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem ‘economias externas’ relevantes, na medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus (BRASIL, 1995, p. 41-42).

Segundo essa concepção, o Estado continuaria financiando os serviços sociais; porém, o controle político e ideológico passaria para as organizações públicas não-estatais. A ideia era justamente tirar as responsabilidades do Estado, no que se refere aos serviços sociais, enquanto a lógica a ser adotada é a lógica do mercado.

No campo educacional, na análise de Peroni (2003, p. 164), o movimento de centralização/descentralização é o que de fato irá caracterizar a política educacional no governo Fernando Henrique Cardoso. Um movimento de centralização no que diz respeito aos controles, por intermédio dos parâmetros curriculares nacionais e as avaliações institucionais, e um movimento de descentralização no que diz respeito ao financiamento, ou seja, que cada núcleo (estado e município) fique responsável pela organização de seus processos e procedimentos.

Nesse período, em 20 de dezembro de 1996, após cerca de oito anos tramitando no Congresso Nacional, o presidente sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996. A LDB não mencionou em nenhum dispositivo a educação ambiental. Na Seção I, Art. 26, parágrafo 1º, determinou o “[...] conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996, p. 11) e na Seção III, Art. 32, Inciso II, definiu que um dos objetivos da etapa da educação básica, Ensino Fundamental, é a “compreensão do ambiente natural” (BRASIL, 1996, p. 12). Dessa maneira, pode-se inferir que a educação ambiental não teve nenhuma relevância ou foi mesmo ignorada na composição dessas diretrizes e estratégias para a educação brasileira.

No entanto, a LDB definiu que a elaboração do projeto pedagógico fica sob responsabilidade da escola, com a participação dos profissionais da educação, segundo o princípio da gestão democrática (Art. 14), por sua vez, reivindicação histórica dos educadores.

No ano de 1997 foram publicados os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais (PCNs) com o objetivo de “[...] orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros” (BRASIL, 1997, p. 10). Sabe-se que esse documento tem um caráter mais pedagógico curricular. Todavia, ele contemplou a educação ambiental como um tema transversal, o qual ganhou um volume próprio. Esse volume, o número 9, trata da educação ambiental em três blocos: os ciclos da natureza; sociedade e meio ambiente; manejo e conservação ambiental. Em um determinado momento, esse documento faz um resgate da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental que ocorreu em Tbilisi, no ano de 1977. Um dos documentos do Ministério da Educação afirma que “[...] a transversalização do tema meio ambiente no currículo foi uma das melhores propostas

para a definição de um campo de atuação da Educação Ambiental na escola” (BRASIL, 2002, p. 13).

Como foi mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, uma das recomendações da Conferência de Tbilisi (1977) foi que os Estados implementassem políticas públicas nas quais estivessem contempladas ações voltadas para a educação ambiental. Os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais (PCNs), que tratam do meio ambiente como tema transversal, mencionaram 11 princípios da Conferência de Tbilisi (1977) para serem desenvolvidos nas escolas (BRASIL, 1997, p. 51-52).

No mesmo ano de 1997, entre os dias 05 e 10 de outubro, em Brasília/DF, ocorreu a Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental promovida pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)²⁷ com o apoio do Ministério da Cultura (MINC) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esse evento contou com a participação de 2.868 conferencistas, dos quais 56% eram representantes de entidades governamentais e 44% eram representantes da sociedade civil. O objetivo da Conferência era o de “[...] criar um espaço para a reflexão sobre as práticas da educação ambiental no Brasil, avaliando suas tendências e identificando as perspectivas e estratégias futuras; [...] esse documento consolida as sugestões de **diretrizes políticas para educação ambiental no Brasil**” (BRASIL, 1997, p. 16, grifo nosso).

A referida Conferência foi organizada em cinco grandes temas²⁸, sendo o primeiro e o quarto temas mais diretamente relacionados ao interesse deste trabalho. O primeiro tema – “Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável” – apresenta dentro de suas problemáticas que há diferentes conceitos de desenvolvimento sustentável, os quais são

[...] decorrentes de interesses e posturas dos diversos agentes sociais, políticos e econômicos que dificultam a informação e a compreensão correta de desenvolvimento por parte do governo e da sociedade civil, gerando

²⁷ Essa parceria remonta ao Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) lançado no ano de 1994, o qual “[...] estabelece diretrizes e linhas gerais de ação, sugere formulação de políticas e programas exemplares na esfera estadual ou municipal, regional ou local, dimensionando assim, as atividades para se alcançar uma abrangência nacional” (BRASIL, 1997, p. 11).

²⁸ “1. Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável (Educação Ambiental e a Agenda 21; Educação Ambiental não Formal); 2. Educação Ambiental Formal: Papel e Desafios (Metodologias e Capacitação); 3. Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental (Metodologia e Capacitação - Educação Ambiental e o Setor Produtivo - Educação Ambiental, Participação Popular e Cidadania); 4. Educação Ambiental e as Políticas Públicas (Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA – Políticas Urbanas, recursos Hídricos, Agricultura, Ciência e Tecnologia); 5. Educação Ambiental Ética e Formação da Cidadania: Educação, Comunicação e Informação da Sociedade (Os Meios de Comunicação – Os Processos de Informação e Organização da Sociedade) (BRASIL, 1997, p. 16-17).

conflitos e antagonismos. O modelo de desenvolvimento adotado dá prioridade às questões econômicas, assumindo com muita dificuldade a sustentabilidade sócio-ambiental, o que reflete na falta de orientação da sociedade na tomada de decisões para a melhoria da qualidade de vida. O sistema produtivo é marcado por um modelo econômico agro-exportador que não viabiliza o desenvolvimento de práticas sustentáveis e acaba estimulando práticas consumistas em contradição com a preservação e/ou conservação dos recursos naturais (BRASIL, 1997, p. 18).

Mediante a situação descrita anteriormente, o documento da Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental propõe 27 recomendações. Dessas recomendações, dois aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a preocupação com os recursos financeiros para colocá-las em prática: “[...] considerar a educação ambiental como prioridade nas políticas públicas e privadas [...] a fim de **alocar recursos** de toda ordem [...]” (BRASIL, 1997, p. 19, grifo nosso); “[...] incentivar o **financiamento** por parte do governo e das instituições privadas para desenvolver pesquisas ambientais [...]” (BRASIL, 1997, p. 19, grifo nosso); “[...] dispor de recursos **técnico-financeiro** específicos para a construção das Agendas 21 locais” (BRASIL, 1997, p. 20, grifo nosso); “[...] alocar **recursos financeiros** no orçamento da União, estados e municípios para a realização de projetos de desenvolvimento sustentável [...]” (BRASIL, 1997, p. 20, grifo nosso); “[...] assegurar **recursos financeiros** que possibilitem a comunicação e divulgação e intercâmbio de experiências [...]” (BRASIL, 1997, p. 20, grifo nosso); “[...] divulgar amplamente as **fontes financeiras** existentes nos três níveis de governo, para projetos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 1997, p. 20, grifo nosso).

Um segundo aspecto é que algumas recomendações desse primeiro tema apareceram um ano e meio depois, sob forma de Lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Entre elas, destacam-se a ética ambiental, a capacitação humana para trabalhos em educação ambiental, a parceria entre órgãos públicos e privados, entre outros.

No que se refere ao quarto tema, “Educação Ambiental e as Políticas Públicas”, as últimas recomendações desse tema fomentam “[...] promover a descentralização de competência acompanhada da necessária **descentralização** de recursos humanos e financeiros” (BRASIL, 1997, p. 28, grifo nosso) e “[...] estabelecer **parcerias** com empresas e instituições do setor produtivo, para desenvolver, através da educação ambiental, uma nova postura ética frente ao desafio da questão ambiental”. (BRASIL, 1997, p. 28, grifo nosso). Pode-se afirmar que ambas recomendações expressam a linha política assumida pelo governo do presidente Fernando Henrique

Cardoso, o qual retirou do Estado algumas responsabilidades (descentralização) repassando-as para a sociedade civil, principalmente para entidades não governamentais (público não-estatal) por meio de parcerias.

A década de 1990 foi pautada por grandes eventos e elaboração de documentos que expressam as políticas de educação ambiental. Entretanto, segundo Batista (2007, p. 130),

As políticas de educação ambiental, formuladas a partir da década de 1990 no Brasil, foram definidas tomando como referência as diretrizes da ONU e de diversos organismos multilaterais tais como UNESCO, CEPAL e BANCO MUNDIAL [...].

No final dessa década, no primeiro semestre do ano de 1999 foi disposta em forma de Lei (Lei nº 9.795/1999) a Política Nacional de Educação Ambiental.

2.3 A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) / Lei nº 9.795/1999.

Um primeiro aspecto a ser observado na Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, é a mudança de foco nos agentes das políticas de educação ambiental. O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 garante que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] impondose ao **Poder Público** e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 111, grifo nosso). A referida Lei, ao definir a educação ambiental, não contempla o Poder Público como agente dessa ação, mas apenas o indivíduo e a coletividade: “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o **indivíduo** e a **coletividade** constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...]” (BRASIL, 1999, p. 1, grifo nosso).

Nota-se, logo no primeiro artigo da Lei nº 9.795/1999, a sua vinculação à lógica da reforma do Estado, implantada no Brasil na década de 1990. O Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 responsabiliza o Poder Público a assumir a defesa e a conservação do meio ambiente. Entretanto, na década de 1990, esse foco passa do Estado (Poder Público) para o indivíduo e a coletividade, ou seja, o Estado deixa de assumir alguns serviços públicos, delegando a sua execução à sociedade civil.

Dessa maneira, se por um lado a Política Nacional de Educação Ambiental em relação à Constituição Federal de 1988 muda de foco no que diz respeito à atribuição da responsabilidade, ou seja, passando do Poder Público ao indivíduo, por

outro, ela mantém uma mesma concepção dos termos educação ambiental/meio ambiente²⁹, ou seja, ambos são equivalentes.

A Constituição Federal de 1988 assume uma concepção de meio ambiente reducionista, voltada para a preservação e proteção ambiental, como se pode verificar nos objetivos definidos: “[...] **preservar** e restaurar os processos ecológicos [...]; **preservar** a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País [...]; definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente **protegidos** [...]; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a **preservação** do meio ambiente [...]; **proteger** a fauna e a flora [...]; A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica [...] são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a **preservação** do meio ambiente [...]; são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à **proteção** dos ecossistemas naturais (BRASIL, 1988, p. 111, grifo nosso).

Na Política Nacional de Educação Ambiental, verifica-se essa mesma concepção preservacionista ao definir a educação ambiental “[...] voltada para a conservação do meio ambiente [...] (BRASIL, 1999, p. 1). Essa definição preservacionista de educação ambiental foi alvo de críticas, conforme relata o Ministério do Meio Ambiente:

Destacar a conservação ambiental na definição oficial da EA seria, segundo críticas, deixar de lado a visão consolidada na América Latina, questionadora do modo de produção e consumo, das injustiças socioambientais, causas e conseqüências da degradação ambiental (BRASIL, 2008, p. 36).

Mesmo com a promulgação da Lei 9.795/1999, a alocação de que 20% das multas oriundas das questões ambientais fossem destinadas para a educação ambiental, conforme previa o Projeto de Lei 3.792/1993, foi vetada. Esse fato é um indício de que a Política Nacional de Educação Ambiental foi realizada de cima para baixo e que foi precocemente decretada, pois não havia ainda instaurado no Brasil uma oposição ao parlamento brasileiro, além da ausência de suporte teórico, científico e metodológico para a formulação de uma política em âmbito nacional (LAYRAGUES, 2002).

A referida Lei define, ainda, como objetivos fundamentais da educação ambiental (Art. 5º):

²⁹ A Constituição Federal de 1988 trata do meio ambiente no capítulo VI; a educação ambiental, como tal, é citada apenas no Inciso VI, do primeiro parágrafo. A Política Nacional de Educação Ambiental trata única e exclusivamente da educação ambiental.

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Além disso, segundo a referida Lei (Art. 9º), entende-se por educação ambiental, de modo específico, na educação escolar “[...] a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas”, englobando: I - educação básica: a) educação infantil; b) ensino fundamental e c) ensino médio; II - educação superior; III - educação especial; IV - educação profissional; V - educação de jovens e adultos.

No entanto, como assinala Reigota (1994), educação ambiental vai além do conceito reducionista de transmissão de informações ligadas ao meio ambiente. Para o autor, uma atividade só pode ser considerada educação ambiental se forem abordados, concomitantemente, os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais nos quais todas essas atividades estão inseridas.

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) retoma em dois artigos (Artigos 2º e 10º) a necessidade da educação ambiental estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino. Essa premissa foi retomada porque já havia sido recomendada na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), no Artigo 2º, Inciso X, quando trata dos objetivos: “[...] educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-lo para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 1) e na Constituição Federal, Artigo 225, parágrafo primeiro, Inciso VI: “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 40).

Verifica-se que o texto da Política Nacional de Educação Ambiental, especificamente nos dois artigos citados anteriormente, há a inclusão da expressão “modalidade”. Ou seja, que a educação ambiental esteja presente não apenas nos níveis de ensino, mas também nas modalidades de ensino³⁰. Essa classificação entre níveis e modalidades de ensino foi melhor definida no Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001. Esse Plano retoma a mesma organização despendida na LDB no que diz respeito aos níveis de ensino, classificando-os em dois blocos: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior. Contudo, na parte das modalidades, a diferença organizacional é notável, além de serem acrescentados outros itens que até então a LDB não contemplara³¹.

Resta saber agora em que medida o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001- contemplou a educação ambiental. Essa será a análise do próximo item.

2.4 A educação ambiental no Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001

O Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001-, importante medida de política educacional, decorrente da LDB, é um projeto com a duração de dez anos, ou seja, até o ano de 2011. Esse Plano está dividido em seis partes: I - Introdução; II - Níveis de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior); III - Modalidades de Ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena); IV – Magistério da Educação Básica; V – Financiamento e Gestão; VI – Acompanhamento e Avaliação do Plano.

A intenção aqui é apontar se a educação ambiental foi incorporada no interior desse Plano, uma vez que, como já foi citado anteriormente, as três legislações anteriores (Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Política Nacional de Educação Ambiental – Lei

³⁰ O termo “modalidade” foi inserido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Entretanto, o texto da LDB não esclarece o conceito de modalidade. Logo, permite-se inferir que, além da Educação Especial, expressamente designada como modalidade, também podem ser consideradas a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional, uma vez que ambas constam no título da Lei referente ao assunto (LDB, V).

³¹ O Plano Nacional de Educação apresenta assim as modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena. Dessa forma, quando a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/1999 - afirma que a educação ambiental deve estar inserida em todos os níveis e modalidades do processo educativo, convém consultar as modalidades explícitas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

nº 9.795/1999) definem que a educação ambiental esteja presente em todos os níveis e, com o advento da Lei nº 9.795/1999, também em todas as modalidades de ensino.

Verifica-se que o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001 - no nível da Educação Básica, menciona a educação ambiental apenas nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No Ensino Fundamental, no que se refere às diretrizes, “[...] além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõe a inserção de **temas transversais** como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros” (BRASIL, 2001, p. 24, grifo nosso). Quanto aos objetivos e metas define (meta 28) que “[...] a educação ambiental, tratada como **tema transversal**, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/1999” (BRASIL, 2001, p. 27, grifo nosso). Nota-se que a educação ambiental é tratada apenas como tema transversal. No Ensino Médio a tônica é a mesma, ou seja, repete-se (meta 19) o texto do Ensino Fundamental: “[...] a educação ambiental, tratada como **tema transversal**, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em conformidade com a Lei nº 9.795/1999” (BRASIL, 2001, p. 35, grifo nosso).

No nível da Educação Superior, a educação ambiental aparece no sentido de ser incluída “[...] nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: [...] meio ambiente [...]” (BRASIL, 2001, p. 44), como se apenas os cursos de formação de professores tivessem necessidade de inserir a educação ambiental no seu processo de formação.

Ainda, ao se verificar as abordagens do Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001 - no que diz respeito à educação ambiental, somente a modalidade Educação Tecnológica e Formação Profissional faz referência à educação ambiental quando orienta “[...] às escolas agrotécnicas [...] cursos básicos para agricultores, voltados para a [...] preservação ambiental, na perspectiva do desenvolvimento auto-sustentável” (BRASIL, 2001, p. 61).

A exemplo da Educação Infantil, que não foi contemplada com a educação ambiental, nota-se que, das cinco modalidades apontadas pelo Plano Nacional de Educação (Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena), apenas na Educação Tecnológica e Formação Profissional menciona-se algum aspecto voltado para a educação ambiental.

Pode-se inferir que o Plano Nacional de Educação, traçado para contemplar as linhas políticas da educação brasileira, não levou em consideração, ao ser elaborado, a caminhada que o Brasil fez, em suas diferentes frentes de trabalho com o envolvimento de movimentos sociais, ONG's, órgãos do Governo, entre outros, em relação à educação ambiental.

Além disso, dentro do limiar da nova década e do novo milênio, registram-se duas iniciativas no âmbito da educação ambiental. No ano de 2001, criou-se o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA). Trata-se de um espaço público que visa acessar informações sobre educadores ambientais e instituições ligadas à educação ambiental no Brasil. Esse sistema, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), conta com a colaboração de ONG's, redes, cursos superiores cujo objetivo é “[...] organizar, sistematizar e difundir as informações produzidas em Educação Ambiental e articular ações governamentais que se encontram fragmentadas” (LOUREIRO, 2004, p. 86).

Um ano depois, regulamentou-se a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/1999, pelo Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Com esse Decreto, criado para atender o Artigo 14 da Lei nº 9.795/1999³², instala-se o Órgão Gestor que será dirigido e coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA), representados pela Diretoria de Educação Ambiental e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, respectivamente (Art. 2º). Compete a esse Órgão Gestor a definição de diretrizes para a implementação em âmbito nacional de políticas de educação ambiental, além da articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental. Compete também participar na negociação de financiamentos, planos, programas e projetos na área de educação ambiental (Art. 3º).

No que se refere à inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, o Decreto 4.281/2002 não trouxe nenhuma novidade, pois apenas recomenda, no Artigo 5º, como referência, os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, que a educação ambiental seja desenvolvida como tema transversal.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída no ano de 1999, só começou a ser implementada no ano de 2003. No encerramento do segundo mandato do

³² “A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um *órgão gestor*, na forma definida pela regulamentação desta Lei” (BRASIL, 1999, p. 5).

governo de FHC, não houve tempo hábil para o Órgão Gestor implementar a Política Nacional de Educação Ambiental, uma vez que o Decreto de sua criação ocorreu apenas nos últimos meses do mandato desse governo. O primeiro resultado da instalação do Órgão Gestor foi a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de realizarem juntos a Conferência Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente³³. Importa lembrar que nesse ínterim houve a troca do governo federal. O presidente Fernando Henrique Cardoso encerrou seu mandato de oito anos, assumindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva³⁴.

Segundo Reigota (2006), “[...] desde o início do governo Lula, uma série de acontecimentos, decisões políticas, eventos, seminários e documentos foram no sentido contrário ao que tem sido arduamente construído desde o final dos anos 1970”. Alguns acontecimentos no início desse governo como a livre produção de soja transgênica no Rio Grande do Sul, a divulgação da conclusão da usina nuclear de Angra 3, a transposição do Rio São Francisco, a aprovação da Lei nº 4.776/2005, que regulamenta a retirada predatória da madeira na Amazônia, entre outros, proporcionaram uma “crise da identidade política da educação ambiental brasileira” (REIGOTA, 2006, p. 2). Dessa forma, dificultou a educação ambiental brasileira, uma vez que essa “[...] é conhecida pelo seu engajamento político na construção de uma sociedade justa, sustentável e democrática” (REIGOTA, 2006, p. 1).

Ainda, segundo Reigota (2006), no início do mencionado governo, alguns militantes da educação ambiental migraram para o governo ou empresas cujos ideários ambientais depõem contra uma educação ambiental participativa, sustentável e democrática.

Muitos/as colegas, pouco antes e principalmente durante o governo Lula deixaram de lado as relações que sustentam o ideário político ecologista de solidariedade, amizade, generosidade, colaboração e perspectiva de construção de uma sociedade justa, sustentável e pacífica pelo pragmatismo do poder passageiro e pelos benefícios do capital simbólico oferecido pelo aparelho do Estado, dos patrocínios das empresas estatais, das agências de publicidade e dos cofres públicos. Arrogância e deslealdades se tornaram fatos comuns entre velhos parceiros e parceiras (REIGOTA, 2006, p. 3).

Finalmente, pode-se afirmar que a construção das políticas de educação ambiental no Brasil foi sendo configurada devido à luta dos movimentos sociais a partir

³³ A natureza dessa Conferência será abordada no próximo capítulo desta dissertação, uma vez que o estado do Mato Grosso do Sul participou dessa Conferência.

³⁴ É o trigésimo quinto presidente do Brasil. Tomou posse no dia primeiro de janeiro de 2003, governando até 2006. Em seguida foi reeleito para o segundo mandato: 2007-2010.

de 1970, com resultados da correlação de forças expressos, na década de 1980, na Lei nº 6.938/1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, na Constituição Federal de 1988 e na década de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no ano de 1997. A educação ambiental, nesse período analisado, não se constituiu prioridade dos governos, ficando assim a responsabilidade pela sua execução destinada às entidades civis, ONG`s, associações, entre outros.

No próximo capítulo, discute-se como as ações de educação ambiental foram sendo construídas na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL

Este capítulo objetiva analisar o processo de implantação da educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul e sua efetivação em escolas da Rede Estadual de Ensino entre os anos de 1999 a 2006.

Para a compreensão desse processo, apresentam-se, inicialmente, alguns aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do estado de Mato Grosso do Sul, de modo específico durante o Governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2006).

3.1 Caracterização do Estado de Mato Grosso do Sul: aspectos geográficos, sócioeconômicos, históricos e políticos.

O sul do Estado de Mato Grosso iniciou o seu povoamento em decorrência da descoberta do ouro no Centro-Oeste brasileiro no início do século XVII. A fim de garantir a posse definitiva das terras, no final do século XVII, foi edificado o Forte Coimbra, às margens do Rio Paraguai, garantindo que os portugueses mantivessem a soberania e a integridade de grande parte do estado. Com o declínio do ciclo do ouro, ainda no final do século XVII, por intermédio dos remanescentes da mineração, a lavoura e a pecuária começaram a florescer. Entretanto, o grande impulso no desenvolvimento regional ocorreu no início do século XX, com a implantação da ferrovia ligando Corumbá/MS ao estado de São Paulo e de Corumbá/MS a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia (BARROS, 2008).

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado no dia 11 de outubro de 1977, por meio da Lei Complementar nº 13, de 11 de outubro de 1977, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), com a divisão do estado de Mato Grosso. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em 1º de janeiro de 1979, tendo como primeiro governador o engenheiro gaúcho Harry Amorim Costa que governou de janeiro de 1979 a junho de 1979 e foi exonerado, sem respaldo político, pelo então Presidente da República João Batista Figueiredo (1979-1985).

Situado na região Centro-Oeste, o estado faz fronteira a Sudoeste com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao Norte, com Mato Grosso e Goiás.

Foi com a criação do estado de MS que as suas cidades se expandiram pelo fluxo migratório de outros estados (BARROS, 2008), sendo que hoje o estado possui uma população de 2.336.058 habitantes (IBGE 2008), distribuídos em 78 municípios. As principais atividades econômicas do Estado, cuja capital é a cidade de Campo Grande/MS, são a agricultura, a pecuária, a indústria, o comércio, os serviços, a mineração e o turismo.

Desde a sua criação, no ano de 1977, até o dia 1º de janeiro do ano de 1999, foram nomeados governadores para o estado: Harry Amorim Costa, da Arena (1º de janeiro de 1979 a 12 de junho de 1979); Londres Machado, da Arena (13 de junho de 1979 a 30 de junho de 1979); Marcelo Miranda Soares, da Arena (30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980); novamente, Londres Machado, da Arena (28 de outubro de 1980 a 7 de novembro de 1980); e Pedro Pedrossian do PDS (7 de novembro de 1980 a 15 de março de 1983).

Na sequência, por meio de eleições diretas, para governadores em todo o Brasil em 1982, elegeu-se governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, do PMDB, governando de 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986. Este deixou o governo para concorrer ao Senado e assumiu em seu lugar, o vice Ramez Tebet, também do PMDB, para complementar o mandato (de 14 de maio de 1986 a 15 de março de 1987). Posteriormente, elegeram-se governadores, Marcelo Miranda Soares do PMDB (15 de março de 1987 a 15 de março de 1991); Pedro Pedrossian do PTB (15 de março de 1991 a 1º de janeiro de 1995); e Wilson Barbosa Martins do PMDB (1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999).

No primeiro dia de janeiro de 1999, tomou posse como Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, popularmente

conhecido como Zeca do PT, justamente por ser do Partido dos Trabalhadores, sendo re-eleito para a gestão de 2003-2006.

3.2 O projeto político-pedagógico de educação do Governo de Mato Grosso do Sul.

No que se refere à educação, no ano de 1999, na gestão do Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, Pedro César Kemp Gonçalves³⁵, foi lançado em âmbito estadual uma Constituinte Escolar com o objetivo de democratizar e “[...] desencadear um amplo debate visando à organização e sistematização de propostas educacionais das escolas públicas da rede estadual de Mato Grosso do Sul (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 7).

A Constituinte Escolar faz parte do projeto político-pedagógico lançado no início do Governo Popular denominado “Escola Guaicuru³⁶: Vivendo uma Nova Lição”. Esse projeto tinha como objetivo

[...] uma educação comprometida com bases filosóficas, teóricas e metodológicas fundadas no princípio de uma organização de sociedade mais justa, igualitária, solidária, enfim, capaz de promover a mudança de verdade dos caminhos traçados pelos governos autoritários elitistas que dirigiram o povo sul-mato-grossense por muitos anos (MATO GROSSO DO SUL, 1998, p. 12).

O primeiro momento dessa Constituinte foi a mobilização da comunidade escolar e da sociedade em geral que durou quatro meses, ou seja, de junho a setembro do ano de 1999.

No segundo momento, que ocorreu do mês de agosto a novembro de 1999, foram oferecidos às escolas elementos estratégicos para uma reflexão sobre a organização da sociedade e as relações sociais predominantes no capitalismo. Foi criado um bloco com 16 temas³⁷ que expressaram as principais preocupações dos sujeitos

³⁵ Foi Secretário de Estado de Educação do ano de 1999 a 2001. Foi o mentor do projeto da Escola Guaicuru e da Constituinte Escolar.

³⁶ "O termo Guaicuru resgata o processo histórico de constituição do povo sul-mato-grossense. Faz referência aos grupos étnicos 'que ocuparam e dominaram, com exclusividade, quase todo o território correspondente a Mato Grosso do Sul', dando origem à Nação Guaicuru. Resistindo à colonização européia por quase 300 anos, 'formaram a primeira plataforma sócio-econômica-cultural com abrangência correspondente à área do Estado'". (SPENGLER Henrique, "Os Guaicurus na história de Mato Grosso do Sul". In: Cadernos da Escola Guaicuru 1, 1999).

³⁷ 1) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; 2) Educação e Etnia Indígenas e Negros; 3) Educação Ambiental; 4) Assessoria Técnica Escolar; 5) Educação e Tecnologia; 6) Portadores de Necessidades Especiais; 7) Educação Básica do Campo; 8) Função Social da Escola; 9) Ensino Noturno; 10) Violência, Ética e Cidadania; 11) Gestão Democrática; 12) Financiamento da Escola Pública e

sociais. Esses temas tornaram-se cadernos temáticos que, posteriormente, foram discutidos nas escolas. Entre eles, um caderno de educação ambiental (ANEXO 1). Esse caderno traz para o aprofundamento teórico baseado em três textos de autoria de três diferentes autores³⁸.

O primeiro texto, denominado “Promovendo a alfabetização ambiental”, de autoria de Nancy Matheus (1994), chama a atenção em dois aspectos: primeiro, como sugere o título do texto, a necessidade da alfabetização ambiental envolvendo “[...] as crianças da escola primária, os pais os líderes empresariais, os políticos e os especialistas no maior número possível [...]” (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 7). A ideia de alfabetização ambiental ou eco-alfabetização remonta ao epílogo “A Teia da Vida”, de Fritjof Capra. Essa obra

[...] conquistou espaço em diferentes meios – desde ONGs até empresas que adotam práticas de EA – que aderiram à proposta de construir e educar comunidades humanas sustentáveis com base no estudo de ecossistemas, descritos por Capra como redes organizacionalmente fechadas, mas abertas aos fluxos de energia e de recursos (BRASIL, 2008, p. 183)

Um segundo aspecto a se considerar nesse texto é que a questão ambiental hoje se tornou conhecida para o público, devido ao envolvimento da mídia nessa questão. No entanto, afirma que “[...] os princípios ambientais não tem aberto caminho na filosofia que guia a vida diária das pessoas” (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 5), isto é, as pessoas ainda não incorporaram em suas ações, atitudes que demonstrem envolvimento e compromisso ambientais. A dicotomia entre teoria e prática é algo a ser vencido também no âmbito ambiental, conforme este relato da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC:

[...] uma publicação da CGEA/MEC – que avaliou a evolução da EA no meio escolar no período 2003-2006 – classifica como ‘preocupantes’ as respostas e essa pergunta³⁹. É que, em 2004, quase metade das escolas que realizavam EA (49,3%) contavam como o serviço de coleta periódica de lixo. Mas, em segundo e terceiros lugares estavam as atitudes poluentes da queima do lixo (41,3%) e de jogá-lo em outras áreas (11,9%). Por outro lado, o reuso dos materiais e a reciclagem – ecologicamente mais corretos - não ultrapassavam a faixa dos 5%. Mesmo considerando limitações de infra-estrutura pública quanto à coleta de lixo, esses números seriam um retrato da distancia entre os postulados sobre os quais se constrói a lógica pedagógica da EA e a prática no meio escolar (BRASIL, 2008, p. 94).

Estrutura Física da Escola; 13) Formação Continuada; 14) Grêmios Estudantis; 15) Fundamentos do Currículo; 16) Os Trabalhadores da Educação.

³⁸ MATHEUS, Nancy. **Notas sobre educação ambiental**. Série Educação Ambiental. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1994, p. 10-12; CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, 1998, p. 21-24; LORENTZ, Débora. **O surgimento da educação ambiental**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, 2000.

³⁹ A pergunta em questão era sobre o destino dado aos resíduos sólidos.

O segundo texto, denominado “Examinando as raízes”, de autoria de Silvia Czapski (1998), aborda dois autores: primeiro, Donella Meadows que em seu livro “Conceitos para se fazer Educação Ambiental”, no ano de 1989, infere que só sobreviveria quem soubesse relacionar-se com o ambiente. Czapski expõe que na compreensão de Meadows, desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor e ensinaram seus filhos a fazerem o mesmo, havia educação e educação ambiental. Enfim, a autora assinala que Meadows identifica a urbanização como a causa da mudança de percepção das pessoas, ou seja, a natureza passou a ser entendida como algo separado e inferior à sociedade humana. Exemplo disso é uma criança que nasce nos dias de hoje. Tudo está ao seu serviço: a água encanada que chega à torneira; a água usada que é descartada no esgoto; os alimentos que chegam às vendas. E acentua que como afirmou o ecólogo Eugene Odum: “as cidades modernas são parasitas do ambiente rural” (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 9)

Um segundo autor mencionado por Czapski (1998) nesse segundo texto, é Genebaldo Freire Dias, em sua obra “Educação Ambiental: princípios e práticas”, de 1994. Este autor, na compreensão de Czapski, deu destaque aos socioecossistemas urbanos, ou seja, o modelo de desenvolvimento econômico insustentável aumenta as dificuldades no meio rural, além de acentuar que essa dificuldade causa a migração para a cidade e o resultado disso é a poluição, o desemprego, a violência, a inaptidão, o aumento de índice de doenças, o estresse. Atrás ainda desse modelo insustentável está o binômio produção-consumo, no qual a natureza é vista como um supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque. O autor acrescenta que a mídia é usada para estimular o consumo, tornando-se especialista em criar necessidades desnecessárias. Enfim, Dias descreve que as facetas da degradação ambiental decorrem desse modelo. De um lado, o consumo do supermercado da natureza (matérias primas, água, energia elétrica, etc.) gera a destruição de *habitats* naturais, afetando mecanismos que sustentam a vida na Terra. De outro, ocorre a perda da qualidade de vida por causa da poluição e de condições inadequadas de moradias (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2000, p 10).

Por fim, a autora, remonta a educação ambiental aos mais antigos ancestrais humanos, na medida em que o conhecimento ambiental era necessário para a subsistência e a proteção da espécie. Argumenta que a conscientização ambiental inicia-

se na segunda metade do século XX. Entretanto, assinala que, no século XIX, levantam-se vozes proféticas a respeito do cuidado com o meio ambiente, entre os quais o chefe indígena Seattle, que enviou uma carta ao presidente norte-americano Franklin Pierce, no ano de 1854, uma vez que o governo norte-americano dera a entender que desejava adquirir o território indígena. Nessa carta, o chefe indígena afirma que cada torrão é sagrado para o seu povo e que a terra é a mãe do homem vermelho. (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 11).

O terceiro texto, intitulado “Educação ambiental”, de autoria de Débora Lorentz (2000), apresenta a concepção de educação ambiental nos seguintes termos:

Educação ambiental refere-se [...] à busca de qualidade de vida que implica a convivência harmoniosa do homem com o meio ambiente, natural ou não [...] lida com potencial das pessoas para entender e transformar o meio ao seu redor, de maneira a garantir desenvolvimento sustentável [...] (MATO GROSSO DO SUL, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 12).

Essa concepção retrata uma abordagem naturalista e ecológica quando expressa que a qualidade de vida requer uma “convivência harmoniosa” com o meio ambiente. Para Layargues,

[...] essa concepção naturalista de educação ambiental que na relação Sociedade e Natureza olha mais para a Natureza do que para a Sociedade, e que portanto visualiza apenas os *problemas ambientais*, acaba saindo em busca de soluções morais ou técnicas aos problemas da conservação da natureza (LAYARGUES, 2002, p. 11, grifo do autor).

Outra característica é que a expressão “desenvolvimento sustentável” não foi deixada de lado⁴⁰, evidenciando que essa concepção continua presente também nos textos locais de educação ambiental.

O terceiro momento da Constituinte Escolar foi a realização de um Seminário Estadual com o objetivo de efetivar um processo de formação e de preparação dos coordenadores da Constituinte Escolar, além do aprofundamento das temáticas ora propostas. Esse estudo durou seis meses, de dezembro do ano de 1999 a maio do ano de 2000.

O quarto momento foi o Congresso Estadual, com a presença de mais de 1.200 delegados, em que se debateu, finalizou-se e aprovou-se o texto final do Plano de Educação para a Rede Estadual do Ensino, “[...] o qual define a política educacional

⁴⁰ Já foi discutido nos dois capítulos anteriores o que essa expressão acarreta, tratando-se de questões ambientais.

para o Estado de Mato Grosso do Sul nos próximos dez anos” (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 9), ou seja, até o ano de 2011.

A educação ambiental teve um capítulo próprio dentro desse Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, no qual foram definidas as diretrizes e metas para a educação em Mato Grosso do Sul. O documento afirma que:

[...] a educação ambiental no ensino formal deverá levar à reflexão sobre a natureza, e dar condições aos membros da comunidade escolar de se posicionarem de forma responsável no processo de construção, ocupação e transformação do mundo, considerando os aspectos social, cultural ético e natural (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 30).

Esse mesmo documento retoma a questão sobre a responsabilidade da implantação da Política Nacional de Educação Ambiental e do Órgão Gestor que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC), conforme o Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002.

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999)

[...] possui a responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental, que deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não-governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, de acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 9.795/99 (BRASIL, ORGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, p. 5, 2006).

Ainda, segundo o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, essas seriam as ações da Secretaria de Estado de Educação para a Educação Ambiental:

1. Priorizar a capacitação continuada dos professores que desenvolvem atividades de educação ambiental, nas escolas da rede estadual de ensino em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo (SEMACT);
2. Cadastrar todos os clubes de Ciências das escolas estaduais e seus respectivos trabalhos e incentivar a criação de novos clubes, bem como promover o fortalecimento destes;
3. Estimular todas as escolas a desenvolverem projetos sobre a questão ambiental que contemplem os eixos norteadores da Política de Educação Ambiental do Estado;
4. Buscar parcerias com outras Instituições governamentais e não governamentais e movimentos sociais para discussão, capacitação e implantação de projetos na área ambiental;
5. Buscar envolver toda a comunidade escolar nos Projetos em Educação Ambiental;
6. Incentivar a extensão dos projetos político pedagógicos de Educação Ambiental à comunidade externa, sensibilizando-a para as questões ambientais;

7. Criar espaços de debate e elaboração de políticas específica na área ambiental, especificamente junto à Educação Básica do Campo, Educação Indígena e as Comunidades Afro-descendentes, no sentido de estudar a intervenção dessas comunidades em relação ao meio;
8. Acompanhar os trabalhos orientados nas escolas pelos professores capacitados, garantindo a continuidade dos mesmos;
9. Divulgar os trabalhos realizados pelas escolas na questão ambiental em eventos em nível regional e nacional;
10. Criar condições para a formação de multiplicadores, visando à implantação da Agenda Ambiental nas escolas da rede pública;
11. Realizar, anualmente, o Encontro Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul;
12. Assegurar recursos por meio dos fundos já existentes para desenvolvimento das ações, planos e projetos de educação ambiental propostos pelas instituições governamentais (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 31-32).

Vale frisar que o quinto Momento da Constituinte Escolar, que era justamente o lançamento e implantação do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, no dia 28 de julho de 2001, culminou com o comunicado do afastamento do então Secretário de Estado de Educação, Pedro César Kemp Gonçalves.

Segundo Aranda,

[...] o Projeto Constituinte Escolar foi paralisado e o seu primeiro resultado, o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, sem maiores explicações e/ou questionamentos, foi posteriormente arquivado. Assume a pasta da educação o Professor Antonio Carlos Biffi⁴¹, e, novas propostas, mais administrativas que pedagógicas, são colocadas em prática (ARANDA, 2004, p. 60).

Dessa maneira, infere-se que a política de educação ambiental descrita sob a forma de diretrizes e metas no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino foi interrompida, pois sofreu uma descontinuidade com a troca do gestor principal da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS).

3.3 A educação ambiental no Plano de Educação de Mato Grosso do Sul

Em seu segundo mandato (2003-2006), no final do ano de 2003, especificamente no dia 30 de dezembro, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, aprovou o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Lei nº 2.791, com duração até o ano de 2010. Esse Plano Estadual de Educação, grosso modo, seguiu os mesmos moldes do Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001. Os itens contidos no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul acompanham o Plano Nacional de Educação, a saber: Educação Infantil; Ensino

⁴¹ Foi Secretário de Estado de Educação nos anos de 2001 e 2002.

Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação Profissional; Educação Escolar Indígena; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância; Formação dos Professores e Valorização do Magistério; Financiamento e Gestão; Acompanhamento e Avaliação do Plano Estadual de Mato Grosso do Sul.

O Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul desse período, Hélio de Lima⁴², afirmou, na apresentação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, que “[...] este Plano é o resultado de ampla discussão iniciada com a Constituinte Escolar, que estabeleceu as diretrizes e metas da Educação para a rede estadual de ensino” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 7). No que diz respeito à educação ambiental, não foi bem assim, como está explicitado abaixo.

A exemplo do Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001, a educação ambiental também não foi contemplada na etapa da Educação Infantil no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul - Lei Estadual nº 2.791/2003. No Ensino Fundamental, menciona-se, somente, a educação ambiental quando solicita que se elabore “[...] a partir de 2004, um referencial curricular voltado aos valores éticos, culturais, étnicos e **ambientais** [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 21, grifo nosso). No Ensino Médio nota-se que aparece a menção à educação ambiental em dois momentos: 1) “[...] apoiar e incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para a **educação ambiental** e para a cidadania” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 24, grifo nosso); 2) “[...] fomentar o desenvolvimento de ações voltadas à **educação ambiental** e para a cidadania” (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 25, grifo nosso).

Vale lembrar que no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de 2001, a educação ambiental era tratada em um capítulo à parte, assim como outras temáticas: Adolescentes em Medidas Sócio-Educativas; Educação Básica no Campo; Violência, Ética e Cidadania, entre outros. Observa-se que no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, de 2003, a educação ambiental ficou, de uma certa forma, descaracterizada, ou seja, ficou pulverizada.

No período entre a aprovação do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, em 2001, até a aprovação do Plano Estadual de Educação, no final do ano de 2003, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), o governo do estado de MS tomou algumas iniciativas em relação à elaboração de uma política voltada para a educação ambiental.

⁴² Foi Secretário de Estado de Educação de MS do ano 2003 a 2006.

3.4 Ações voltadas para a educação ambiental no Estado de Mato Grosso do Sul

Cabe ressaltar que no decorrer do período em questão, o governo do estado de MS instituiu a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Estado de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), por meio do Decreto nº 9.939, de 05 de junho de 2000.

Essa Comissão pode ser considerada,

[...] uma resposta ao dever legal dos estados brasileiros de promover a educação ambiental em seus aspectos formal e não formal com a colaboração da sociedade civil. Estas Comissões revestem-se de grande importância ao agregarem os diversos setores das instituições públicas e privadas. Elas não devem se limitar a inclusão de especialistas em educação ambiental, pois elas buscam a articulação inter e intrainstitucional na convergência dos esforços para a efetiva implantação das políticas de educação ambiental. As CIEAs têm o papel de consolidar as políticas, percolando todo o tecido social no momento que democraticamente abrigam a multi setorialidade de que se compõe a sociedade moderna. Cada representante na Comissão deve ter o compromisso de tornar a educação ambiental uma realidade em sua instituição, município ou segmento social, assim como na sua unidade federativa (BRASIL, ORGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p. 10).

O referido Decreto estabeleceu que a CIEA/MS fosse composta de 26 membros, tanto da sociedade civil como do poder público (Art. 2º). Firmou também que o coordenador dessa Comissão, bem como o seu suplente, fosse designado pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente (Art. 3º).

Verifica-se que um dos grandes objetivos da CIEA/MS, no período analisado, era justamente a elaboração e implementação do decreto da Política da Estadual de Educação Ambiental, conforme a orientação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

As CIEAs, trabalhando em sintonia com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental, devem atuar para **elaborar e implementar**, em seus respectivos estados, **a Política** e o Programa Estadual de Educação Ambiental, de forma descentralizada, democrática e participativa (BRASIL, ORGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p. 10, grifo nosso).

A discussão sobre a Política Estadual de Educação Ambiental fez parte da pauta das reuniões da CIEA/MS. De 30 reuniões, em 19 delas houve ao menos algum comentário sobre a Política Estadual de Educação Ambiental, ou seja, em mais de 60%. No entanto, essa Comissão não chegou a elaborar essa política.

Ao fazer um balanço geral de todas as reuniões da CIEA/MS, desde a sua criação até o ano de 2006, pôde-se chegar a algumas inferências. Uma das razões para o não êxito da Comissão foi o rodízio de participantes nas reuniões, ou seja, ora estava presente o representante titular, ora o representante suplente, ora não participava nenhum dos dois representantes dos diferentes segmentos. Isso foi verificado pela lista de presença.

Outro fator que concorreu para a não elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental foi a interrupção dos trabalhos da CIEA/MS por mais de um ano, entre o mês de julho de 2002, ao mês de setembro de 2003. Ao final do mês de julho de 2002, a coordenação da Comissão foi desfeita e, conseqüentemente, os membros da Comissão se dispersaram. Entre escolher um novo coordenador, tomar posse, fazer contato com os membros da Comissão e retomar as reuniões, levou todo esse tempo.

Outra razão foi o não comparecimento de membros da CIEA/MS em algumas reuniões. Pelo menos seis reuniões não foram realizadas por falta de *quorum*. As sessões ordinárias deveriam ter uma periodicidade mensal, conforme a Resolução/SEMA/Nº 022, de 28 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Art. 10, Inciso I).

Dessa forma, precisariam acontecer pelo menos 12 reuniões da Comissão durante um ano. Considerando que o mês de janeiro é período de férias e/ou recesso, esperava-se pelo menos 11 reuniões durante o referido período. Entretanto, a realidade não foi bem essa. No ano de 2001, houve três reuniões; no ano de 2002, quatro reuniões; no ano de 2003, três reuniões; no ano de 2004, 11 reuniões; no ano de 2005, quatro reuniões; no ano de 2006, cinco reuniões, evidenciando a inconstância das reuniões.

No ano de 2004, ocorreram mais reuniões do que em outros anos, pelas seguintes razões: primeiro que, a partir do mês de março, pensou-se em realizar um seminário de educação ambiental envolvendo a CIEA/MS, os secretários municipais de meio ambiente e os vereadores das cidades. Essa discussão do seminário fomentou a participação dos membros da CIEA/MS.

Uma segunda razão é que, na reunião do mês de julho, houve a formação de grupos de trabalhos com os membros da CIEA/MS. Cada componente optava por um grupo, obviamente por aquele que melhor poderia contribuir depois. Foram quatro grupos de trabalhos formados: Grupo do Decreto da Política Nacional de Educação Ambiental; Grupo do Decreto da CIEA/MS; Grupo do Fortalecimento da CIEA/MS;

Grupo do Projeto “Vamos Cuidar do Brasil”⁴³. A formação desses grupos de trabalhos organizou os trabalhos da CIEA/MS, fomentando, conseqüentemente, maior participação dos membros.

Um terceiro motivo é que na reunião do mês de setembro, a CIEA/MS recebeu a visita dos representantes do MEC e do MMA. A participação de ambos tomou praticamente o tempo de toda a reunião, uma vez que trouxeram as informações daquilo que estava acontecendo em âmbito nacional no que diz respeito à educação ambiental. Essa visita foi também uma injeção de ânimo para os membros da CIEA/MS. Ressalta-se que essa foi a reunião, no ano de 2004, que teve a maior participação dos membros, num total de 19 participantes.

Por fim, um quarto e último motivo foi que, no mês de outubro, houve a troca do Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Saiu o Secretário Marcio Portocarrero e assumiu a pasta José Elias Moreira. Dessa maneira, a CIEA/MS precisou elaborar um dossiê com as atividades realizadas pela Comissão a fim de apresentar para o novo Secretário. Além disso, a coordenadora da Comissão, Ana Paula Mendonça Moraes, pediu o apoio dos demais membros para permanecer no cargo. Os membros acataram esse pedido e o novo Secretário de Meio Ambiente a reconduziu no cargo de coordenadora da CIEA/MS.

Sabe-se que não é a quantidade de reuniões que necessariamente irá definir a qualidade do trabalho de uma Comissão, como a CIEA/MS. Entretanto, o espaçamento e a redução dos encontros parece ter dificultado a continuidade dos trabalhos e, conseqüentemente, pode ter comprometido o desenvolvimento das atividades.

Assim sendo, a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS), não chegou a elaborar uma política estadual de educação ambiental devidamente escrita, aprovada e regulamentada em legislação específica, apesar das tentativas de discussão e elaboração dessa política por essa Comissão, a qual seria um espaço privilegiado para o exercício da participação e da ação democrática, em vista da discussão de políticas públicas voltadas para a questão ambiental.

De 13 a 15 de junho do ano de 2005, aconteceu em Salvador/BA o I Encontro Nacional de CIEAs. Desse encontro resultaram algumas recomendações e

⁴³ O Grupo do Projeto “Vamos Cuidar do Brasil”, na reunião do dia 16 de agosto de 2004, mudou o nome, passando para “Grupo de Formação de Educadores Ambientais”.

diretrizes para as CIEAs, denominada “Carta de Salvador”. Entre as diretrizes recomenda-se “[...] criar e efetivar um plano de formação permanente e contínuo para os membros das CIEAs” (CARTA DE SALVADOR, 2005, p. 1); e “[...] garantir repasse financeiro pelos governos federal, estadual e municipal, pelos Órgãos públicos [...], às atividades das CIEAs, principalmente para a viabilização da participação da sociedade civil” (CARTA DE SALVADOR, 2005, p. 1).

Ao analisar as atas das 30 reuniões da CIEA/MS ocorridas entre os anos de 2001 e 2006, esses dois matizes, a formação dos membros da CIEA/MS e o financiamento da Comissão para a realização de atividades afins, pouco ocorreram. Tratando-se de formação dos membros da CIEA/MS, na 4ª reunião, no dia 13 de março de 2002, pensou-se num ciclo de palestras para a formação da CIEA/MS. O que ocorreu, na verdade, principalmente nas primeiras cinco reuniões da CIEA/MS, foi um ciclo de exposições dos projetos que cada instituição tinha ou estava realizando, entre eles: “Treinamento de Agente em Ciências Ambientais”, que teve como órgão financiador a ANA/GEF/PNUMA/OEA, atingindo os municípios de Bonito/MS, Bodoquena/MS, Guia Lopes da Laguna/MS, Nioaque/MS, Porto Murtinho/MS e Jardim/MS; “Treinamento de Agentes em Extensão Comunitária”, com o objetivo da construção de planos municipais de educação ambiental, nos municípios de Porto Murtinho/MS, Coxim/MS e Costa Rica/MS; “Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das bacias do Rio Miranda” (CIDEMA); “Mulheres em Ação no Pantanal” (MUPAN), cujo objetivo visa à participação feminina como agente multiplicador no contexto de gênero e meio ambiente.

Na 6ª reunião, no dia 21 de maio de 2002, houve a ideia de um *workshop* de educação ambiental. Na reunião posterior, dia 19 de julho do mesmo ano, usou-se a reunião para discutir mais detalhes desse *workshop*. Entretanto, ele acabou não acontecendo, pois, como mencionamos anteriormente, a CIEA/MS ficou interrompida por aproximadamente um ano e meio.

Os representantes da sociedade civil (UCDB, UNIDERP, FERTEL, ECOA), entre outras, na CIEA/MS manifestaram a dificuldade de participar de alguns eventos, principalmente quando eram fora da cidade de Campo Grande/MS. As entidades particulares não dispõem de recursos para bancar esses gastos. Foi por isso que na 15ª reunião da CIEA/MS, no dia 05 de abril de 2004, foi sugerido que a CIEA/MS tivesse um fundo para o fomento de suas ações. Entretanto, essa proposta não foi levada adiante.

Podemos inferir que a CIEA/MS, dentro do período analisado, ou seja, do ano de 2001 ao ano de 2006, teve dois momentos. O primeiro momento, que vai da 1ª reunião, no dia 06 de novembro de 2001, até a 7ª reunião, no dia 19 de julho de 2002, sob uma única coordenação, consistiu mais em relatos de experiências e projetos ambientais das entidades que compunham a CIEA/MS. Está aqui também mais uma razão pela qual a CIEA/MS foi interrompida aproximadamente um ano e meio.

O segundo momento, que vai da 8ª reunião, no dia 15 de setembro de 2003, até a 30ª reunião, no dia 11 de novembro de 2006, consistiu em três aspectos: o primeiro foi a busca contínua de elaborar o decreto da Política Estadual de Educação Ambiental. Exemplo disso foi a formação de uma subcomissão só para pensar na Política Estadual de Educação Ambiental. Essa subcomissão depois apresentaria para a CIEA/MS o resultado desse empenho. Uma vez que essa subcomissão não apresentou à CIEA/MS o resultado do trabalho, criaram-se Grupos de Trabalho (GT) envolvendo todos os membros da CIEA/MS. Um GT ficou encarregado de pensar sobre a elaboração do decreto Estadual de Educação Ambiental. Também essa tentativa foi em vão.

O segundo aspecto que marcou esse segundo momento da CIEA foi que grande parte das reuniões consistiu em comunicados de eventos municipais, estaduais e nacionais de educação ambiental. O terceiro aspecto foi a falta de rumo das reuniões já que, por vezes, os próprios membros encontravam-se deslocados, não por falta de bagagem e conteúdos a serem discutidos. A questão é que não havia uma pauta previamente programada a ser discutida. A pauta da reunião ficava sob a responsabilidade da coordenação da CIEA/MS.

Vale ressaltar que ocorreram discussões pertinentes, mas que muitas vezes não se chegou a nenhuma decisão, ou seja, a CIEA/MS não tomou nenhuma atitude. Exemplo disso foi que a prefeitura de Campo Grande/MS estava prestes a executar um projeto de construção de uma avenida perto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Relatou-se na CIEA/MS que essa avenida iria sacrificar alguns buritis, árvore nativa da região, que serve de abrigo para os ninhos de algumas aves. Pensou-se em fazer uma manifestação contra a passagem da avenida nesse local, mas a ideia não foi levada adiante.

Apesar de não se chegar à elaboração de uma proposta para a definição de uma política estadual de educação ambiental, algumas iniciativas foram tomadas para o desenvolvimento de trabalhos voltados à educação ambiental no âmbito da Secretaria do Estado de Educação de MS, sendo que a responsabilidade pelas políticas de educação

ambiental era da Coordenadoria de Educação Infantil e Ensino Fundamental (COEB). Essa Coordenadoria integrava, por sua vez, a Superintendência de Políticas de Educação (SUPED).

No ano de 2003, a referida Coordenadoria passou a se chamar Coordenadoria de Educação Básica e Educação Profissional (COEBEP). No ano de 2005, a responsabilidade pelas políticas de educação ambiental passou para a Coordenadoria de Políticas Específicas de Educação. No interior dessas Coordenadorias, havia um técnico pedagógico responsável pela educação ambiental. No período em questão, apenas duas pessoas ocuparam esse cargo, sendo a primeira do ano de 1999 a 2001 e a segunda do ano de 2002 a 2006.

Vale lembrar que, no ano de 2003, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério de Educação (MEC), lançou uma proposta de Conferências de Meio Ambiente nas Escolas, tanto da rede privada quanto da rede pública, atingindo estudantes entre 11 e 15 anos do Ensino Fundamental.

Após o envolvimento das escolas, que no total atingiu 15.148, em torno de 6 milhões de pessoas, essas mesmas escolas escolheram os seus delegados, sendo 14 de cada estado, que, depois de uma Conferência Estadual, participaram da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente que aconteceu entre os dias 27 e 30 de novembro do ano de 2003, em Brasília/DF, com a participação de 378 jovens delegados de todos os estados brasileiros (BRASIL, 2003).

Nessa Conferência Nacional, mediante as contribuições de todas as escolas envolvidas devidamente representadas por seus delegados estaduais, foram elaboradas propostas de ações relacionadas à água, à coleta seletiva nas escolas, à extinção de alguns seres vivos, ao saneamento básico e aos alimentos. Na cidade de Campo Grande/MS (campo empírico desta pesquisa), 14 escolas estaduais participaram desse projeto.

Ressalta-se que no segundo semestre do ano de 2005, as escolas novamente foram mobilizadas a participar da II Conferência Nacional Infanto Juvenil. No total foram 12 mil escolas, com o envolvimento de quatro milhões de pessoas. O tema principal dessa Conferência foi “Vivendo a diversidade na escola” e aconteceu também em Brasília/DF entre os dias 23 e 28 de abril do ano de 2006 (BRASIL, 2006). A exemplo da primeira Conferência, também essa foi promovida pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, numa parceria do Ministério da Educação (MEC) com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Uma das preocupações da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), nesse período, foi a implantação da Agenda 21 na Rede Estadual de Ensino. Destaca-se que a Agenda 21

[...] é um plano de ação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro. Na agenda 21 estão definidos os compromissos que 179 países assinaram e assumiram de construir um novo modelo de desenvolvimento que resulte em melhor qualidade de vida a humanidade e que seja econômica, social e ambientalmente sustentável. Desde 2002, o nosso país tem uma agenda 21 Brasileira, feita com a participação de milhares de pessoas (MATO GROSSO DO SUL, SED/MS, 2008).

Ainda, no ano de 2003, visando a atender a Agenda 21 Brasileira, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), realizou a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, mencionada anteriormente. Em continuidade a essa primeira Conferência, as Secretarias de Estado de Educação e Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul ofereceram às escolas de Mato Grosso do Sul (professores e alunos), o Seminário de Formadores III (FIII). No polo Campo Grande/MS, ocorreu nos dias 29, 30 e 31 de agosto do ano de 2005 (ANEXO 2), com o objetivo de criar a “Com-vida” (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola) e por em prática as propostas debatidas na Conferência.

A “Com-vida” foi uma proposta de se criar uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (BRASIL, 2004) para cuidar das questões ambientais dentro da escola, acompanhando a educação ambiental e pensando nos problemas e soluções. Em suma, tem como objetivo promover a Agenda 21 na escola. Essa proposta é decorrente da Carta “Jovens Cuidando do Brasil” que apresenta as deliberações expressas pelos 400 jovens participantes da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (BRASIL, 2004). “A carta sugere que se formem conselhos jovens nas escolas e em outros espaços da sociedade e ressalta a importância da Agenda 21 na Escola” (BRASIL, 2004, p. 5). A “Com-vida”

[...] é uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores, comunidade. Quem organiza a “Com-vida” é o delegado ou a delegada e seu suplente da Conferência de Meio Ambiente na Escola, com o apoio de professores. O principal papel da “Com-vida” é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade. Por isso, a “Com-vida” chega para somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a *Educação Ambiental* para todas as disciplinas (BRASIL, 2004, p. 9).

O estado de Mato Grosso do Sul (SED/MS) também participou do Seminário de Formadores I e II (FI e FII). O Seminário de Formadores I (FI) realizou-se em Brasília/DF, de 26 a 31 de julho do ano de 2004, com sete membros representando as seguintes instituições: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED-capital), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Coletivos Jovens das Comissões Organizadoras do Estado (COES) e representante das ONGs (BRASIL, 2004). O Seminário de Formadores II (FII) consistiu em trabalhar com a equipe técnico-pedagógica de todas as escolas estaduais dos 77 (à época) municípios de Mato Grosso do Sul. Trabalhou com o material discutido e aprofundado em Brasília/DF por ocasião do Seminário de Formadores I (FI).

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), especificamente a Coordenadoria de Políticas Específicas de Educação, desencadeou um trabalho no sentido de estimular as escolas da Rede Estadual de Ensino a disponibilizarem os professores para as capacitações voltadas para a educação ambiental, conforme depoimento de um dos técnicos entrevistados:

Houve bastante estímulo, a própria capacitação é um desses estímulos: fazer com que a escola se interessasse em participar, que a coordenação da escola disponibilizasse os professores, não só aquela coisa que somente do diretor e coordenador fazia a capacitação e repassava. Nosso critério era que o professor fosse disponibilizado por três dias da escola para fazer a formação. (T2, 2009).

Aqui se pode inferir uma primeira convergência entre as propostas de educação ambiental da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) no que diz respeito à capacitação dos educadores em educação ambiental, pois a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), em seu Art. 8º, § 2º, prevê que a capacitação de recursos humanos será voltada para “[...] a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1999, p. 3).

Sabe-se que, conforme mencionado anteriormente, no período em questão, o estado de Mato Grosso do Sul não conseguiu elaborar a sua Política de Educação Ambiental. No entanto, as escolas foram realizando os seus projetos, sob iniciativa própria, conforme relato abaixo:

Nós não temos uma Política de Educação Ambiental. Quem quisesse, chegava na escola e fazia um projeto. Esse era o fator preocupante. Então, qualquer pessoa poderia chegar direto na escola, propor um trabalho, ou na SED/MS, vender um projeto. Era essa a característica, e aí começamos a discutir que estava muita coisa acontecendo, e a escola não sabia nem o que fazia. Então resolvemos organizar, discutir, prever diretrizes. Daí culminou na época com a discussão da Política Nacional de Educação Ambiental, que teve a publicação decretada posteriormente. Então a partir daí nós só vamos tratar as diretrizes, o que não é uma política, mas que possa trabalhar com a educação ambiental nas escolas e seguir alguns critérios, aí muitos dos projetos que vinham para a SED/MS foram recusados, porque eles eram equivocados mesmo, em termos de renda, de uma série de coisas, e começamos a discussão, e esta discussão não foi só no setor da educação básica, trouxemos educação básica do campo. Não importa o tipo de escola pra poder fazer esta discussão. E a Constituinte Escolar ajudou muito nesse processo. Então foi mais no início uma fase de discussão. Eu fiz logo no início, um questionário para as escolas, um levantamento, de como eles estavam trabalhando. Então o que eles estavam desenvolvendo de educação ambiental, quais eram os projetos que eles tinham. Cheguei até a publicar num seminário que teve das cidades pantaneiras, em Aquidauana/MS. Então fizemos este levantamento. No universo das escolas do estado, poucas devolveram o questionário, mas quem devolveu era porque tinha alguma coisa, ou gostariam de aprender a fazer. Então saiu um diagnóstico interessante pra nós para a partir daí pensar mais a sério. (T2, 2009).

A entrevista acima mostra, por um lado, que era preocupante o fato de o Estado não possuir uma Política de Educação Ambiental, na medida em que não havia diretrizes gerais e, por outro, que as escolas tomavam a iniciativa, no sentido de desenvolver ações voltadas à educação ambiental, sinalizando a importância dessa educação e sua capacidade de expansão no âmbito da escola.

Um das solicitações da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), Artigo 13, Inciso III, é “[...] a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental **em parceria com a escola**, a universidade e as organizações não-governamentais” (BRASIL, 1999, p. 5, grifo nosso). A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), procurando atender a essa solicitação, procurou também estabelecer parcerias para a implantação dos projetos de educação ambiental nas escolas, conforme afirmação do entrevistado abaixo:

Inclusive essa parceria, essa comunicação entre principalmente as duas Secretarias, a Secretaria de Educação (SED/MS) e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA/MS), que desenvolvem políticas de educação ambiental, que tem a responsabilidade, tem o papel de levar essas linhas, essas diretrizes pra fora da escola, tanto para a comunidade como dentro da escola. Então houve a necessidade de fortalecer a arrolação mais ainda entre as Secretarias. E além disso, nós buscamos outras parcerias de instituições aqui do estado, as universidades, a UCDB, que são as mais representativas, que sempre trabalham conosco, a UCDB, a UFMS, a UEMS e a UNIDERP. (T2, 2009).

E acrescenta:

Em fase de pesquisa, ainda tínhamos o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das bacias dos Rios Miranda (CIDEMA), que é um consórcio, uma comissão; o IBAMA esteve muito presente, porque como o IBAMA é um representante de idéias assim como a SEMA/MS. Então sempre estavam com a gente trabalhando nesta parceria. Mais tarde um pouco buscamos a parceria dos COLETIVOS JOVENS, das redes de educação ambiental. Nós tínhamos já uma rede centrada pela rede Agupapé, mais tarde, não nesse momento, depois da segunda formação até um critério buscamos a parceria da UNDIME. Mas no primeiro momento ficamos mais com as parcerias das universidades, das secretarias de sistema de educação, da secretaria estadual, do órgão que seria o IBAMA e dos coletivos, o CIDEMA e COLETIVO JOVEM e as redes de educação de ambiental, foram essas as parcerias, até porque era um critério nosso buscar parcerias para desenvolver projetos. (T2, 2009).

Além das parcerias com as instituições governamentais de educação ambiental, notam-se as parcerias com as redes de educação ambiental, conforme entrevista anterior. As redes de educação ambiental começaram a se multiplicar no ano de 1992, por ocasião da Rio-92. As redes de educação ambiental,

[...] típico de seu funcionamento dinâmico, podem arrefecer durante períodos e depois voltarem a crescer. Com o avanço tecnológico, meios eletrônicos tornaram-se, na maioria das vezes, a principal forma de comunicação. Mas encontros presenciais, quando possíveis, possibilitam seu fortalecimento. Muitas vezes, aliás, elas nascem durante encontros presenciais (BRASIL, 2008, p. 241).

Essas parcerias também se estenderam a outras instituições não-governamentais, conforme depoimento:

Começou com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/MS). Ali já começamos a discutir; e ela envolvia não só representatividade como discutia a questão do movimento negro, a questão indígena. As ONGs nos apoiavam muito: ONGs regionais. E depois fomos ampliando, ONGS internacionais de São Gabriel do Oeste/MS. Buscávamos esses parceiros, a Rede Agupapé, que nasce apoiada na época do Governo Popular. Então a SED/MS e a Secretaria de Meio Ambiente, proponente do projeto de criação da rede, junto com a universidade e com a ECOA⁴⁴. Então assim, nós não tínhamos como trabalhar sem ter esses parceiros, e sem através das discussões com a pauta. (T1, 2009).

Observa-se aqui também uma segunda convergência na relação das políticas de educação ambiental da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) no que diz respeito às parcerias para a implantação de projetos de educação ambiental nas escolas.

⁴⁴ “A ECOA é uma organização não-governamental brasileira fundada em 1989, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a promoção de ações em defesa da qualidade de vida e a preservação e conservação dos bens naturais. Atua localmente no Cerrado e Pantanal e desenvolve ações no âmbito nacional e internacional”. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/canal.php?c=37>. Acesso em 14 de jun. 2009.

As respostas dos entrevistados evidenciam algumas ações desencadeadas pela Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), no período em questão, para envolver, na medida do possível, a comunidade escolar nos projetos relacionados à educação ambiental sob dois aspectos: o primeiro seria trabalhando o próprio projeto político-pedagógico na escola, conforme a seguinte afirmação:

Tanto que nos materiais mais recentes, uma coisa que foi colocada como um pré-requisito para que a escola trabalhasse com educação ambiental, era o projeto político pedagógico da escola, que envolvesse toda a comunidade escolar, a discussão, o que seria o correto. Então, quando nós íamos trabalhar a educação ambiental discutíamos a importância do projeto político pedagógico, participativo, trazendo toda a comunidade escolar, de rever, envolvendo a Associação de Pais e Mestres, a Associação da Limpeza. Então essa sempre foi uma preocupação. (T1, 2009).

O segundo aspecto de envolvimento da comunidade educativa seria por intermédio dos colegiados escolares, existentes no âmbito das escolas, conforme depoimento:

Porque a essência do projeto Agenda 21 é trabalhar a escola. Formar dentro da escola uma comissão de pessoas que tem que ter um número, tem que ser representativa, o colegiado, a direção da escola, os professores, os alunos e também o próprio representante dos pais. Então seria aquele colegiado que existe já realizado pela escola, que ele fosse um reflexo para educação ambiental. Que fosse criado dentro daquela estrutura, não tão rígido quanto os colegiados com CNPJ e tal dentro da escola, mas que tenha uma certa organização, ter o coordenador, ser coordenado. Se não, todo mundo faz e ninguém faz ao mesmo tempo, então teria que criar esta comissão. (T2, 2009).

Segundo os entrevistados, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) também incentivou que os projetos voltados para a educação ambiental atingissem a comunidade externa, sensibilizando-a sobre as questões ambientais, como se pode verificar:

Uma das atribuições dessa Comissão, que chamávamos de Agenda 21, e depois futuramente com a própria sugestão do MEC, da metodologia desenvolvida pelo MEC, ele foi transformado em COM-VIDA. Então a Com-vida ela tem esse papel, de discutir entre a escola os problemas ambientais, levantar as possíveis soluções; que tem coisa que não é de competência da escola, é competência do IBAMA, da SED/MS. Resolver os problemas de erosão do bairro isso é com a Prefeitura não com o aluno, mas o aluno pode colaborar, a escola pode estar participando, ela pode reivindicar. Levar fora das quatro paredes, fora da escola, porque o aluno vive, o professor também vive naquele bairro. (T2, 2009).

Inclusive nesses cursos de formação continuada que teve, no processo da Conferência Infante-Juvenil que tem uma maior participação, sempre estendendo para a comunidade externa. Alguns trabalhos dos professores que realizaram esse processo de formação continuada foram envolvendo diretamente a comunidade como um todo, porque eles encaram alguns trabalhos ambientais que as escolas queriam trabalhar e que não dependiam

só da escola, dependiam da comunidade. Então apresentar esse projeto para a comunidade, de trazer a comunidade para discutir na escola. Então sempre se buscou. O próprio processo da Constituinte quando foi discutir educação ambiental. Eu me lembro que eu participei de algumas reuniões, aqui por Campo Grande/MS mesmo, nos bairros; a comunidade toda estava lá, se envolvendo, e às vezes uma pessoa nem era da escola, mas estava naquele processo de discussão. Foi um momento bem interessante isso. (T1, 2009).

Conforme entrevista anterior, a Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999-2001) foi um dos projetos constitutivos de um projeto educacional maior denominado “Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição”. Essa discussão, envolvendo as pessoas da comunidade interna e externa, fazia parte da proposta da Constituinte Escolar, ou seja, uma gestão democrática também no campo ambiental, conforme a quarta diretriz e meta do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001): “Envolvimento da comunidade interna e externa da escola nos projetos das questões ambientais: a) Que a escola crie mecanismos para envolver toda a comunidade nos projetos sobre educação ambiental” (MS, 2001, p. 32).

Esse envolvimento da comunidade educativa e da comunidade externa vem ao encontro daquilo que prevê a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), no Art. 3, Inciso I, ao estabelecer que: cabe ao “[...] Poder Público [...] definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o **engajamento da sociedade** na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente” (BRASIL, 1999, p. 1, grifo nosso). Observa-se uma terceira convergência entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as políticas advindas da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) para a educação ambiental.

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) preocupou-se também em criar espaços de debate e elaboração de políticas específicas na área ambiental, conforme depoimento:

Acho que o maior espaço de debate foi a questão das Conferências, tanto adulta quanto a Infância-juvenil. Mesmo tendo esta divisão, nós não conseguíamos ver essa divisão no momento das discussões. Então esse espaço foi importante. Eu acho que discutir a reorganização das CIEAs foi importante. Os seminários promovidos trazendo as pessoas do interior, do estado todo, promovendo essa discussão também ajudou. O que nós queríamos muito era que os municípios estabelecessem suas políticas de educação ambiental de meio ambiente. Chegaram a promover alguns encontros, algumas ações, sempre norteados por esta diretriz. (T1, 2009).

Todo o nosso projeto foi norteado buscando criar, além de formar os grupos, criar esses espaços, porque até para fazer um diálogo entre as instituições de ensino. Chegar até a escola aquela coisa já fiscalizada: a Secretaria enviou, a Secretaria pediu, a Secretaria mandou. E buscando deles essa contrapartida,

que eles levassem as necessidades para que pudéssemos apoiar, então o diálogo, esse espaço sempre foi nossa grande batalha. (T2, 2009)

No entanto, no período analisado, do ano de 1999 a 2006, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) não acompanhou de forma sistemática os trabalhos orientados nas escolas pelos professores capacitados, conforme depoimentos:

Não na totalidade, mas houve desde a formação continuada, pelo processo da Conferência. Então os que desenvolviam, eles tinham esse acompanhamento. Houve uma descentralização também. Por exemplo, nós aproximávamos; uma pessoa lá em Sonora/MS fazendo um projeto, qual poderia ser o parceiro mais próximo? Então às vezes tinha uma universidade interessada no processo que poderia apoiar. Então tentamos fazer essas ligações, essas inter-relações entre as instituições. É uma forma de incentivar porque não conseguíamos estar em todas, ou fazer o acompanhamento de tudo, até mesmo pelo banco de dados, não conseguíamos executar. Então descentralizava. (T1, 2009).

Esse acompanhamento, ele praticamente intensificou a partir da formação, do término da formação. Mas nós não podemos, não foi possível fazer um acompanhamento mais presencial. Ele foi mais a distância, on-line, na medida do possível. Nós tínhamos uma política para atender o estado todo. Se fosse só as escolas de Campo Grande/MS a realidade seria mais local, a distância favorecia. Mas como é uma realidade estadual, nós tivemos que optar por essa. Nós não tínhamos equipe, número de pessoas suficientes para dar esse atendimento mais presencial. (T2, 2009).

Entende-se que a implementação de uma política pública está relacionada ao financiamento adequado por parte do Estado, responsável pela sua implementação, ou seja, a falta dos recursos necessários impossibilita a implantação de uma política pública. Com a política de educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul não foi diferente, conforme enfatiza o entrevistado:

O maior gargalo da educação ambiental realmente é o financiamento, principalmente quando o proponente é uma escola. Existe no Estado um fundo de direitos difusos que é meio administrado pelo órgão ambiental do Estado e o Ministério Público. Em 2006, final de 2005 e início de 2006, houve uma escola que foi proponente, que é a escola que tem o Projeto “Segredo Vivo”, Escola Estadual Pe. João Greiner. Eles entraram concorrendo a este recurso, e foi um trabalho muito duro de liberação, de flexibilização do conselho deste fundo para a importância disso, porque é um direito adquirido do país. E aí foi o recurso que saiu pra eles. Então foi histórico, vamos dizer assim, porque uma primeira escola que conseguiu o que universidades não conseguem, que várias instituições não conseguem. A Associação de Pais e Mestres conseguiu ter esta liberação e teve que várias vezes dar um ajuste no projeto, e eles trabalharam, se não me engano até o final do ano passado, com este recurso. Muita gente gostaria que fosse democratizado isso, por isso é necessário uma Política Estadual de Educação Ambiental, até para discutir essa questão de recurso, de investimento, de financiamento. (T1, 2009).

Uma das discussões da CIEA/MS, no período de 2001 a 2006, foi o financiamento. Dentro da minuta da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato

Grosso do Sul, foi contemplada, dentro das atribuições do Comitê Gestor⁴⁵, a participação na negociação de financiamento para planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Uma vez que foram apontadas três convergências entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as ações advindas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), pode-se inferir que os espaços para os debates das questões ambientais, o acompanhamento mais rigorosos dos trabalhos de educação ambiental nas escolas por parte da SED/MS e o provisionamento de recursos financeiros para os projetos de educação ambiental nas instituições de ensino não foram preconizados pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a relação entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as políticas de educação ambiental da SED/MS encontra-se distante. Em outras palavras, percebe-se a falta de elo entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as iniciativas de educação ambiental da SED/MS. Os elementos convergentes entre a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as ações de educação ambiental da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) não são suficientes para dar conta de colocar em prática outras ações preteridas pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

Por fim, segundo o técnico da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), todo o trabalho desenvolvido entre os anos de 2002 ao ano de 2006 teve uma culminância na publicação de um livro intitulado “Educação Ambiental: gota de saber: reflexão e prática”. (T2). O livro foi elaborado por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME); ele oferece subsídio ao projeto de formação continuada de professores em educação ambiental e

[...] integra tanto os debates teóricos acadêmicos, trazidos por pesquisadores e educadores ambientais de universidades de Mato Grosso do Sul, quanto caminhos da educação ambiental trilhados pelas juventudes e pelas redes que nos enlaçam dentro e fora das escolas e, sobretudo, a inclusão da diversidade ambiental de cores e culturas do Pantanal (MATO GROSSO DO SUL, 2006, p. 9).

⁴⁵ Esse Comitê Gestor, formado por representantes das Secretarias de Estado de Educação e Meio Ambiente, FUNDECT, Universidades e ONGs, seria o coordenador da Política Estadual de Educação Ambiental.

As informações levantadas e as repostas dos entrevistados possibilitam inferir que o processo de implantação da política de educação ambiental no estado de Mato do Sul, entre os anos de 1999 e 2006, foi fragmentado. Primeiro porque o estado de Mato Grosso do Sul não conseguiu elaborar uma Política Estadual de Educação Ambiental⁴⁶. Em segundo lugar porque toda a proposta de educação ambiental realizada de forma participativa, portanto, podendo ser considerada mais democrática por ocasião da Constituinte Escolar que culminou com a aprovação do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, no ano de 2001, foi interrompida com a troca do Secretário de Estado de Mato Grosso do Sul. Essa troca ocorreu, segundo o Secretário de Educação de MS, à época, Pedro César Kemp Gonçalves, porque

[...] aproximava-se a eleição interna do PT para a renovação da direção partidária e o governador precisava recompor seu grupo político que estava dividido, numa aliança que pudesse eleger o presidente e a maioria dos membros do diretório. Esta eleição era vista como estratégia pelo governo, pois a nova direção partidária conduziria a política de alianças para a reeleição do governador em 2002 (KEMP, 2004, *apud* ARANDA, 2004, p. 130).

Percebe-se que a Constituinte Escolar ficou comprometida, ou seja, a ela não foi dada continuidade por uma decisão política em vista de reeleições. A entrevista abaixo concedida por Romilda Paracampos⁴⁷ complementa:

Concluído o processo de elaboração do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, o início de sua execução começaria com a análise, a avaliação e reestruturação dos Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares, nos casos em que isso ainda não ocorreria, pois a Secretaria de Educação, ao longo do processo Constituinte Escolar, já havia direcionado sua ação com vistas a isso. Mas, esse processo não teve prosseguimento com a mudança de Secretário de Estado de Educação, imediatamente após a aprovação do Plano Estadual de Educação, em junho de 2001. A própria proposta de educação foi, em grande parte posta de lado, ainda que formalmente não tivesse sido suspensa nem outra tivesse sido apresentada à sociedade. Para as escolas, a descontinuidade da política educacional não se tornou, de imediato, evidente. A nova equipe na pasta da educação deu prosseguimento somente para aquelas medidas exigidas por força da norma estabelecida (PARACAMPOS, 2004 *apud* ARANDA, 2004, p. 133).

Em terceiro lugar, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) mais preocupada em atender os projetos de educação ambiental advindos da esfera federal, não adotou uma política de acompanhamento e de avaliação dos projetos de educação ambiental nas escolas.

⁴⁶ Essa responsabilidade da elaboração da Política Estadual de Educação Ambiental era da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS). Entretanto, por alguns fatores, já mencionados neste trabalho, não foi possível a sua concretização.

⁴⁷ Foi Superintendente do Ensino da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999-2001).

3.5 A efetivação da educação ambiental nas escolas da Rede Estadual de Ensino

Antes de analisar como a educação ambiental se efetivou nas escolas, no período em estudo, buscou-se verificar a concepção de educação ambiental apresentada pelos gestores e professores entrevistados das escolas selecionadas. Para isso, perguntou-se a eles como concebem a educação ambiental. As respostas foram as seguintes:

A educação ambiental é a arte do conviver com a diversidade de questões ambientais e sociais que buscam o equilíbrio do homem com o meio. É a maneira que você trabalha com o indivíduo para que ele respeite e preserve o ambiente, tendo como ponto de partida o seu ambiente mediato, (onde ele vive) e de forma geral respeite as pessoas, a natureza, o ambiente e todos os lugares onde há vida e onde gera vida. (DIRETOR EA, 2009).

Pensar em educação ambiental é conscientizar e levar as pessoas a incorporar atitudes concretas de preservação do meio ambiente. (DIRETOR EB, 2009).

É a conscientização da preservação do meio ambiente, preservação do futuro, a garantia de um futuro melhor. (COORDENADOR EB, 2009).

Nós temos que mostrar para o aluno o princípio da cidadania, da preservação do próprio ambiente da escola, no caso da escola em si, na casa do aluno. (DIRETOR EC, 2009).

A educação ambiental é um processo de aprendizagem permanente, tendo como base o respeito à todas as formas de vida. Essa educação enfoca valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. (PROFESSOR EB, 2009).

Educação ambiental envolve conhecimentos relacionados a preservação e utilização sustentável dos recursos naturais. (COORDENADOR EA, 2009).

Observa-se, num primeiro momento, que as respostas apresentadas possuem alguns elementos de caráter preservacionista ou conservacionista de educação ambiental, voltadas mais para o comportamento do aluno. No entanto, alguns professores vão além dessa concepção, enfatizando em suas respostas o caráter de formação do cidadão.

Pode-se notar que essas concepções relacionadas nas entrevistas acima se aproximam de certa forma, do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que foi finalizado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio 92. Na concepção do Diretor EA (2009), “[...] a educação ambiental é a arte do **conviver com a diversidade** de questões ambientais e sociais que buscam o equilíbrio do homem com o meio” (DIRETOR EA, 2009, grifo nosso).

Para o Diretor EB, “[...] pensar em educação ambiental é **conscientizar** e levar as pessoas a incorporar atitudes concretas [...]” (DIRETOR EB, 2009, grifo nosso); para o Coordenador EB, a educação ambiental “[...] é a **conscientização** da preservação do meio ambiente [...]” (COORDENADOR EB, 2009, grifo nosso).

Enquanto o Diretor EC considera que educação ambiental é “[...] mostrar para o aluno o princípio da cidadania [...]” (DIRETOR EC, 2009), aspecto inquestionável no processo educativo, na perspectiva de uma educação ambiental crítica.

Verifica-se que duas diretrizes da Rio 92 abordam a questão da cidadania: “Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar o ambiente, como parte do **exercício da cidadania local e planetária** (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 4, grifo nosso); “Fortalecer as organizações movimentos sociais como espaços privilegiados para o **exercício da cidadania** e melhoria da qualidade de vida e do ambiente” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 5, grifo nosso).

No parecer do Professor EB, “[...] a educação ambiental é um **processo de aprendizagem permanente** [...]” (PROFESSOR EB, 2009). Essa definição coincide, até certo ponto, com a afirmação expressa na introdução do texto do Tratado, em que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é considerada “[...] **um processo de aprendizagem permanente**, baseado no respeito a todas as formas de vida” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 1, grifo nosso).

A retomada do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global como referência nessa parte do trabalho é importante por dois motivos principais: primeiro porque no dia 20 de dezembro de 2002, a ONU, em Assembleia Geral, tendo presente a demanda expressa na Conferência Rio 92, aprovou a Resolução 254 que instituiu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, para o período de 2005 a 2014 (BRASIL, 2008). Nessa ocasião, dois documentos foram oficialmente adotados como referência, entre os quais o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O segundo motivo é que o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, ocorrido de 05 a 08 de abril de 2006, em Joinville/SC, reafirmou o

compromisso do tratado pelo seu caráter histórico e por sua contemporaneidade (BRASIL, 2008).

Um segundo eixo de análise a ser verificado na concretização da educação ambiental em algumas escolas de Campo Grande/MS foi o papel da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) como Órgão Gestor da implementação da educação ambiental nas escolas da Rede Estadual de Ensino. Nesse sentido foram feitas duas perguntas aos gestores e professores das escolas. A primeira questão refere-se a como eles interpretam/avaliam a atuação da Secretaria do Estado de Educação (órgão gestor e implementador de políticas), voltada à educação ambiental. Obtiveram-se as seguintes respostas:

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) é muito alheia a questão ambiental. Ela acredita que a qualidade da educação está posta em uma listagem de conteúdos que os professores devem seguir e cumprir, planejando-os, sem oferecer condições materiais para que isso ocorra. (COORDENADOR EC, 2009)

Em minha opinião a Secretaria (SED/MS) fica muito distante dos problemas enfrentados na escola. Não sabe o quanto é difícil trabalhar com questões sociais com pouco tempo para o preparo das aulas. Eles querem ver serviço, resultados positivos, mas não nos dá condições para isso. Não há investimentos para a questão ambiental nas escolas, mas há muita cobrança. Acho que seria importante a Secretaria (SED/MS) destinar duas aulas semanais para os projetos pedagógicos da escola. (PROFESSOR EA, 2009).

Essa crítica por parte das escolas em relação à SED/MS parece que se deve, como mencionado anteriormente, à falta de uma política de educação ambiental e por a educação ambiental não ser prioridade dentro das políticas educacionais.

A segunda questão diz respeito ao acompanhamento por parte da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) nos projetos desenvolvidos pelas escolas. Obtiveram-se as seguintes respostas.

Os projetos já realizados passaram por uma avaliação em nível de direção, coordenação, professores e alunos. A Secretaria de Estado de Educação não acompanha os projetos realizados na Escola. (DIRETOR EB, 2009).

Os nossos projetos não são acompanhados diretamente como foco da educação ambiental. No período que começamos a desenvolver esses estudos, fazíamos porque já era uma característica da escola, de estar desenvolvendo um projeto, com foco na iniciação científica, e na mudança de atitude dos alunos em relação a questão ambiental. (DIRETOR EA, 2009).

A Secretaria de Estado de Educação não acompanha os trabalhos desenvolvidos na escola (PROFESSOR EB, 2009).

Conforme os depoimentos anteriores, verifica-se que a SED/MS, Órgão Gestor da educação ambiental nas escolas, não desenvolveu um trabalho articulado com

as instituições escolares, e, assim, não implementou ações de acompanhamento dos projetos de educação ambiental nas escolas, o que não corresponde a uma das ações previstas no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, “[...] acompanhar os trabalhos orientados nas escolas pelos professores capacitados, garantindo a continuidade dos mesmos” (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 31).

A esse respeito, a SED/MS, no período em questão, procurou executar, principalmente, os projetos federais advindos do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental como, por exemplo, as Conferências Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, conforme expressa o Técnico entrevistado: “Acho que o maior espaço de debate foi a questão das **Conferências**, tanto adulta quanto a Infante-juvenil”. (T1, grifo nosso).

Assim, os projetos de educação ambiental, elaborados e desenvolvidos sob a iniciativa das próprias escolas, não foram acompanhados, transmitindo aos gestores e professores uma certa sensação de abandono por parte da SED/MS. Outro fator era que a SED/MS não dispunha de pessoas para realizar esse trabalho de acompanhamento dos projetos de educação ambiental nas escolas.

Por fim, percebe-se também que a SED/MS dava mais atenção para os projetos que representavam o próprio Estado em âmbito nacional, conforme expressa o entrevistado:

A partir do momento que o projeto abriu um convênio com os profissionais que ganhavam para desenvolver, a Secretaria fez questão de receber os relatórios. E durante o desenvolvimento deste projeto, quem representou o Estado de Mato Grosso do Sul em feiras de projetos pelo Brasil afora, foi nossa escola, e portanto a Secretaria acompanhou de perto o trabalho da escola neste sentido. (DIRETOR EC, 2009).

Um terceiro eixo de análise definido relaciona-se aos projetos de educação ambiental desenvolvidos nas escolas e comunidade externa, bem como suas dificuldades, resistências, avaliações e acompanhamento.

Nesse sentido, destaca-se que o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em suas estratégias e linhas de ação, incentiva “[...] a gestão escolar dinâmica, aproveitando as experiências acumuladas, trabalhando com a **pedagogia de projetos** e promovendo a integração entre as diversas disciplinas” (BRASIL, 2005, p. 50, grifo nosso).

A esse respeito, as escolas da Rede Estadual de Ensino visitadas em Campo Grande/MS, selecionadas para este estudo, desenvolvem de alguma maneira projetos de educação ambiental sob os mais variados assuntos.

Energia elétrica – história da luz; meio ambiente e Campo Grande/MS; problemas ambientais; reciclagem de papel – reciclar e preservar; poluição do ar – investigando a poluição nas ruas de Campo Grande/MS; água nossa de cada dia e educação fiscal; coleta seletiva dos materiais recicláveis. (PROFESSOR EB, 2009).

Esses projetos de educação ambiental são, em sua maioria, iniciativa da própria escola, ou seja, não são projetos que decorrem da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) ou mesmo do Ministério da Educação (MEC). Essa constatação é decorrente das seguintes perguntas feitas aos gestores e professores das escolas: Quem tomou a iniciativa? Como ele foi organizado? Como foi desenvolvido? Envolveu todas as disciplinas do currículo?

A iniciativa para desenvolver o projeto parte de toda a equipe, pois além de se tratar de uma questão institucionalizada no currículo escolar é um tema relevante para a qualidade de vida e isso preocupa a escola como um todo. A forma como será trabalhado cada tema resulta da discussão e tomada de decisão de toda equipe (direção junto com a coordenação pedagógica e com os professores). (DIRETOR EA, 2009).

Foi uma iniciativa dos professores da área de Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. No início do ano letivo, nos reunimos para discutirmos o projeto de educação ambiental que é trabalhado desde 2001 na escola. (PROFESSOR EA, 2009).

A iniciativa foi tomada pelo diretor da escola [...], que reuniu os professores para tomarem uma iniciativa de arborização de parte da mata ciliar do córrego próximo a escola. (PROFESSOR EC, 2009).

Professores e a coordenação da escola. Foi organizado através de reuniões com a coordenação da escola delegando funções a cada professor e as suas respectivas disciplinas. Os projetos foram desenvolvidos pela maioria das disciplinas daquele turno. (PROFESSOR EC, 2009).

Desse modo, pode-se afirmar que as escolas estão atendendo, de acordo com suas características, a uma das diretrizes e metas acrescentadas pelas escolas no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, qual seja: “[...] que a escola tenha autonomia para desenvolvimento e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos em educação ambiental na escola pelos professores capacitados, para que haja eficácia e continuidade dos mesmos” (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 32).

Esses projetos fazem parte do projeto político-pedagógico da escola e são avaliados periodicamente (Escola B) durante o seu desenrolar. Nessa direção, o

Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) afirma no item 4.1: “Incentivo à inclusão de dimensão ambiental nos projetos políticos-pedagógicos das instituições de ensino” (BRASIL, 2005, p. 50).

Enfim, as iniciativas dos projetos de educação ambiental advindos das escolas correspondem ao que institui o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) quando estimula as instituições de ensino “[...] à efetiva implementação dos projetos em educação ambiental **construídos pela comunidade escolar** [...]” (BRASIL, 2005, p. 51, grifo nosso). A importância das escolas exercerem a sua autonomia não exime a função da SED/MD, de atuar como órgão implementador das políticas de educação ambiental.

Os referidos projetos de educação ambiental desenvolvidos pelas escolas envolveram não apenas a comunidade escolar, como também a comunidade local, pois, ao responderem se os projetos de educação ambiental envolveram também a comunidade externa, os entrevistados responderam:

Envolveu a comunidade. O projeto teve todo um trabalho dentro da casa do aluno, que são da região do Córrego Segredo. Depois os próprios alunos montaram uma equipe e com uma parceria com os moradores das margens, chácaras, com a zona de empreendimentos, onde houve inclusive a assinatura de um termo de compromisso dessas pessoas para que pudéssemos estar desenvolvendo este livre acesso nas margens do córrego. (DIRETOR EC, 2009).

Acaba a envolver a comunidade na época da Feira do Conhecimento, quando eles vêm visitar a feira e então há o envolvimento da família. (COORDENADOR EC, 2009).

A professora de Biologia executou o projeto sob minha coordenação. Este projeto recebeu o Prêmio Ciência do MEC, no ano de 2007. A comunidade foi envolvida por meio da pesquisa e o retorno foi dado pelos alunos à sua família. (COORDENADOR EC, 2009).

A participação da escola neste projeto envolveu a construção de um viveiro de mudas nativas do córrego Segredo e as aulas envolvendo a produção dessas mudas. E para atingir a comunidade foram feitas parcerias com os moradores ao redor do córrego além de promover seminários na escola com a participação da população. (PROFESSOR EC, 2009).

Os alunos envolvidos no projeto após pesquisas, saídas a campo, entrevistas e filmagens (na escola e na comunidade) elaboraram um vídeo que foi divulgado para os demais alunos e professores da escola. Em um outro momento o projeto foi divulgado para a comunidade, parceiros, presidentes dos bairros da região das moreninhas e demais pessoas (ONG, assessor do secretário municipal da secretaria de meio ambiente) que se interessaram pelo projeto. Como o projeto ainda está em andamento, e envolve diretamente a comunidade, necessitaremos da total ajuda da mesma. (PROFESSOR EA, 2009).

Os nossos projetos geralmente envolvem a comunidade, considerando que o Ensino Médio desenvolve projeto de iniciação científica. Para isso é preciso o envolvimento da comunidade, por meio de reuniões e entrevistas, discutindo

algumas temáticas que atingem diretamente a comunidade local. (DIRETOR EA, 2009).

No desenvolvimento do projeto a escola envolve a comunidade nas discussões em busca de parceiros na execução das ações. (COORDENADOR EA, 2009).

Assim como os projetos de educação ambiental realizados nas escolas têm seu início, meio e fim, o envolvimento da comunidade escolar e da comunidade local segue a mesma dinâmica. O grande desafio, tanto para os proponentes dos projetos, no caso os educadores e os alunos, como para a comunidade local, é criar convicções ambientais, ou seja, que as práticas ensinadas não se resumam apenas àquele determinado período/evento, mas que eles as levem para o resto da vida.

Desse modo, os projetos de educação ambiental desenvolvidos pelas escolas pesquisadas atendem, mesmo que de uma maneira pontual, a uma das ações que deveria ser efetivada pela SED/MS para a educação ambiental expressa no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, que é “[...] incentivar a extensão dos projetos político pedagógicos de Educação Ambiental à comunidade externa, sensibilizando-a para as questões ambientais” (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 31).

A necessidade da articulação entre escola e comunidade para a realização da educação ambiental foi percebida por Loureiro (2004) da seguinte forma:

[...] a educação ambiental [...] deve ser metodologicamente realizada pela articulação dos espaços formais e não-formais de educação; **pela aproximação da escola à comunidade** em que se insere e atende; pelo planejamento integrado de atividades curriculares e extra-curriculares; pela construção coletiva e democrática do projeto político-pedagógico e pela vinculação das atividades de cunho cognitivo com as mudanças das condições objetivas de vida (LOUREIRO, 2004, p. 73, grifo nosso).

A Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, no Artigo 2º, Inciso X, já havia manifestado a preocupação sobre o envolvimento da comunidade: “[...] educação ambiental a todos os níveis do ensino, **inclusive a educação da comunidade**, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 1, grifo nosso).

No ano de 1992, o Ministério da Educação (MEC) realizou, em Foz do Iguaçu/PR, o 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAs) e manifestou essa preocupação no envolvimento das comunidades:

O 1º Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (CEAs), onde os coordenadores dos centros já existentes e os técnicos das Secretarias de Educação debateram propostas pedagógicas e recursos institucionais e apresentaram projetos e experiências exitosas em educação ambiental. Em

decorrência, o MEC passou a incentivar a implantação de centros de educação ambiental como espaços de referência, visando a formação integral do cidadão para interagir em diversos níveis e modalidades de ensino e **introduzir práticas de educação ambiental junto às comunidades** (BRASIL, 2005, p. 24, grifo nosso).

Nesse mesmo ano de 1992, os educadores ambientais reunidos para o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais, por ocasião da Rio 92, manifestaram a importância da participação das comunidades:

Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as **comunidades** planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 2, grifo nosso).

Enfim, essas respostas, a respeito do envolvimento das comunidades externas nos projetos de educação ambiental, vêm ao encontro da concepção que norteia este trabalho, fundamentada na ideia de Reigota (2004)

[...] de que a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada a transmissão de conhecimentos sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais (para ficar só nesse exemplo), mas basicamente **a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental** (REIGOTA, 2004, p. 10-11, grifo nosso).

O Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino em suas diretrizes e metas para a educação ambiental assegura que o “[...] ensino formal deverá levar à reflexão sobre a natureza, e dar condições aos membros da comunidade escolar de se posicionarem de forma responsável no **processo de construção, ocupação e transformação do mundo** [...]” (MATO GROSSO DO SUL, 2001, p. 30, grifo nosso). Ora, esses processos, dentro de uma instituição de ensino, com a implantação e a implementação de projetos, nesse caso, de educação ambiental, são capazes de proporcionar aos alunos as condições mínimas de participar e de responder às propostas apresentadas pelos educadores.

Outra questão apresentada aos entrevistados das escolas pesquisadas foi sobre a importância desses projetos de educação ambiental para a formação dos alunos. As respostas, de modo geral, foram positivas no sentido de que o desenvolvimento desses projetos contribuem para a formação de cidadãos conscientes, conforme depoimentos:

Os projetos foram muito importantes para o desenvolvimento dos alunos e também influenciou para as mudanças de atitudes dos mesmos com relação ao meio ambiente. (PROFESSOR EB, 2009).

Os alunos, a partir do momento que eles começam a ter conhecimento das questões que afligem a questão ambiental do próprio bairro, da sua comunidade como um todo, passam a ter um conhecimento maior, sobre a complexidade desse tema de forma bem mais ampla tais como a destruição de áreas ambientais, o comprometimento da vida futura etc. Com o conhecimento adquirido, partilhado e compartilhado conseguimos mudanças de atitudes mais positivas em relação à questão ambiental. (DIRETOR EA, 2009).

É um projeto de longa duração. O mesmo não terá fim em tão pouco tempo. Mas ele é amplo, pois envolve mudança de postura de alunos, professores, comunidade, etc e ao final, tem como objetivo transformar o lixo em renda para a comunidade (produção do próprio adubo através de restos de lixo orgânico, produção de mudas e plantio das mesmas na escola e no bairro, abertura de uma cooperativa para trabalhar com o lixo reciclável, instalação de coletores de lixo em pontos estratégicos do bairro, transformar os espaços ociosos em áreas de lazer, e muito mais). É um projeto que envolve muito estudo (os alunos aprende a pesquisar, falar em público, produzir vídeos, filmar, fotografar, analisar dados, etc) e tudo isso faz com que o mesmo mude sua postura diante dos assuntos ambientais e passe a ajudar na busca de soluções para este problema. (PROFESSOR EA, 2009).

Foi importante, também, para alunos e professores perceberem que a difusão do conhecimento científico consegue formar as pessoas e tocar na mudança de atitude, formar para a cidadania de fato. (COORDENADOR EC, 2009).

A geração de alunos que participaram deste projeto tiveram um crescimento muito grande, tiveram a oportunidade de participarem da Conferência Infante Juvenil para o Meio Ambiente, entraram em contato com alunos de intercâmbio da Irlanda, que vieram conhecer o projeto, viajaram bastante participando de congressos, a escola foi equipada por conta deste projeto, tivemos benefícios em geral com a geração que desenvolveram o projeto. (DIRETOR EC, 2009).

Conforme depoimento do Professor EB, os projetos de educação ambiental influenciaram para “[...] as **mudanças de atitudes** dos mesmos com relação ao meio ambiente” (PROFESSOR EB, 2009, grifo nosso). A mesma constatação teve o Diretor EA: “Com o conhecimento adquirido, partilhado e compartilhado conseguimos **mudanças de atitudes** mais positivas em relação ao meio ambiente” (DIRETOR EA, 2009, grifo nosso).

Quando o projeto é de longa duração, conforme relatou o Professor EA, envolve estudos, e “[...] tudo isso faz com que o mesmo **mude sua postura** diante dos assuntos ambientais e passe a ajudar na busca de soluções para este problema” (PROFESSOR EA, 2009, grifo nosso). Ora, essa resposta vai ao encontro de um dos princípios para uma nova ética global contemplados na Carta de Belgrado (1975), isto é, “[...] uma ética que promova **atitudes e comportamentos** para os indivíduos e

sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera [...]” (DIAS, 1994, p. 59, grifo nosso).

Essa mesma preocupação com a mudança de atitude do indivíduo e da sociedade foi abordada nos princípios da Educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global, quando afirma que “[...] a educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, **atitudes** e ações (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 3, grifo nosso).

Em suma, o desenvolvimento desses projetos parece indicar que eles podem contribuir para se “[...] ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo e lugar [...] promovendo a transformação e construção da sociedade” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 2).

Ainda, perguntou-se aos gestores e professores quais as influências dos projetos de educação ambiental no trabalho docente e no dia-a-dia da escola. As repercussões no trabalho docente e no dia-a-dia da escola, segundo os entrevistados, foram positivas e de forma variada, conforme expõem:

A escola, no dia-a-dia, é um campo de aprendizado constante. Quando se está trabalhando com os alunos no sentido de educar, colocando a necessidade de respeito com o ambiente, temos adquirido posturas diferentes na relação do aluno com o bairro, com a vizinhança, com as questões mais próximas, ou seja, um despertar de uma consciência ambiental local e global. (DIRETOR EA, 2009).

Influenciou os alunos a refletirem sobre o consumismo desordenado além de deixar a escola mais arborizada. (PROFESSOR EC, 2009).

A consciência de que professor e aluno precisam pesquisar e sair dos conhecimentos fragmentados do livro didático. O Projeto mostrou a necessidade de deixar o livro didático, mas isso não está ocorrendo, os professores alegam falta de material em mãos e que não têm tempo para a busca. (COORDENADOR EC, 2009).

Quando na escola foi realizado o projeto “Coleta Seletiva e reciclagem do lixo”, houve uma sensível melhora, em relação à preservação e conservação do ambiente escolar. Os alunos entenderam que a manutenção de um ambiente saudável também depende da colaboração deles. (DIRETOR EB, 2009).

É muito importante porque você não pode deixar de falar todos os dias, de trabalhar todos os dias a questão da preservação do meio ambiente porque nós estamos vivenciando hoje na prática a questão das enchentes, do meio ambiente destruído, do aquecimento global. Então, no dia-a-dia, nós estamos vivenciando os resultados da destruição do meio ambiente. Então esse trabalho é muito importante e tem que ser feito. (COORDENADOR EB, 2009).

Este projeto mudou completamente todas as ações da escola, porque nossa escola desde 1995 vinha tentando colocar a metodologia de projetos dentro do currículo da escola, e este projeto foi muito abrangente e acabou dando certo e teve retorno muito grande para a escola, então a partir daí todas as outras disciplinas escolares, suas áreas, tiveram também que desenvolver projetos. (DIRETOR EC, 2009).

Na mudança de comportamento dos alunos e funcionários. (COORDENADOR EA, 2009).

Muitos aspectos melhoram na nossa escola quanto aos alunos, pois eles se tornavam mais independentes com relação às pesquisas teóricas e práticas e avançaram muito além do esperado no desenvolvimento dos trabalhos. Esses projetos contribuíram para melhor conscientização dos alunos com relação ao ambiente. Sentimos enquanto professores que os nossos projetos contribuíram para maior desenvolvimento da capacidade dos nossos educandos, tornando-os cidadãos mais críticos, independentes e capazes de solucionar alguns problemas no nosso dia-a-dia. (PROFESSOR EB, 2009).

Conforme a resposta do Diretor EA, o trabalho realizado com os alunos tem feito com que eles criem uma postura diferente com o bairro, “[...] ou seja, um despertar de uma consciência ambiental **local e global**” (DIRETOR EA, 2009, grifo nosso), não ficando apenas dentro dos muros da escola. Essa ideia está de acordo com aquilo que prescreveu o Tratado que, para se atingir a finalidade da educação ambiental, “[...] requer responsabilidade individual e coletiva em **nível local, nacional e planetário**” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 1, grifo nosso). Dessa maneira, o trabalho realizado pela escola estaria contribuindo para a formação do cidadão planetário, conforme observou Reigota (1994, p. 27),

O fato de a educação ambiental escolar priorizar o meio onde vive o aluno não significa, de forma alguma, que as questões (aparentemente) distantes do seu cotidiano não devam ser abordadas, pois não devemos esquecer que estamos procurando desenvolver não só a sua consciência e participação como cidadão brasileiro, mas também como cidadão planetário.

Pode-se constatar também que esses trabalhos ambientais influenciaram na postura da comunidade educativa, conforme relatos: “[...] houve uma sensível melhora, em relação à preservação e conservação do ambiente escolar” (DIRETOR EB, 2009); “[...] mudou completamente todas as ações da escola” (DIRETOR EC, 2009); “Na mudança de comportamento dos alunos e funcionários” (COORDENADOR EA, 2009). “[...] contribuíram para melhor conscientização dos alunos com relação ao ambiente [...] tornando-os cidadãos mais críticos, independentes e capazes de solucionar alguns problemas no nosso dia-a-dia (PROFESSOR, EB, 2009).

Vale lembrar que um dos planos de ação do tratado é justamente “[...] **estimular posturas individuais e coletivas**, bem como políticas que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições históricas” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 4, grifo nosso).

Por fim, a implementação dos projetos de educação ambiental nas escolas encontrou algumas dificuldades e resistência. A primeira resistência diz respeito ao aspecto financeiro conforme mencionaram, também, os técnicos da SED/MS. Por exemplo, o coordenador de uma das escolas pesquisadas, a Escola C, percebeu como uma dificuldade o financiamento dos projetos de educação ambiental conforme explicita:

A principal dificuldade foi o financiamento do projeto no tocante ao plantio na área reservada para devolver à natureza algumas espécies de vegetação do cerrado. A escola chegou em um dado momento de produzir mil mudas e não teve como plantar. (COORDENADOR EC, 2009).

No que se refere aos recursos financeiros da educação ambiental, vale lembrar que o único artigo vetado pelo poder executivo, dos vinte e um que compõem a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), foi exatamente o que se refere aos recursos financeiros para a educação ambiental, ou seja, o Artigo 8º: “[...] devem ser destinados a ações em educação ambiental, pelo menos vinte por cento dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental” (BRASIL, 1999, p. 7). Esse veto mostra qual a importância da educação ambiental para o país, como bem observou Layrargues (2002, p. 11):

O único artigo da Lei nº 9.795/99 vetado pelo poder executivo, o artigo 18, textualmente estipulava que ‘devem ser destinados a ações em educação ambiental, pelo menos vinte por cento dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental’. Esse artigo, como bem explicita o texto vetado e suprimido do corpo legal, refere-se à fonte de recursos financeiros que representaria a conquistada autonomia da educação ambiental no país. Diante do cenário de escassez de verbas em geral e do reduzido orçamento público para a área ambiental, a educação ambiental teria conquistado não apenas o *direito* de existir, mas sobretudo, conquistado *os meios* de existir. Nesse sentido, o veto ao artigo 18 representa a perda da autonomia - não apenas financeira, mas também política-, porque está condenada a vincular-se e a subordinar-se a outros setores e interesses da área ambiental que contemplem a educação ambiental entre suas atribuições, mas sempre de modo marginal, complementar. A educação ambiental desceu um degrau na hierarquia das prioridades de enfrentamento da questão ambiental e ficou à mercê de outras políticas públicas ambientais na disputa pela alocação de verbas. Essa situação

condena os educadores ambientais a estarem constantemente articulados na busca de verbas para execução de seus projetos; e ainda por cima, condicionados ao critério - sabe-se lá qual - definidor do mérito da concessão de verbas por parte do agente financiador. Ou seja, qualquer que seja o projeto ou programa de educação ambiental proposto, ele terá que ser submetido a algum tipo de avaliação para definir a 'pertinência' da concessão da verba solicitada. No lugar da autonomia para a aplicação dos interesses próprios da educação ambiental, com o veto presidencial ao artigo 18, fica a submissão da educação ambiental a interesses outros.

Apesar da Lei federal que impediu, de um certo modo, o destino de recursos financeiros advindos de multas decorrentes de descumprimento da legislação ambiental, o “Compromisso de Goiânia”⁴⁸ ofereceu uma expectativa quando se comprometeu a “[...] definir, criar e regulamentar o acesso a **fundos estaduais e municipais** de fomento a projetos de educação ambiental formal e não formal e na interface escola/comunidade” (BRASIL, 2005, p. 82, grifo nosso).

As entrevistas apontaram, ainda, que os professores, também apresentaram dificuldades e resistências no processo de desenvolvimento de projetos voltados para a educação ambiental, conforme as informações abaixo:

Penso que quando existe a resistência em trabalhar com o tema educação ambiental por parte dos professores e da equipe de forma geral tem como uma das causas a falta de formação continuada sobre o tema. (DIRETOR EA, 2009).

Outra questão é o professor assumir a “trabalheira”. (COORDENADOR EC, 2009).

A formação continuada dos educadores ambientais é uma das formas de garantir a multiplicação da educação ambiental. Essa capacitação está prevista em dois documentos de educação ambiental. Na Lei nº 9795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, no Artigo 8, Inciso I: “As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I - **capacitação de recursos humanos** [...]” (BRASIL, 1999, p. 3, grifo nosso). E no Tratado da Rio 92: “Promover e apoiar a **capacitação de recursos humanos** para preservar, conservar e gerenciar o ambiente [...]” (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL, 1992, p. 4, grifo nosso).

⁴⁸ O “Compromisso de Goiânia” foi um encontro promovido pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC), no marco do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNAE), na cidade de Goiânia/GO, de 13 a 15 de abril do ano de 2004, envolvendo técnicos representantes de Educação Ambiental e Dirigentes de Secretarias de Educação e de Meio Ambiente e órgãos vinculados dos Estados e das Capitais (BRASIL, 2005, p. 81).

Os alunos também foram citados, na medida em que também ofereceram resistência à implantação de projetos de educação ambiental nas escolas:

Os alunos resistem à leitura. Foi muito difícil, exigiu muitas aulas para falar dos textos, o aluno não quer ler um material que passe de uma lauda. (COORDENADOR EC, 2009).

Não vejo resistência. A dificuldade é do aluno assimilar que a teoria ele precisa colocar na prática, colocar no seu dia-a-dia, essa é a avaliação, essa é a dificuldade. (COORDENADOR EB, 2009).

A principal dificuldade vai do ponto de vista da estética pessoal, pois é um projeto que mexe com plantas, terra, com lixo, então os alunos adolescentes a partir dos 15 anos no Ensino Médio estão em uma integração social muito grande, então as meninas não querem sujar as unhas, vêm produzidas em sala de aula para impressionar os colegas, e não querem mexer com isso, então a rejeição principal ao projeto não é o projeto em si mas por causa da sujeira que o trabalho braçal exige porque mexem com terra. (DIRETOR EC, 2009).

As dificuldades estavam relacionadas a falta de conhecimento dos alunos sobre o tema do projeto. Havia resistência quanto a conscientização para melhorar a qualidade do nosso ambiente, em especial o ambiente escolar. (PROFESSOR EB, 2009).

Além disso, os meios disponibilizados para a realização dos projetos também são causa de resistência e dificuldade, conforme relatos:

A maior dificuldade foi a busca do material, ou seja a pesquisa bibliográfica, fica somente para quem propôs o projeto. (COORDENADOR EC, 2009).

O projeto envolve parceria, recursos financeiros, estudo, preparação, etc o difícil é a falta de tempo tanto para preparar as aulas, como para correr atrás dos recursos. Além disso, reunir a equipe de professores toda à semana só se consegue fazê-lo fora do nosso horário de trabalho. (PROFESSOR EA, 2009).

Em relação às dificuldades e resistência uma das causas é a falta de política mais específica e a falta de formação continuada específica sobre o tema. (COORDENADOR EA, 2009).

Esses relatos demonstram novamente a dificuldade encontrada de se trabalhar a educação ambiental quando não há uma proposta de formação contínua para essa temática.

Ao final desse item pode-se inferir que a implementação de ações voltadas à educação ambiental nas três escolas observadas ocorre por intermédio dos projetos que a própria escola idealizou. A partir da referência às diversas concepções de educação ambiental dos gestores e professores das escolas, no sentido de que a conscientização das questões ambientais é um processo de aprendizagem contínua, nota-se o envolvimento da escola nas questões ambientais por meio dos projetos, tendo em vista a formação do cidadão ambiental. Esses projetos estão preocupados também em atingir a

comunidade externa, não obstante as dificuldades enfrentadas para a concretização dos mesmos.

Finalmente, pode-se afirmar que no decorrer do período em estudo, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) teve uma preocupação com a implantação de uma política de educação ambiental na Rede Estadual de Ensino. Essa preocupação remonta à Constituinte Escolar, no início do primeiro governo, que culminou com a elaboração do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001), conforme demonstrado nas ações elencadas nesse Plano, neste capítulo. Entretanto esse Plano não foi concretizado e o Plano Estadual de Educação (2003) não apresentou a mesma dimensão em suas metas para a educação ambiental. Em contrapartida, as escolas pesquisadas, procuraram colocar em prática alguma ação pedagógica voltada para a questão ambiental. Algumas com projetos de educação ambiental mais estruturados e até premiados; outras com projetos mais elementares. Assim, pode-se observar dois movimentos: um mais dinâmico envolvendo a comunidade escolar interna e externa; e outro movimento mais lento, por parte do Estado, no sentido de organizar a política de educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar o processo de implantação da Política de Educação Ambiental no estado de Mato Grosso do Sul e sua concretização em algumas escolas estaduais de Campo Grande/MS, entre os anos de 1999 a 2006, tendo como referência o Plano de Educação para a Rede Estadual (2001) e o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2003).

Num primeiro momento buscou-se contextualizar a educação ambiental em âmbito internacional, mostrando que esta começa a aparecer nas discussões internacionais a partir da década de 1970.

Nesse quadro, verificou-se que alguns eventos internacionais promovidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), a partir da década de 1970, abordaram a educação ambiental. Nessa década, ocorreram a Conferência sobre o Ambiente Humano, no ano de 1972, em Estocolmo; a Conferência de Belgrado, no ano de 1975 e a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, no ano de 1977. Na década de 1980, ocorreu o Congresso de Moscou, no ano de 1987. Por fim, na década de 1990, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Percebeu-se que essas Conferências tiveram seus méritos no que diz respeito às discussões sobre educação ambiental, entretanto, notou-se também que se pautaram em uma ideologia desenvolvimentista e, a partir da década de 1980, neoliberal. Desenvolvimentista compreendida aqui como um crescimento econômico sem limites em vista do acúmulo e desenvolvimento do capital mesmo em detrimento do meio ambiente.

Em um segundo momento procurou-se elucidar as políticas de educação ambiental no Brasil a partir da década de 1980, uma vez que a educação ambiental nessa década começa ganhar nova dimensão. Para isso, buscou-se a análise de alguns documentos nacionais/federais tais como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e a Constituição Federal de 1988. Ambas as leis garantem que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis de ensino, entretanto, trazem consigo também uma tônica preservacionista de educação ambiental.

Pode-se verificar que os movimentos ambientalistas no Brasil impulsionaram a discussão da educação ambiental brasileira a partir da década de 1970. Esses movimentos constituíram-se em espaços alternativos, participativos e mais democráticos para as discussões ambientais, principalmente pelo fato de se contraporem ao discurso hegemônico, desenvolvimentista e tradicional de educação ambiental. Exemplo dessa contribuição foi o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente que aconteceu no Rio de Janeiro no ano de 1992. Enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) promovia a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, centenas de pessoas discutiram e elaboravam estratégias de modo a promover a participação das pessoas na elaboração de políticas públicas de educação ambiental.

Na década de 1990 configuram-se, de forma mais definida, as políticas públicas de educação ambiental no Brasil, primeiro com a presença, mesmo que de forma incipiente, da educação ambiental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/1996, assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ano de 1997.

Ainda nessa década, ocorreu a aprovação da Lei nº 9.795/1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Essa Política Nacional retomou alguns princípios da Constituição Federal de 1988, uma vez que garantiu que a educação ambiental deveria estar em todos os níveis de ensino, assim como em todas as modalidades de ensino. Entretanto, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) difere, de certo modo, da Constituição Federal de 1988, porque não mantém, em suas diretrizes, um caráter extremamente preservacionista como observado na Constituição Federal de 1988.

Levando em conta a importância de analisar como as políticas de educação ambiental foram sendo elaboradas e expressas em alguns documentos oficiais, observou-se ainda a Lei nº 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação.

Verifica-se que a educação ambiental nesse Plano é mencionada e tratada como tema transversal. Além disso, o Plano Nacional de Educação não especificou em seus objetivos e metas o que está explícito na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), ou seja, que “a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (Art. 2º). Por exemplo, na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, não fez em nenhum momento alguma menção à educação ambiental. Nota-se então que documentos de âmbito nacional, resultado da correlação de forças, são elaborados de forma paralela e não interligados. Em outras palavras, trata-se de documentos importantes, no âmbito das políticas públicas e para a concretização da educação ambiental no ensino formal, no entanto, são desarticulados e tornam-se contraditórios.

Como terceiro e último momento deste trabalho, procurou-se analisar o processo de construção da política de educação ambiental no estado de Mato Grosso do Sul e a concretização da educação ambiental em algumas escolas da Rede Estadual de Ensino.

Verificou-se que a Constituinte Escolar foi a sistemática de trabalho que o Governo de José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT), por intermédio da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), no ano de 1999, escolheu para suscitar a participação da comunidade escolar, abrangendo educadores, pais e alunos, tendo em vista implantar uma proposta educacional nas escolas da Rede Estadual de Ensino por intermédio do Projeto denominado: “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova lição”.

No âmbito desse movimento, durante dois anos as escolas foram convidadas a discutir, entre outros, um Caderno de Educação Ambiental elaborado no decorrer do processo. Esse Caderno ofereceu textos reflexivos que abordavam algumas concepções de educação ambiental, promovendo a conscientização ambiental nas escolas e buscando as raízes (historicidade) da educação ambiental.

A Constituinte Escolar durou três anos, culminando na aprovação do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001), por ocasião do 1º Congresso Estadual da Constituinte Escolar. Entretanto, no dia da aprovação desse Plano, o então Secretário de Estado de Educação, Pedro César Kemp Gonçalves, foi destituído do cargo e, conseqüentemente, toda a Proposta da Escola Guaicuru ficou comprometida.

O Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001), em seu texto, selecionou um capítulo exclusivo para educação ambiental. A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) teria sob sua responsabilidade várias ações a serem desempenhadas na implantação das políticas de educação ambiental, entre elas: a capacitação continuada dos professores para desenvolverem atividades de educação ambiental; o estímulo para que as escolas desenvolvessem projetos de educação ambiental; a criação de espaços de discussão e debates de educação ambiental; a busca de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, entre outras.

No segundo mandato do governador José Orcírio dos Santos, na gestão do Secretário Hélio do Lima, no dia 30 de dezembro do ano de 2003, ocorreu a aprovação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, sob forma de Lei Estadual (Lei nº 2.791). Esse Plano seguiu os mesmos moldes do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) no que diz respeito à organização dos itens tratados e, principalmente, quando aborda a educação ambiental. A educação ambiental no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, a exemplo do Plano Nacional de Educação, foi tratada apenas como tema transversal. Desse modo, pode-se dizer que a educação ambiental não recebeu o mesmo tratamento na passagem do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino (2001) para o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (2003) vigente até os dias de hoje.

Destaca-se que o governo de Mato Grosso do Sul, no ano de 2000, instituiu a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul (CIEA/MS). Um dos objetivos dessa Comissão, que era constituída por representantes da sociedade civil e política, era a elaboração e a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental. Contudo, desde a sua criação, no ano de 2000 até o ano de 2006, a Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul não foi elaborada por essa Comissão.

Mesmo sem uma Política Estadual de Educação Ambiental elaborada e expressa em documentos oficiais, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) procurou, por intermédio de seus técnico-pedagógicos, colocar em prática a Agenda 21 nas escolas da rede estadual de ensino. Entretanto, o que se pode observar das ações da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), voltadas para a educação ambiental, é que ela primou por acatar os projetos advindos da esfera nacional, como a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2003 e 2005), a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA) e as três etapas do Seminário

de Formadores (FI, FII e FIII). No entanto, pode-se verificar que a SED/MS não discutiu uma proposta sistemática de educação ambiental, assim como não acompanhou os projetos locais de educação ambiental desenvolvidos pelas escolas, além de não dispor de profissionais para esse acompanhamento e avaliação.

Essa ausência da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) no acompanhamento dos projetos de educação ambiental nas escolas foi sentida não só pelos técnicos pedagógicos, como pelos gestores e professores das escolas.

A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), tendo presente a Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, procurou promover a capacitação dos gestores e professores para as atividades de educação ambiental. Procurou também parcerias entre instituições privadas e públicas e estimulou, de certa forma, as escolas a envolverem as comunidades externas nos projetos de educação ambiental. Entretanto, essas ações foram isoladas e insuficientes para colocar em prática o que a Política Nacional de Educação Ambiental (a Lei nº 9.795/1999) preconizou, verificando-se, assim, um distanciamento entre o que define a Política Nacional de Educação Ambiental e a política de educação ambiental do estado de MS. Aliás, isso se deve à ausência de uma Política Estadual de Educação Ambiental.

A fim de verificar a concretização das ações de educação ambiental na Rede Estadual de Ensino, procurou-se pesquisar em três escolas dessa mesma rede. Um primeiro eixo definido na análise das entrevistas realizadas foi a concepção de educação ambiental que os gestores e professores dessas escolas apresentam. Verificou-se que a maioria dos sujeitos entrevistados de todas as escolas concebe a educação ambiental para além de uma concepção preservacionista ou conservacionista.

Um segundo eixo de análise definido foi a percepção, por parte das escolas, da atuação da SED/MS no que se refere à educação ambiental nas escolas. Percebeu-se uma ausência da SED/MS, como órgão gestor e implementador de políticas, nesse aspecto.

Pode-se afirmar que não ocorreu a concretização de uma política estadual de educação nas escolas do estado de MS. Até porque essa política não chegou a ser elaborada, por exemplo, em projetos ou programas governamentais, de forma a atingir todas as escolas da rede. O que se verificou, no período em estudo (1999-2006), foram ações pontuais de educação ambiental nas escolas, algumas delas relacionadas aos projetos de educação ambiental, como a coleta seletiva e o plantio de árvores. A maioria

dessas ações foi de iniciativa da própria escola, ou seja, da equipe técnico-pedagógica, dos professores e dos alunos.

Os projetos de educação ambiental procuraram, na medida do possível, extrapolar os muros da escola, ou seja, envolveram não só a comunidade escolar, mas também a comunidade do entorno. Esses projetos influenciaram, positivamente, o trabalho docente e o dia-a-dia da escola, bem como contribuíram no processo de construção de um cidadão ambiental, no caso, os alunos.

O desenvolvimento desses projetos de educação ambiental também apresentou suas dificuldades, quer por parte dos recursos financeiros necessários e imprescindíveis à execução dos mesmos, quer por parte dos envolvidos, professores e alunos, que parece não se sentiram diretamente envolvidos.

O fato de as escolas desenvolverem ações de educação ambiental, mesmo que de forma pontual, demonstra, por um lado, o interesse dos envolvidos pela educação ambiental, evidenciando a preocupação com as atividades integradas ao trabalho pedagógico e com uma educação de qualidade social, ou seja, em suas diferentes dimensões (ética, política, epistemológica, ambiental, lúdica), assim como abrem a possibilidade de construção de políticas públicas educacionais que atendam efetivamente os interesses e necessidades dos educadores, da escola e da educação ambiental.

Além disso, essas ações podem abrir caminhos que busquem a superação do atual processo de produção destrutivo, inerente às relações sociais capitalistas. E, por outro, mostram que a política de educação ambiental não se constitui prioridade do governo do período, uma vez que este não investiu na implantação de projetos articulados, de forma contínua, com o devido financiamento público, envolvendo as diferentes Secretarias de Estado e com a participação dos movimentos sociais e setores da sociedade civil organizada.

Este trabalho não pretende se esgotar aqui. Faz-se necessário, por exemplo, que outros estudos analisem se as discussões sobre a Política Estadual de Educação Ambiental foram retomadas no atual governo. Abrem-se, então, outras possibilidades, tanto no que se refere à análise da Política Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul em si, de sua importância, assim como de sua efetiva implantação nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999 a 2001):** uma proposta de gestão democrática. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

AVANZI, Maria Rita Ecopedagogia. In: Ministério do Meio Ambiental. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

AZEVEDO, J. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BARROS, Valter Mangini. **Potencialidades sul-mato-grossenses**. 2. ed. Campo Grande: Oeste, 2008.

BATISTA, Maria do Socorro da Silva. **Políticas públicas de educação ambiental: a gestão do Programa Municipal de Educação Ambiental de Mossoró/RN**. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BELLANY, Richard. **Liberalismo e sociedade moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Instituto de Pesquisas Sociais. Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1994.

CARDOSO, Fátima. **Efeito estufa:** por que a terra morre de calor. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica:** narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

_____. **As transformações na esfera pública e a ação ecológica:** educação e política em tempos de crise da modernidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, ago. 2006, p. 308-315.

_____. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação, meio ambiente e ação política.** Disponível em: <<http://www.afirmativo.com.br/pos/admin/apostilas/imgs/BASES%20FILOSOFICAS%20E%20EPISTEMOLOGICAS%20PARA%20O%20ESTUDO%20DA%20EDUCACAO%20AMBIENTAL%20-%20Prof.%20Ilo%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

CASTRO, Thales. **Conselho de Segurança da ONU.** Curitiba: Juruá, 2007

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CZAPSKI, Silvia (Org.). **A implantação da Educação ambiental no Brasil. Coordenação de Educação Ambiental.** Brasília-DF: MEC, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 3. ed. Rio de Janeiro: Gaia, 1994.

DIAS, Genebaldo Freire. **Relatório Homo Sapiens.** Rio de Janeiro: Gaia, 2009.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja:** uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS. **Meio ambiente e desenvolvimento:** uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros. Rio de Janeiro: Fórum de ONGs brasileiras, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GABEIRA, Fernando. **Partido verde:** propostas de ecologia política. Rio de Janeiro: Anima [Coleção Anima Verde, vol. 1].

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, Mauro. **Formação de Educadores Ambientais Psicodinâmica da Vida Organizacional - Motivação e Liderança**. Campinas: Papirus, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Crise ambiental é o desafio central do século XXI**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/6963>>. Acesso em: 01 set. 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Movimento Ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade da Articulação de Práticas Coletivas. In RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

_____. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 mai. 2007.

_____; LUZZI, Daniel. **Educação e Meio Ambiente – um diálogo em ação**. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4756134T5#Producao Cientifica>>. Acesso em: 18 mai. 2007.

LAYARGUES, Philippe Pomier. **A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental**. In: *OLAM: Ciência & Tecnologia*, ano II, volume 2, número 1. Abril de 2002. [Formato Eletrônico: CD-ROM]

LORONTZ, Débora. **Surgimento da Educação Ambiental**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, setembro de 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e Meio ambiente: A educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

_____(Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Lucília; MACHADO, Janaina. Globalização Capitalista e Apropriação. In LUCENA, Carlos (Org.). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, Editora Alínea, 2008.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MATHEUS, Nancy. **Notas sobre Educação Ambiental** – Promovendo a Alfabetização Ambiental. Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo, março, 1994.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEADOWS, Donella et al. **Los limites del crecimiento**. México: Coleccion Popular, 1972.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1997.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Estado brasileiro e neoliberalismo. In: SENNA, Ester (org.). **Trabalho, educação e política pública**. Campo Grande: UFMS, 2003, p. 135-148,

PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

REIGOTA, Marcos. Fragmentos do discurso da morte atômica. In GREINER, Christiane; AMORIM, Claudia (Orgs). **Leituras da morte**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez: 2004.

_____. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. PRADO, Bárbara Heliodora Soares (Orgs). **Educação ambiental: utopia e práxis**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula (2002-2006)**. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/361427.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

_____. **Cotidianos, imagens e narrativas**. Entrevista concedida ao Programa “Salto para o Futuro” em 14/05/2009. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=53>. Acesso em: 31 de ago. 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: Desafios Contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira. **Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade:** suas dimensões políticas, teórica e ontológica. Capinas: Textos Didáticos Ifch/Unicamp, 1996.

SANTOS, Rodrigo Maia Theodoro dos. **Na língua, na história e na memória: a imagem do movimento das Diretas Já.** 126 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável.** Petrópolis: Vozes, 2007.

SPENGLER, Henrique. Os Guaicurus na história de Mato Grosso do Sul. In: **Cadernos da Escola Guaicuru** 1, 1999.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de Transição.** Brasília: Plano, 2000.

VIOLA, Eduardo José. et. al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2001.

_____, Eduardo José. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986):** do ambientalismo à ecopolítica. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm>. Acesso em: 04 fev. 2009.

WIRTH, Loli. et al. **Desenvolvimento sustentável:** histórico, conflitos e perspectivas. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:Nb964Z2umtcJ:www.cori.unicamp.br/IAU/completos/DESENVOLVIMENTO%2520Sustentavel%2520%2520Historico%2520%2520Conflitos%2520e%2520Perspectivas.doc+desenvolvimento+sustentavel:+historico,+conflitos+e+perspectivas&hl=ptBR&ct=clnk&cd=1&gl=br&lr=lang_pt>. Acesso em: 23 out. 2008.

Documentos:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 abr. 2008.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional de Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7261655/Lei-BR-693881-Politica-Ambiental-Atualizada-2006>>. Acesso em: 03 mar 2009.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1996 (2ª versão).

_____, Ministério da Educação e do Desporto. **Carta Brasileira para a Educação Ambiental**. Brasília: MEC, 1992.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Conferência Nacional de Educação Ambiental: Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília: MMA/MEC, 1997.

_____, Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Relatório Final**. Brasília: MMA/MEC, 2003.

_____, Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente**. Brasília: MMA/MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/CNIJMA/memoria.html>>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____, Ministério da Educação. **Notícias do MEC**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=6594>>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

_____, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Portfólio: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Série Documentos Técnicos, nº 7**. Brasília: MEC/MMA, 2006.

_____, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **CIEAs: Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental. Série Documentos Técnicos, nº 1**. Brasília: MEC/MMA, 2005.

_____, **Plano Nacional de Educação** – Lei nº 10.172/2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2008.

_____, **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. ed. Brasília: Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2005.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20 nov 2007.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental** – Lei nº 9.795/1999. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9795-99.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2007.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

_____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Políticas de Melhoria da Qualidade da Educação: Um balanço institucional.** Brasília: Ministério da Educação, 2002.

COMISSÕES ESTADUAIS INTERINSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CIEAs). **Carta de Salvador.** Disponível em: <<http://ube-164.pop.com.br/repositorio/32280/meusite/ciea/cartasalvador.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2009.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Educação Ambiental: gotas de saber: reflexão e prática.** Campo Grande: Ed. Oeste, 2006.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 2.791,** de 30 de dezembro de 2003. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso e dá outras providências.

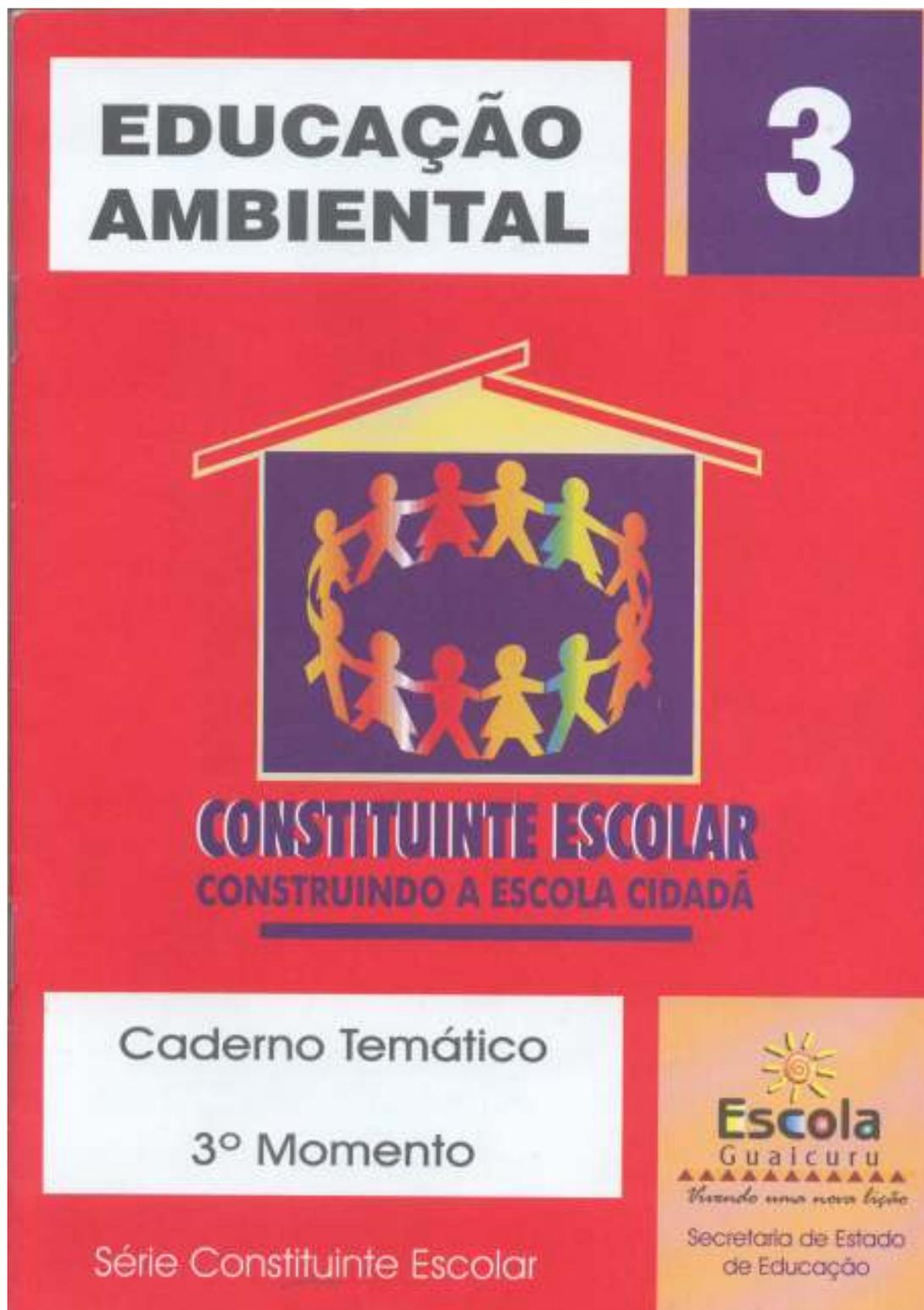
_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Plano de Educação para a rede estadual de ensino.** Texto base do Congresso Estadual da Constituinte Escolar. Campo Grande, 2001.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Caderno temático: Educação Ambiental,** 2000.

UNESCO/UNEP/IEEP. *Internacional Strategy for Action in the Field of Environmental Education and Training for the 1990s.* Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000805/080583eo.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2009.

ANEXOS

ANEXO 1: Caderno Temático nº 3 – Educação Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Gestão 1999 - 2002

Governador
José Orcirio Miranda dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado de Educação
Pedro César Kemp Gonçalves

Superintendente de Políticas de Educação
Romilda Paracampos de Almeida

Coordenadora de Normatização das Políticas Educacionais
Ilza Matens de Souza

Coordenadora de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Elba Cristina Ferreira da Silva

Coordenadora de Ensino Médio e Educação Profissional
Jussara Rodrigues de Almeida

Coordenadora de Políticas Específicas em Educação
Maria da Graça Amaral Silva

Superintendente de Apoio à Educação
João Roberto Talavera

Coordenador de Rede Física
Reginaldo Sanchez da Silva

Coordenadora de Desenvolvimento Pedagógico
Maria Clotilde Pires Bastos

Coordenadora de Gestão Escolar
Bartolina Ramalho Catanante

Coordenador de Programas Especiais
Francisco Givanildo dos Santos

Coordenadora de Projetos e Convênios
Terezinha Pereira Iltaz

Coordenador de Informações e Desempenho da Educação
Elson Lut Rigo

Superintendente de Administração e Finanças
Kelly Cristiny de Lima Garcia

Coordenadora de Finanças
Ana Maria da Silva Lata Escobar

Coordenadora de Recursos Humanos
Sílvia Motu Baez do Carmo

Coordenador de Suprimento
Walkiner Gonçalves França

**CADERNO TEMÁTICO DA CONSTITUINTE
ESCOLAR**

NOVEMBRO 2000

Caderno temático: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Equipe de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Educação: Ana Paula M. Moraes, Antônio Bento Pereira Paredes, Fernando Entrudo, Joeli Mora Silva, Maria Janice Garcia, Maria Fernanda Adimari

Texto final: Ana Paula M. Moraes
Claudete de Fátima Padilha de Souza
Cleide Regina Pinheiro Martins
Sílvana Melo Tude

Revisão: Arlete Alves Hodgson
Paulo Ângelo de Souza

Digitação: Ana Paula M. Moraes

Secretaria de Meio Ambiente SEMA/MS:

Auristela Silva dos Santos
Claudete de Fátima Padilha de Souza
Cleide Regina Pinheiro Martins
Débora Rosa Lorentz
Sílvana Melo Tude
Simone Marsede

E- mail

constituante@educar.ms.gov.br

Home page

www.educar.ms.gov.br

Constituinte Escolar

(0xx67) 720-2839 – 720-2867

Coordenação da Constituinte Escolar:

Adriana Borges de Barros Godoy, Francisco Givanildo dos Santos, Isabel Cristina Penteado Rezende, Leila Benites Ricardo, Nelson dos Santos, Noélia Maria Matos de Moraes Corrêa, Rejane Aparecida Rodrigues Candado

Caderno Temático da Constituinte Escolar é uma publicação da Secretaria de Estado de Educação para subsidiar o processo do 3º Momento da Constituinte Escolar.

APRESENTAÇÃO

Estamos vivenciando na Rede Estadual de Ensino um grande movimento que, por meio de debates, estudos e socialização de experiências vem garantindo à comunidade sul-mato-grossense a participação efetiva, na vida da escola pública, construindo coletivamente, o Plano Estadual de Educação.

A Constituinte Escolar tem assegurado que educadores, pais, estudantes, funcionários, movimentos populares e sindicais e instituições do poder público ocupem o seu lugar nas definições dos rumos da educação e da escola pública em Mato Grosso do Sul.

A comunidade escolar analisou as práticas do seu cotidiano no contexto geral da educação e da sociedade, o que possibilitou que fossem apontadas as contradições vivenciadas e as principais dificuldades para a realização do processo de ensino aprendizagem. A Sistematização deste trabalho resultou em vinte e um temas e seis temáticas, expressando os problemas levantados pelas escolas participantes do processo.

As temáticas levantadas serão aprofundadas, agora, no 3º Momento da Constituinte Escolar. Para subsidiar esse trabalho, foi elaborado este Caderno como forma de nortear a reflexão e a discussão de cada tema, bem como o debate das propostas da Secretaria de Estado de Educação.

Os estudos e debates realizados nas escolas deverão ser registrados, para subsidiar a Sistematização Municipal. O resultado será o documento final a ser submetido à apreciação e votação no Congresso Estadual da Constituinte Escolar.

BOM TRABALHO!

Pedro César Kemp Gonçalves
Secretário de Estado de Educação

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Problematização Ambiental

- 1) Atividades como Semana do Meio Ambiente, plantio e adoção de árvores, dia da água, reciclagem de papel, reutilização de sucatas, etc... podem ser consideradas práticas de Educação Ambiental?
- 2) Qual o seu entendimento sobre Educação Ambiental?
- 3) Na sua escola os professores se unem para elaborar e desenvolverem Educação Ambiental?



Cenário 1 (algum dia do futuro)

" O menino acordou numa manhã quente e opressiva. Não era dia de escola, assim ele poderia aproveitar para ficar mais tempo deitado, lendo seu livro favorito de estórias. Era um, com ilustrações das grandes florestas -as terras cobertas com árvores altas, animais silvestres e cortadas por rios limpos. Essas cenas pareciam tão mágicas para o menino, que ele mal podia acreditar

nelas, apesar de seus pais garantirem que maravilhas assim existiram. Fechando o livro, ele não viu nenhuma alegria no dia pela frente. Ele gostaria que houvesse mais comida disponível. E desejava poder ver as grandes florestas. Mas não havia sentido em pensar nisso. A luta já era suficientemente grande só para manter a vida, especialmente para uma criança"

Cenário 2 (algum dia do futuro)

" A menina acordou numa manhã fresca e convidativa. Não era dia de escola, assim ela poderia aproveitar para fazer o que mais gostava. Sua família iria sair da cidade para visitar a grande floresta, onde daria para ficar embaixo das árvores altas, observar os ani-

mais silvestres e os rios limpos. Sempre que eles iam para lá, ela ficava alegre. E pensar que seus pais haviam lhe contado sobre os tempos antigos, antes das pessoas aprenderem a proteger a terra, água, a usar a energia dos ventos e sol. Havia sido um tempo

duro: as florestas estavam morrendo os rios estavam secando; a fome afetava muitos milhões de pessoas. A menina mal podia acreditar que uma situação

assim existira. Mas não havia sentido em pensar nisso agora, tendo um dia tão glorioso pela frente. Era bom estar vivo, especialmente para uma criança".

Cenas escritas respectivamente como abertura e encerramento de uma edição especial da revista americana TIME, cujo tema foi "Nosso Precioso Planeta" ("Our Precious Planet"), Novembro de 1997 - Ano 5 da Rio-92 e Ano 20 de Tbilisi. Implantação da Educação Ambiental no Brasil, Brasília, DF:1998

O Brasil tem hoje pelo menos cinquenta mil crianças e adolescentes que vivem e trabalham em depósitos de lixo a céu aberto, os lixões. Segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância, 30% delas estão fora da escola e recebem de um a seis reais, por dia, comercializando o lixo, que tam é a principal fonte de alimentação dessas crianças.

Segundo o UNICEF, em 88% das cidades brasileiras o lixo é despejado em locais abertos, que viram moradia e fonte de sustento de famílias de baixa renda.

O ideal é que o lixo seja despejado em aterros sanitários ou controlados, com acesso restrito para a população. Entretanto, apenas 12% do lixo produzido no Brasil tem esse destino.

A partir das discussões das questões anteriores e da análise dos cenários e figuras, discuta:

- 1) O que os cenários e as figuras representam?
- 2) Existe alguma relação entre eles e a região onde você mora? Justifique.
- 3) Como a escola pode participar para a garantia do cenário 2?

Aprofundamento Teórico

TEXTO 1

PROMOVENDO A ALFABETIZAÇÃO AMBIENTAL

Matheus, Nancy. NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Série Educação Ambiental. São Paulo, SP: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Mar.94, p.10-12.

1 Nos últimos 20 anos, muito tempo, reflexão e dinheiro foram gastos tentando obter a "alfabetização Ambiental" do mundo. Apesar de

toda a educação e das políticas e ações visando este novo conhecimento, o fato é que o meio ambiente se deteriorou muito seriamente ao longo destas duas décadas.

2 Os fundamentos da proteção ambiental são hoje razoavelmente bem entendidos e sua linguagem tornou-se de uso comum para o público, os políticos e a imprensa. Os princípios ambientais não têm, no entanto, aberto caminho na filosofia que guia a vida diária das pessoas. No Norte, o consumo continua em larga escala, apesar de seu impacto no meio ambiente, local e globalmente. No Sul, os problemas são bem diferentes: a Miséria geralmente impede a obtenção de qualquer coisa que ultrapasse a triste luta pelas necessidades básicas diárias.

3 Os seres humanos devem começar a ponderar e a agir sobre os efeitos ambientais de cada decisão adotada, fazendo a distinção entre luxo e necessidade. Nas sociedades de consumo, as "etiquetas verdes" podem ajudar os compradores a serem ecologicamente mais conscientes, mas isso não substitui a atitude de não comprar.

4 Na agricultura, em grande ou pequena escala, nas atividades industriais e de serviços, e nas instituições acadêmicas e governamentais, uma nova filosofia integra o pensamento ecológico de cada ação, cada plano, cada empenho intelectual. Falso apoio ao meio ambiente, a afirmação "eu me importo", tão comumente ouvida, não é suficiente.

5 Nos países em desenvolvimento, o primeiro desafio para o mundo inteiro é a luta contra a terrível pobreza que degrada tanto as pessoas como o meio ambiente. O desenvolvimento necessário para alcançar este objetivo deve ser ambientalmente sustentável, porque sem os recursos naturais adequados não haverá desenvolvimento bem-sucedido e a miséria continuará à espreita.

6 A pobreza e a degradação ambiental nos países do Terceiro Mundo geralmente resultam de decisões adotadas em lugares bem distantes. Pensar em termos de desenvolvimento sustentável requer práticas integradas (...).

7 Um novo e talvez atordoante requisito será a habilidade de começar por perguntas em vez de atacar pelas respostas. Esta atitude pode soar simplória, mas a solução de um problema poderá provavelmente sair da análise de uma outra situação - ou até de um problema existente. Especialistas dos sistemas de transportes, por exemplo, não são treinados para indagar se o objetivo é o passeio ou o transporte em si; eles são ensinados a fornecer planos e esquemas para movimentar carros, ônibus, caminhões, trens e aviões. A nova abordagem pode sugerir que se pergunte primeiramente se os alimentos são produzidos perto de onde os consumidores vivem, ou se as moradias estão localizadas perto dos empregos.

8 Embora não haja outra alternativa além desta transição, sempre que seriamente desejada, as comunicações eletrônicas representam um importante passo no futuro, e todos os planejadores serão treinados a olhar para o mundo de uma forma diferente.

9 Sob nova filosofia, o meio ambiente deve ser definido de uma forma ampla que inclua os seres humanos, suas necessidades e seu bem-estar, suas tradições, valores e culturas, e suas aspirações. Ela abrange um novo senso de responsabilidade para que as nossas próprias ações não afetem adversamente as oportunidades dos outros. Será um esforço tanto moral como intelectual.

10 A complexidade dos sistemas naturais e ainda mais, o relacionamento através e entre sistemas estão começando a ser entendidos. A inter-relação das florestas e o ciclo hidrológico, das mudanças na temperatura oceânica e as secas e inundações em terra, do abate de árvores e a perda de água subterrânea, do cultivo em áreas montanhosas e as perdas na pesca, da perfuração de poços d'água e a sedimentação da terra, da construção de reservatórios e a frequência dos terremotos, da geração de eletricidade num continente e o desaparecimento de florestas em outro, são exemplos de interações e nenhum desses aspectos são separáveis de todos os outros. Com a potencial mudança global no clima e o buraco de ozônio, vê-se que esses fenômenos estão inter-relacionados e são globais. Nenhum deles pode ser analisado isoladamente, ao contrário, eles devem ser entendidos como parte de um sistema muito intrincado, a teia da vida na terra.

11 Mudar radicalmente de rumo em busca do desenvolvimento ambiental e economicamente sustentável vai requerer o fim da superespecialização e da compartimentação que têm sido a moda em muitas instituições. (...) Ninguém individualmente, nenhuma ciência ou instituição é capaz de realizar essa transição. A humanidade inteira deve ser envolvida: as crianças da escola primária, os pais os líderes empresariais, os políticos e os especialistas no maior número possível de matérias.

12 Certo número de programas acadêmicos começaram a unir diferentes disciplinas e treinar estudantes para desenvolvimento sustentável. Isto é encorajador, mas o desenvolvimento sustentável não deveria tornar-se apenas mais uma disciplina acadêmica, com todos os imperativos tradicionais para converter-se numa matéria cada vez mais especializada, competindo por verbas de pesquisa, buscando objetivos de carreira.

13 A inteligência coletiva e os compromissos de milhões de pessoas devem ser aplicados. A UNESCO e o Programa Ambiental das Nações Unidas - PNUMA- e milhares de indivíduos e instituições ao redor do mundo - ajudaram a construir a "alfabetização ambiental". A UNESCO, que possui um mandato interdisciplinar - educação, ciência e cultura, enfrenta o desafio de muitas instituições: derrubar barreiras entre as especialidades. Isto permitirá o tipo de cooperação essencial. Na verdade, o total do esforço coletivo será superior e não apenas igual à soma das partes.

TEXTO 2

EXAMINANDO AS RAIZES

CZAPSKI, SILVIA. A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL. Brasília - DF, 1998. 1ª Edição. P21-24.

14 Quantas dificuldades e quantos desafios devem ter enfrentado os primeiros seres humanos, quando surgiram, há uns cinco milhões de anos, em nosso "Planeta Azul"! Donella Meadows abriu um capítulo do seu livro "Conceitos para se fazer Educação Ambiental" com uma idealização daquele tempo, em que "a natureza era mais poderosa que os homens", e

“os afetava mais de que era afetada por eles. Só sobrevivia quem soubesse relacionar-se com o ambiente. Nas palavras de Donella: “Todos precisavam saber quais frutos serviam para comer, onde encontrar água durante a seca, como evitar onças, que plantas serviam como bons materiais de construção, faziam um bom fogo ou um bom remédio. O conhecimento ambiental era também necessário para a proteção contra ataques da natureza e para o aproveitamento de suas riquezas.”

15 Este conhecimento foi passado de geração em geração, muitas vezes acrescido de novas descobertas. É mais: segundo Donella, “a natureza mostrou-se também fonte de alegria, (...) de inspiração para a música, arte e religião, significando enfim valores internos e perenes...” Para a pesquisadora, “desde o primeiro momento em que os seres humanos começaram a interagir com o mundo ao seu redor, e ensinaram seus filhos a fazerem o mesmo, estava havendo educação e educação ambiental”.

16 Se foi assim, por que então se fala que a educação ambiental “é coisa recente, de poucas décadas? Para entender, vamos saltar este longo período em que os homens brancos* foram apenas coletores e caçadores e também a época posterior, quando se voltaram à agricultura. Muito tempo foi ainda necessário para que se desenvolvesse a troca de mercadorias e, a partir disso, nascessem os primeiros centros de troca. Foi a semente das cidades, que “explodiram” em tamanho e em número de habitantes a partir da era industrial.

17 Donella é uma entre tantos estudiosos que identificam a urbanização com a mudança de percepção das pessoas: a natureza passou a ser entendida como “algo separado e inferior à sociedade humana” e “o estudo do meio ambiente tornou-se, ou uma ciência prática de extração de recursos, ou um estudo do mundo natural - catálogos e descrições das maravilhas naturais.” Some-se a isso o acúmulo do conhecimento: o volume de informações a ser aprendido em cada ciência cresceu tanto que “ninguém pôde reunir todas as disciplinas para uma visão total do planeta, muito menos para uma compreensão da sua interação

*Nota da Equipe de elaboração do caderno: A equipe diverge da autora quanto a denominação **homens brancos**, entendendo ser uma concepção preconceituosa.

com os sistemas culturais e econômicos da humanidade.”

18 Chegamos aos dias de hoje. Visualize uma criança que nasceu e sempre viveu em situação confortável, numa cidade grande. Para ela, o abrigo está nas casas; os alimentos e os outros produtos vitais para a sobrevivência vêm das lojas; a água lhe chega, já tratada pelas torneiras; o lixo deve ser recolhido para ser levado aonde os olhos não vêm; água usada vira esgoto que se vai por um cano para dentro do solo, e a maior parte do solo foi recoberto por asfalto ou cimento, evitando a “sujeira”. Para esta criança, a natureza está longe... Por outro lado, a palavra “poluição” (do ar, da água, ou do solo) lhe será familiar. A cidade é seu ambiente e - a não ser que tenha aprendido e compreendido que há uma relação de dependência entre o meio urbano e o rural - ela nem imaginará que cidades modernas são “parasitas do ambiente rural”, como já escreveu o importante ecólogo Eugene Odum, ao lembrar que, da maneira pela qual a cidade é administrada, quase tudo vem de fora: a energia, os alimentos e outros materiais orgânicos, como a madeira e demais matérias primas. Além disso, a cidade não purifica o ar e recicla pouca ou nenhuma água ou materiais inorgânicos.

19 Atualmente, a maior parte dos seres humanos vive em cidades. Mas isso não quer dizer que todos vivam na mesma situação confortável da criança em nosso exemplo. O educador Genebaldo Freire Dias usou uma parte do trabalho “Fundamentos de Educação Ambiental” para esquematizar os mais importantes problemas ambientais da atualidade. E deu destaque aos “socioecossistemas urbanos”, que são “cada vez mais estressantes”. Genebaldo relembra que, devido ao modelo de desenvolvimento econômico “insustentável”, aumentam as dificuldades no meio rural. Aí, as famílias migram do campo para as cidades, que concentram cada vez mais habitantes. Só que as cidades não comportam tanta gente e ocorre uma sobrecarga em serviços públicos nas áreas de segurança, lazer, transporte, educação e proteção ambiental. O resultado final é a poluição, o desemprego, a violência, a inadaptação, o aumento do índice de doenças, o estresse. Em outras palavras: é a perda da qualidade de vida e a

redução da qualidade da experiência humana.

20 Num outro esquema, o professor analisa o modelo de desenvolvimento "insustentável" que está por trás desta realidade urbana. A base de tudo é o binômio produção-consumo, no qual "a natureza é vista como um supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque". Neste modelo, "os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério" e "a produção crescente precisa ser consumida". A mídia é usada para estimular este consumo, tornando-se "especialista em criar necessidades desnecessárias", o que faz com que muitas pessoas fiquem "amarguradas ao desejarem ardentemente algo que não podem comprar, e que viviam muito bem sem aquilo". Não fica só nisso: Genebaldo descreve as facetas da degradação ambiental decorrente deste modelo. De um lado, o consumo do "supermercado da natureza" (matérias primas, água, energia elétrica, etc.) gera a destruição de habitats naturais, afetando mecanismos que sustentam a vida na Terra. De outro, ocorre a perda da qualidade de vida, por causa da poluição e de condições inadequadas de moradia. Sim, porque o modelo de desenvolvimento favorece a desigualdade, onde alguns seres humanos consomem demais (consumismo) e todos os outros são os "excluídos". Já o sistema econômico lucra de duas maneiras: ao financiar a produção e, depois, financiando programas de recuperação ambiental. E a mídia tem outro papel, além de incentivar o consumo: ela noticia os desastres sócio-ambientais, decorrentes do modelo "insustentável".

21 É bom recordar que foi na segunda metade deste século XX que os desastres socioambientais se tornaram tão alarmantes que geraram muito medo e, talvez por isto, inspiraram as novas visões sobre um "desenvolvimento sustentável" (onde ganha importância a preocupação com o bem-estar também daqueles que irão nascer) e sobre a "educação ambiental", entendida como um processo que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, mexendo com o jeito de ser das pessoas... Vale recordar pelo menos duas, entre as raras vozes que lançaram manifestos proféticos, já no século passado:

22 Em 1854, nos Estados Unidos, o chefe indígena Seattle remeteu uma célebre correspondência ao governo norte-americano, em resposta à tentativa de comprar suas terras. A beleza do texto transformou-o numa espécie de bandeira ecológica, sempre reproduzida, e que sempre emociona leitores de todas as idades, talvez por transmitir uma sabedoria profunda dos povos dos povos chamados de "primitivos". Eis alguns trechos: *"Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à Terra acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos. Isto sabemos: a Terra não pertence ao homem, o homem pertence à Terra. Isso sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. (...) O homem não teceu o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. (...) Os brancos também passarão, talvez mais cedo que todas as outras tribos. Contaminem suas camas, e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos. Mas quando de sua desapareição, vocês brilharão intensamente, iluminados pela força do Deus que os trouxe a esta terra e por alguma razão especial lhes deu o domínio sobre a terra e sobre o homem vermelho. Esse destino é um mistério para nós, pois não compreendemos que todos os búfalos sejam exterminados, os cavalos bravios sejam todos domados, os recantos secretos da floresta densa, impregnados do cheiro de muitos homens, e a visão dos mortos obstruída por fios que falam. Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a água? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência. (...) Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los? (...) Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. (...) Não há lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera, ou o bater de asas de um inseto"*.

23 Em 1864, o norte-americano Georges Perkins Marsh lançou o livro intitulado "O Homem e a Natureza, ou Geografia Física Modificada pela Ação do Homem" (*"Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action"*). Foi um alerta, inédito entre os cientistas, sobre os perigos de certas atividades humanas para o equilíbrio da natureza e, ao mesmo tempo, um aviso de que ainda daria tempo para evitar o pior. Este livro teve forte repercussão e, segundo alguns historiadores, inspirou a cria-

ção do primeiro parque nacional do mundo, o *Yellowstone National Park*, implantado doze anos depois nos Estados Unidos. O espírito da obra já fica claro na sua introdução, que diz: “O presente volume tem por objeto indicar a natureza e, aproximativamente, a extensão das modificações devidas a ação humana nas condições físicas do mundo que habitamos, colocar em evidência os perigos da imprudência e a necessidade de vigilância em todas as obras que, em grande escala, interferem nos arranjos espontâneos do mundo orgânico e inorgânico, sugerir a possibilidade e a importância de restaurar as harmonias alteradas e de melhor materialmente as regiões danificadas e esgotadas”.

TEXTO 3

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lorentz, Débora. O Surgimento da Educação Ambiental. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. Campo Grande - MS, Setembro, 2000.

24 Educação Ambiental é um termo relativamente recente, muitas vezes confundido com Ecologia – ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente. Educação Ambiental refere-se especialmente à busca de qualidade de vida que implica a convivência harmoniosa do homem com o meio ambiente, natural ou não. Ela lida com o potencial das pessoas para entender e transformar o meio ao seu redor, de maneira a garantir desenvolvimento sustentável e, portanto, uma melhor qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

25 É preciso compreender também que a EA não constitui uma disciplina em si mesma, mas, por sua abrangência, torna-se uma função da educação com conteúdos que se adaptam aos currículos existentes e uma proposta pedagógica que coloca o aluno como centro do processo de aprendizado e como agente modificador, através do seu comportamento em relação ao meio ambiente.

26 Apesar da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída em abril de 1999, deixar claro que a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis de modalida-

de do ensino formal, não devendo, portanto, ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Muitas experiências desenvolvidas no âmbito das escolas de ensino básico, consideradas de Educação Ambiental, insistem em contrariar a Lei e todas as recomendações presentes em documentos importantes que foram frutos de consenso de organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Conferência Internacional sobre Educação de Tbilisi, e a Rio-92, cujo principal documento é a Agenda 21.

27 É necessário diferenciar a adoção do enfoque ambiental da abordagem não-sistemática, pontual do meio ambiente pelos currículos escolares. O enfoque ambiental perpassa todo o currículo e, assim, deve ser assumido pelo coletivo dos professores e legitimado pela comunidade na qual a escola está inserida.

Roteiro de Discussão

- 1) A partir das discussões feitas na problematização inicial e da leitura dos textos, qual o seu entendimento de Educação Ambiental agora?
- 2) Uma torneira pingando um dia inteiro em nossa casa. Uma indústria de tratamento de couro para fábricas de calçados despejando as sobras dos produtos químicos utilizados no trato do couro nos córregos da cidade. A falta de água potável para beber... O que cada uma dessas situações tem a ver com a outra?
- 3) Que relação o consumismo, a miséria, a fome, o desemprego e a violência têm com as questões ambientais?

- 4) Como deve ser um projeto de desenvolvimento que leve em conta o fato de que os recursos naturais não existem para sempre e devem ser conservados e aproveitados de forma equilibrada?
- 5) Qual a contribuição da Educação Ambiental na construção desse projeto?

PROPOSTA - A Educação Ambiental na Constituinte Escolar

- **Priorizar a capacitação continuada dos professores que desenvolvem atividades de Educação Ambiental, nas escolas da rede estadual de ensino em parceria com a SEMA;**
- **Cadastrar todos os Clubes de Ciências das escolas estaduais e seus respectivos trabalhos e incentivar a criação de novos clubes bem como o fortalecimento destes.**
- **Estimular todas as escolas a desenvolverem projetos sobre a questão ambiental que contemplem a Política de Educação Ambiental do Estado;**
- **Buscar parcerias com outras Instituições governamentais e não-governamentais e movimentos sociais para discussão, capacitação e implantação de projetos na área ambiental;**
- **Buscar envolver toda a comunidade escolar nos Projetos em Educação Ambiental;**
- **Incentivar a extensão dos projetos político-pedagógicos de Educação Ambiental à comunidade externa, sensibilizando-a para as questões ambientais;**

- Criar espaços de debate e elaboração de políticas específicas na área ambiental especialmente junto à Educação Básica do Campo, Educação Escolar Indígena e as comunidades afro-descendentes, no sentido de estudar a intervenção dessas comunidades em relação ao meio;
- Acompanhar os trabalhos orientados nas escolas pelos professores capacitados, garantindo a continuidade dos mesmos;
- Divulgar os trabalhos realizados pelas escolas na questão ambiental em eventos de nível regional e nacional;
- Criar condições para a formação de multiplicadores visando à implantação da Agenda Ambiental nas escolas da rede pública;
- Realizar anualmente o Encontro Estadual de Educação Ambiental de MS;
- Assegurar recursos por meio dos fundos já existentes para desenvolvimento das ações, planos e projetos de Educação Ambiental propostos pelas instituições governamentais.

Plano de Ação

- 1) Como devem ser trabalhadas as questões ambientais na escola?
- 2) Como contemplar no projeto político-pedagógico da escola a Educação Ambiental, rompendo com as práticas pontuais, fragmentadas e desarticuladas?
- 3) Que referências comuns a rede pública estadual deve ter para o trabalho de Educação Ambiental?

BIBLIOGRAFIA

CZAPSKI, Sílvia. *Implantação da Educação Ambiental no Brasil*, Ministério da Educação e Desporto/Coordenação de Educação Ambiental. Brasília, 1998.

LORENTZ, Débora. *Surgimento da Educação Ambiental*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, setembro, 2000.

MATHEUS, Nancy. *Notas sobre Educação Ambiental – Promovendo a Alfabetização Ambiental*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo, março, 1994.

MORAES, Ana Paula Mendonça. SILVA, Joeli Mora. GARCIA, Maria Janice. *“Política de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul”*. Campo Grande, junho, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. *Educação Ambiental – Caderno Temático da Constituinte Escolar*. Maio de 2000.


ANEXO I
ROTEIRO DE REGISTRO DAS EMENDAS ESCOLARES
3º MOMENTO - CONSTITUINTE ESCOLAR

ESCOLA:.....
 MUNICÍPIO:.....
 TEMA:.....

Após o trabalho de leitura e discussão do tema, pelos segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores, administrativos, movimento popular e sindical...), registre as adições, substituições ou supressões, conforme roteiro abaixo, que poderá ser reproduzido quantas vezes for necessário.

a) EMENDA ADITIVA (acréscimo ao parágrafo ou outro parágrafo)

PÁGINA:..... PARÁGRAFO:.....
 NOVA PROPOSTA.....

b) EMENDA SUBSTITUTIVA (substituição do parágrafo)

PÁGINA:..... PARÁGRAFO:.....
 NOVA PROPOSTA.....

c) SUPRESSÕES

PÁGINA:..... PARÁGRAFO:.....
 JUSTIFICATIVA.....

OBS: Caso haja mais de uma ADIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO ou SUPRESSÃO, enumerá-las.


ANEXO II
**ROTEIRO DE SISTEMATIZAÇÃO MUNICIPAL
3º MOMENTO - CONSTITUINTE ESCOLAR**

MUNICÍPIO:

ESCOLAS ENVOLVIDAS:

1.	6.
2.	7.
3.	8.
4.	9.
5.	10.

TEMA:

A equipe de trabalho realizará a sistematização de todos os registros das escolas, por tema, a qual deverá ser encaminhada à Coordenação da Constituinte Escolar/SED.

a) EMENDA ADITIVA (acréscimo ao parágrafo ou outro parágrafo)

PÁGINA: PARÁGRAFO:

NOVA PROPOSTA:

.....

.....

.....

.....

.....

b) EMENDA SUBSTITUTIVA (substituição do parágrafo)

PÁGINA: PARÁGRAFO:

NOVA PROPOSTA:

.....

.....

.....

.....

.....

c) SUPRESSÕES

PÁGINA: PARÁGRAFO:

JUSTIFICATIVA:

.....

.....

.....

.....

.....

OBS: Caso haja mais de uma ADIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO ou SUPRESSÃO, enumerá-las.



ANEXO 2: Circular e programação do Seminário de Formadores III



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS EM EDUCAÇÃO

SED
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

OF. Circular Nº. 043/05 Campo Grande – MS, 11 de agosto de 2005.

Senhor (a) Diretor (a),

A Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em parceria com o MEC, realizará o **Seminário de Formadores III**, dando continuidade ao processo de Capacitação nos Parâmetros Curriculares em Ação - Meio Ambiente através dos Programas: "Agenda 21 nas Escolas do MS – Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas".

O evento acontecerá no Polo de Campo Grande conforme abaixo:

Data: 29 à 31 de agosto de 2005
Horário: 07:30 às 17:30 h.
Local: DECAP – Centro de Capacitação de Recursos Humanos
Av. Ernesto Geisel esquina com Rua 26 de Agosto.

Sendo assim, considerando a participação dessa Unidade Escolar na Conferência do Meio Ambiente em 2003, solicitamos a V.Sª a indicação de 01 (um) professor e 01 (um) aluno com os seguintes requisitos:

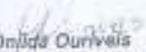
- **Professor:**
 - ser efetivo (de preferência);
 - afinidade com a temática ambiental (professor de qualquer área de conhecimento);
 - tenha facilidade de articulação com a comunidade escolar;
- **Aluno(o aluno só participará no dia 29.08)**
 - afinidade com a temática ambiental;
 - facilidade de articulação comunitária;
 - liderança entre os colegas;
 - idade entre 11 e 14 anos;
 - autorização pelos pais/ou responsáveis para participação no seminário (se necessário autorização para viagem da Promotora de Infância e Juventude);
 - delegado/suplente aluno na Conferência Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em 2003;
 - aluno (a) eleito (a) pela comunidade discente;

Estamos encaminhando em anexo, folder do programa, programação do Seminário e as fichas de inscrição para os participantes que deverão ser enviadas impreterivelmente até o dia 22 de agosto para a Gestão de Processos em Educação Básica do Campo às cidades de Regina e Claudete.

Para outras informações fazer contatos através do telefone: 318-2275.

Atenciosamente,


Terézinha Zandavalli de Figueiredo
Coordenadora de Políticas Específicas em Educação


Onilda Ourivels
Superintendente de Políticas de Educação

Parque dos Pedreiros, Bloco V, Campo Grande – MS CEP: 7901000 - Tel: (67) 318-2200
e-mail: saged@educacao.ms.gov.br Página do Internet: www.saged@educacao.ms.gov.br

**Seminário de Formação III dos Programas: Agenda 21 nas escolas
de MS -Cuidando do Brasil com as Escolas**
29 a 31 de agosto de 2005
Pólo de Campo Grande - MS

29.08 – Segunda-feira

Local: CECAP – Centro de Capacitação de Recursos Humanos
Av. Ernesto Geisel esquina com Rua 26 de Agosto.

- 7h30min Recepção e Credenciamento
- 8h Apresentação dos Programas
- 9h30min Educação Ambiental e a Luta por uma Sociedade com mais
Qualidade Social
- 12h Almoço
- 13h30min Subsídios para a Inserção da Educação Ambiental no Projeto
Político Pedagógico da Escola
- 15:30min Intervalo
- 15h45min Dinâmica de Apresentação e Formação de Grupos de Trabalho
Sorteio dos temas: Consumo Sustentável; Água, Alimentos,
Biodiversidade, Transporte, Lixo, Publicidade e Energia.
- 17h30min Encerramento do dia

30.08 – Terça - feira

- 7h30min Formação do CDM-VIDA - Oficins de Futuro (nos GTs)
- 9h30min Intervalo
- 9h45min Oficina de Futuro (cont... nos GTs)
- 12h Almoço
- 13h30min Finalização da Oficina de Futuro (nos GTs)
- 15h30min Intervalo
- 15h45min Pedagogia de Projetos e Articulação de Temas
- 18h Encerramento do dia

31.08– Quarta-feira

- 7h30min Dinâmica: Compartilhando experiências – GTs salas e auditório
Elaboração dos Projetos
- 9h30min Intervalo
- 9h45min Elaboração dos Projetos (cont...) – GTs salas
- 12h Almoço
- 13h30min Finalização e Apresentação dos Projetos - Centro de Convenções
- 14h30min Metodologia e Comentários
- 15h30min Intervalo
- 16h15min Dinâmica: Salve-se com um Abraço
- 17h Retorno aos municípios

ANEXO 3: Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com as técnicas pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) nos anos de 1999 ao ano de 2006.

01 - Houve nesse período por parte da SED/MS capacitação continuada aos professores sobre educação ambiental?

02 – E para a capital, Campo Grande, houve alguma capacitação específica nesse período?

03 - Era de competência da SED/MS o cadastramento dos clubes de Ciências das escolas estaduais e seus respectivos trabalhos, o incentivo da criação de novos clubes, bem como a promoção e o fortalecimento destes clubes?

04 - Houve algum estímulo para todas as escolas desenvolverem projetos sobre a questão ambiental que contemplassem os eixos norteadores da Política de Educação Ambiental do Estado?

05 – A SED/MS nesse período em questão buscou parcerias com outras Instituições governamentais e não governamentais ou movimentos sociais para discussão, capacitação e implantação de projetos na área ambiental?

06 - Houve uma preocupação da SED/MS em buscar envolver toda a comunidade escolar nos Projetos em Educação Ambiental?

07 – Ocorreu algum incentivo à extensão dos projetos político-pedagógicos de Educação Ambiental à comunidade externa, sensibilizando-a para as questões ambientais?

08 – Houve por parte da SED alguma preocupação em criar espaços de debate e elaboração de políticas específicas na área ambiental?

09 – Houve por parte da SED/MS algum acompanhamento dos trabalhos orientados nas escolas pelos professores capacitados, garantindo a continuidade dos mesmos?

10 - Pensou-se em realizar na época, ao menos anualmente, o Encontro Estadual de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul promovido pela SED/MS?

11 – Houve nesse período do governo popular recursos por meio dos fundos já existentes para desenvolvimento das ações, planos e projetos de educação ambiental para a rede estadual de ensino?

12 – Voltando a uma questão anterior, visitando algumas escolas da Rede Estadual de Ensino, nós percebemos que essas escolas possuem esses projetos de educação ambiental, menores que sejam, voltados para o lixo, mesmo a questão da reciclagem, a questão da preservação dos meios findáveis, como a água, a energia, etc, nessa época de 1999 a 2006, esses projetos aconteciam. A SED tinha compreensão desses projetos, dava suporte, acompanhava?

13 – Gostaria de acrescentar mais alguma a essa entrevista?

ANEXO 4: Roteiro de entrevista semi-estruturada realizada com os gestores (diretor e coordenador pedagógico) e professores das Escolas Estaduais de Campo Grade/MS

- 1) Qual a sua concepção de educação ambiental? Ou como você conceitua educação ambiental?
- 2) Em sua escola há algum trabalho/projeto voltado para a Educação Ambiental?
- 3) Quem tomou a iniciativa? Como ele foi organizado? Como foi desenvolvido? Envolveu todas as disciplinas do currículo? Faz parte do projeto pedagógico da escola?
- 4) Como se deu a participação da escola nesse trabalho/projeto de Educação Ambiental? Envolveu de um modo geral a comunidade?
- 5) Como você avalia esse projeto? Qual a sua importância para a formação dos alunos?
- 6) Quais as principais dificuldades e/ou resistências encontradas na implementação dos projetos de educação ambiental?
- 7) Quais as influências do projeto no trabalho docente e no dia-a dia da escola? Em que melhorou?
- 8) Há alguma sistemática de avaliação do desenvolvimento do projeto? Há algum acompanhamento por parte da Secretaria de Educação?
- 9) Como você interpreta/avalia a atuação da Secretaria do Estado de Educação (órgão gestor e implementador de políticas), no que se refere à educação ambiental?
- 10) O que gostaria de acrescentar a essa entrevista?

ANEXO 5:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ricardo Carlos, sou atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A minha pesquisa, para a elaboração de dissertação de mestrado, tem por objetivo geral "....."

Como pesquisador responsável pela realização das entrevistas com o diretor (a), coordenador pedagógico (a) e professores (as) das escolas, acompanharei todo o processo de registro das informações prestadas, comprometendo-me a dirimir qualquer dúvida ou prestar esclarecimentos que, eventualmente, o entrevistado (participante) venha a ter durante a pesquisa e mantendo o compromisso de compatibilizar as necessidades da pesquisa com o respeito ao cotidiano de funcionamento da instituição.

A Prof^ª Dr^ª Regina Tereza Cestari de Oliveira, da UCDB, é a orientadora no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração da dissertação de mestrado e está à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, pessoalmente ou pelo telefone (67) 3312- 3728 ou 3312-3597.

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, Eu, _____.

- Autorizo a realização do estudo na instituição () Sim () Não.
- Em caso positivo: concordo com a identificação de meu nome nos relatórios da pesquisa e publicações associadas: Sim () () Não.
- Concordo com a utilização das informações nos relatórios de pesquisa e publicações associadas () Sim () Não.
- Concordo com a gravação da pesquisa () Sim () Não.

Campo Grande, MS ____ de _____ de _____.

Assinatura do Diretor (a) da Escola (de acordo)

Assinatura do entrevistado (de acordo)

Assinatura do Pesquisador

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Naturalidade: _____

Endereço: _____

Bairro _____ CEP. _____

Profissão: _____

Instituição em que trabalha: _____